



SECA



O rastro da destruição

Estiagem arrasou as lavouras destinadas à produção de alimentos

Página 4 à 7

RUBEN

Secretário do Ministério da Agricultura diz que as mudanças dependem de maior participação



Organizar para mudar

Página 16

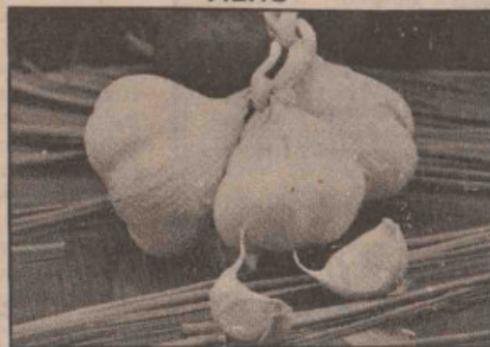
TRIGO

Custo será 295 por cento mais caro

Levantamento mostra que que o produtor vai precisar de Cr\$ 10 milhões para formar um hectare de lavoura em 86

Página 17

ALHO



As metas de produção

Páginas 8 e 9

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111
Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telex: 0552199
CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N° 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Oswaldo Olimiro Meotti
Vice-presidente/Pioneira:
Celso Bolivar Sperotto
Superintendente/Pioneira:
Antoninho Boiarski Lopes
Vice-presidente/Dom Pedrito:
Tânio José Bandeira
Superintendente/Dom Pedrito:
Valter José Pötter
Vice/MS:
Nedy Rodrigues Borges
Superintendente/MS:
Lotário Beckert

Conselho de Administração (Efetivos):
Luiz Neri Berschorn, Oscar Otto Hoerle, Euclides Marino Gabbi, Antônio Bandeira, Ido Max Weiller, Paulino Ângelo Rosa, Irani dos Santos Amaral, João Santos da Luz, Luiz Parizotto, Remi Bruno Eidt, Krijn Wielemaker, Ivo Vicente Basso, Paulino Stragliotto, Wagner Monteiro Sá, Oscar Vicente Silva, Suleiman Guimarães Hias e Ademar Luiz Comin.

Suplentes:
José Ataídes Conceição, Pedro Giotto, Cláudio Luiz de Jesus, Emílio Uhde, Jorge Alberto Sperotto, Protasio Lottermann, Alvaro Rutili, Aquilino Bavaresco, Arnaldo Hermann, João Eberhardt, Mário Alberto Krüger, Cláudio Pradela, Noé da Silveira Peixoto, Omar Cunegatti, Florício Barreto, Leonildo Anor Potter e Cândido de Godoi Dias.

Conselho Fiscal (Efetivos):
Antenor Vione, Frederico Antônio Stefanello e Ruy Adelino Raguzzoni.

Suplentes:
Valter Luiz Driemeyer, Darci Aléssio e Antônio Cândido da Silva Neto.

Diretores contratados:
Rui Polidoro Pinto, Renato Borges de Medeiros, Romeu Orlando Etgeton, Ari Zimpel, Clóvis Roratto de Jesus, Vilmar Hendges, Paulo Roberto da Silva e Walter Frantz.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbu	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	91.000 t
Maracaju - Sede	65.000 t
Maracaju - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	25.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradina	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Gualba	42.500 t
Ponta Porã	29.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t

COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da



REDAÇÃO:

Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Moisés Mendes

CORRESPONDENTES:

Mato Grosso: Carlos José Rupp Bindé
Dom Pedrito: João Roberto Vasconcelos

Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

AO LEITOR

Este ano, quando definiu os Valores Básicos de Custeio para as lavouras de verão, o governo concedeu, pela primeira vez nas últimas duas décadas, privilégios especiais ao milho, ao feijão, ao arroz. A intenção estava clara: estimular a produção de alimentos. O produtor correspondeu ao incentivo, mas não terá muito o que colher. A seca arrasou exatamente as lavouras que produziriam para o mercado interno. Desde outubro, os gaúchos enfrentam - junto com agricultores dos outros Estados do Sul - uma estiagem que nunca mais havia sido registrada de maneira tão intensa nessa época do ano. Vai faltar comida na mesa de quem planta e de quem mora na cidade, e o governo terá que importar numa hora em que pretendia ter alimentos em abundância. As conseqüências da seca são contadas da página 4 à 7.

O que mudou para o agricultor, nesses primeiros nove meses de Nova República? As lideranças do setor primário já se sentem à vontade para analisar esse curto período da gestão do ministro Pedro Simon. É pouco tempo para que o produtor possa ter sentido retornos concretos da abertura do Ministério à opinião de quem, por muito tempo, se viu proibido de falar. Mas já foram tomadas algumas medidas que vão um pouco além das decisões do dia-a-dia. Nas páginas 14 e 15, produtores opinam sobre o que mudou, o que deixou de ser feito e o que precisa acontecer daqui pra frente. E na página 16, o secretário geral do Ministério, Ruben Ilgenfritz da Silva, também faz um balanço dos avanços que a pasta conseguiu até agora.

A Cooperativa Central Gaúcha de Leite teve um ótimo desempenho como empresa no ano passado, apresentando um lucro de 9 bilhões e meio de cruzeiros. Só que os que lidam com a produção leiteira pouco ou quase nada sabem da CCGL. São poucos os que conhecem, por exemplo, a estrutura administrativa da

Central. Mas o pessoal quer entender melhor isso tudo, e participar da escolha das pessoas que representam as bases na CCGL. Última página.

O custo de formação da lavoura de trigo estará 295 por cento mais caro na próxima safra. Apenas para plantar um hectare de trigo, o produtor irá necessitar de Cr\$ 10.266.550. Quem fez este levantamento de custos foi o Luís Juliani, assistente agrotécnico da Cotrijuí na Região Pioneira. Considerando todos estes gastos, o Juliani calcula que até novembro de 1986, o produtor que quiser cobrir todos os custos de formação da lavoura e ainda ver assegurada uma certa lucratividade, terá de vender um saco de trigo pelo preço de Cr\$ 625.929. Mas não foi somente o custo da lavoura de trigo que subiu astronômicamente. Para plantar aveia, colza e linhaça, o produtor vai necessitar de uma bela soma de recursos. O custo da lavoura de aveia vai ficar em 268 por cento, da colza em 267 por cento e da linhaça em 237 por cento. E tudo por conta do peso do dinheiro. A matéria sobre os custos de formação da lavoura está na página 17.

O alho, tido como excelente alternativa de diversificação para o inverno, volta a ganhar novo impulso, não só a nível nacional, mas também regional. Depois de muitas brigas e reivindicações, o governo suspende a importação de produtos estrangeiros e ainda retoma o Plano Nacional de Produção e Abastecimento do Alho. Sem querer ficar alheia ao que vem acontecendo, a Cotrijuí reviu seus objetivos em relação a cultura e traçou novas metas de produção. O importante agora, não é aumentar desordenadamente as áreas de plantio, mas incrementar um aumento da produtividade. Mas para isso, os técnicos recomendam a adoção, por parte dos produtores, de tecnologias mais adequadas. As metas de produção do alho para a região, a organização da produção estão nas páginas 8 e 9.

Os custos da modernização

Antonio Olivo Pinto

No mundo em que vivemos, e mais ainda agora, quando o Brasil reconquista a democracia, não basta que existam algumas pessoas "treinadas" e que saibam o que está acontecendo com o nosso ambiente. É necessário que um número cada vez maior de pessoas esteja engajado e discuta os problemas que nos cercam.

A modernização da agricultura e a política voltada às exportações são fantasmas que nos tomaram dependentes dos países desenvolvidos. E, para completar, o achatamento salarial criou uma situação de desestímulo à produção de alimentos voltados ao mercado interno. A maioria da população sofre de deficiências alimentares, não consumindo o mínimo que o organismo necessita. O quadro geral de pobreza é agravado pela desinformação, pelo analfabetismo.

Hoje, sabemos que a modernização da nossa agricultura, com máquinas, fertilizantes e outros insumos, não teve, em contrapartida, um aumento de produtividade. Houve, isto sim, maiores investimentos e maiores distúrbios ecológicos, que agredem a natureza. Não respeitamos mais os princípios básicos de preservação do meio ambiente, e não temos, em conseqüência, certeza do futuro que nos espera. A poluição química e os desastres ecológicos são frutos do uso arbitrário de novas práticas proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico.

Como é belo observar-se um ambiente ecologicamente equilibrado, e como nos entristece ver a impetuosidade com que o homem o agride. A diferença do homem, em relação aos demais animais, está essencialmente no fato de que ele faz a sua própria história, modifican-

do constantemente as condições de vida. Devemos pensar sobre cada conquista da humanidade, na luta pela sobrevivência, e analisar não só as vitórias, mas também as mudanças que aconteceram para pior.

Seguidamente vemos na TV e nos jornais a poluição destruindo rios, as substâncias químicas jogadas criminosamente na água que bebemos. Estamos quase acostumados às notícias deste tipo. E constatamos que o homem procura o "desenvolvimento" de uma forma irracional, sem se preocupar com o bem estar social. Nossa alimentação caminha para uma forma química. Foram desprezados os produtos naturais, enquanto cresce, com os enlatados, os conservantes, a ameaça do câncer e outras doenças.

É preciso que se faça uma avaliação dos falsos avanços da modernização, e que se exija dos dirigentes deste país uma solução para todos esses problemas. O exemplo dado pela Amazônia é típico da ganância dos grandes grupos econômicos que, aliados a interesses diversos, certamente transformarão aquela imensa área verde num deserto em pouco tempo. Sabe-se que o solo da Amazônia é constituído de uma pequena camada de terra fértil. No momento em que se derruba a floresta e se usa o arado, há um afloramento desta pequena camada. O cultivo sucessivo acaba transformando a terra em areia: a água da chuva abre sulcos e provoca a erosão, e o vento se encarrega de ampliar o deserto.

Temos o nosso exemplo, bem perto, em Alegrete, em que alguns campos tradicionalmente dedicados à pecuária passaram a ser explorados com a agricultura, de forma indiscriminada, em função do estímulo dado pelo governo às cultu-

ras para exportação, como é o caso da soja. Não se pensou na consorciação ou num plano que permitisse a exploração racional da terra. Hoje, essas áreas são grandes desertos que crescem ano a ano.

Alia-se a isso o uso, também indiscriminado, dos chamados defensivos agrícolas, que têm esterelizado nossos solos, destruindo a microvida. A própria pesquisa oficial na área agrônômica foi, nesses anos todos, direcionada para os interesses do grande capital industrial, ao qual o desenvolvimento agrícola está subordinado.

Nos últimos tempos, não se procurou dar assistência ao pequeno e médio agricultor, que são os grandes produtores de alimentos deste país. É fundamental que se forme uma nova mentalidade, e que, principalmente, se tenha influência quando das decisões para a nossa agricultura. Devemos sensibilizar as autoridades responsáveis, e estar organizados para isso, recuperando o meio ambiente e a agricultura e garantindo melhores condições para as próximas gerações.



Antonio Olivo Pinto é aluno do 4º ano de Agronomia da Pontifícia Universidade Católica de Uruguiana

Vai mudar a Previdência

Finalmente, será encaminhado ao Congresso Nacional, para votação no primeiro semestre do próximo ano, o projeto que prevê mudanças na Previdência para o trabalhador rural. A idéia básica, defendida na proposta apresentada pelo ministro Waldir Pires, é a de equiparação do atendimento ao homem rural à mesma assistência prestada ao trabalhador da cidade. Mas as lideranças do setor estão desconfiadas, pois temem que essa equiparação não venha a se concretizar. O projeto prevê, por exemplo, duas formas de contribuição à Previdência. Num caso, o trabalhador pagaria 8,5 por cento sobre o salário mínimo, e teria direito a todos os benefícios, com exceção da aposentadoria por tempo de serviço. A aposentadoria continuaria sendo por idade, mas seria reduzida dos atuais 65 para os 60 anos. Numa segunda opção, ele continuaria contribuindo como acontece atualmente, mas sem as vantagens da equiparação. O pequeno produtor, por sua vez, irá aumentar sua contribuição, que hoje é de 2,5 por cento sobre a produção, para 3,5 por cento. Com esse aumento, o governo pretende aumentar em 1 trilhão de cruzeiros a arrecadação da Previdência no próximo ano. A Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, acha que o projeto tem imperfeições. E é claro que a proposta do governo passará por estudos na Câmara e no Senado, e poderá sofrer emendas até a aprovação.

Dissídio em Brasília

Empregados e trabalhadores rurais de Ijuí terão que aguardar mais um bom tempo, para que possam definir as bases das relações trabalhistas que deveriam vigorar a partir de 1º de maio. O dissídio coletivo dos trabalhadores, julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho, foi parar agora no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. Desde 1982 os empregados rurais de Ijuí vêm adotando o sistema de convenção coletiva, para tratar de questões como salário, horas extras e outras obrigações e direitos tanto de quem trabalha quanto de quem emprega. Em 82, 83 e 84, não houve nenhum problema com a convenção, mas este ano os empregadores discordaram de algumas cláusulas, e o acordo se transformou em dissídio. O Tribunal Regional julgou a matéria, no dia 13 de novembro, dando ganho de causa a muitos novos itens propostos pelos trabalhadores. O Sindicato Rural Patronal continuou discordando da concessão dessas vantagens, e decidiu, na segunda semana



Trabalhadores fizeram reivindicações que os patrões não aceitam

de dezembro, encaminhar recurso a Brasília. Os empregadores discordam do piso salarial concedido, que é de um salário mínimo mais 10 por cento. Também não concordam em conceder produtividade de 4 por cento sobre o valor do vencimento. Outra cláusula que motivou protesto foi a que prevê que o patrão pagará salário referente aos primeiros 30 dias, quando o empregado se afastar do serviço por doença, e também complementar o benefício (auxílio doença) pago pelo Funrural, nos primeiros 90 dias. Dependerá agora do Tribunal Superior do Trabalho uma decisão, mas esta não deverá sair tão cedo. A Justiça entra em férias, no verão, e o julgamento deverá ocorrer nos primeiros meses do próximo ano, como reconhece Reinholdo Luiz Kommers, presidente do sindicato patronal.

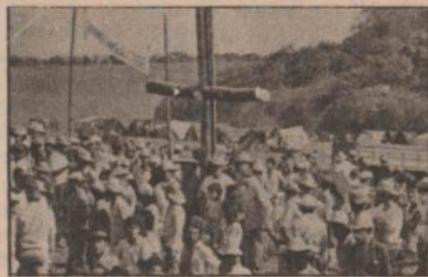
Análise do mercado da soja

O que irá acontecer com o mercado da soja este ano, diante de uma produção superior à do ano passado? Esta indagação já vem sendo feita, mesmo que os gaúchos não saibam, afinal, quanto e quando irão colher a safra. O professor Argemiro Luís Brum, da Unijuí, que reside atualmente na França e é colaborador do Cotrijornal, está de volta à região, e vai abordar este e outros

assuntos em seminários da Cotrijuí. Ele já esteve em Dom Pedrito, falando sobre o mercado da carne, e depois falará para produtores da Região Pioneira, em data a ser definida, e ao pessoal do Mato Grosso do Sul, no início de janeiro. Argemiro, que retorna dia 9 à França, comentará as perspectivas para a soja na próxima edição do Cotrijornal.

Afogados e acampados

A primeira desapropriação de terras para reforma agrária, no Rio Grande do Sul, já se transformou em polêmica. A área, de 2.600 hectares, pertence à Fazenda São Pedro, no município de Guaíba. Os proprietários, da família Krebs, protestaram contra a medida, com o apoio da Farsul. Segundo a Federação da Agricultura, o governo havia prometido que iria evitar desapropriações. Outra questão levantada é a de que o próprio Incra teria constatado que a Fazenda não se presta para a agricultura. O caso certamente irá parar na Justiça. Enquanto isso, os acampados da Fazenda Annoni já estão com semente na terra, depois de lavrarem parte da área, no dia 15 de dezembro. Mas também ali há um impasse. Os acampados tentam evitar, de todas as formas, que agricultores, que se dizem afogados do Passo Real, invadam o lado oeste da Annoni. O argumento do pessoal, para impedir a entrada de outros sem-terra, é o que pode acontecer infiltração, com o acesso de "espíões" ao local. A Fazenda - conforme decisão da Justiça - pertence ao Incra, que está diante de um enorme problema. A terra foi prometida aos afogados, mas os acampados não querem sair dali sem antes saber para onde irão.



A criança e a seca



Andréia

Também as crianças estão preocupadas com seca. Na Escola Municipal Cristóvão Colombo, de Vila São Pedro, Coronel Bicaco, a falta de chuva foi até tema para ilustração de filhos de agricultores com idade ao redor de 5 anos. São crianças do pré-escolar, como Andréia Prates, de 5

anos, autora do desenho que aparece acima. Andréia conseguiu expressar na ilustração o desejo de quem espera mesmo que chova logo. O homem, as plantas, a ave e, é claro, as nuvens e a chuva. O desenho foi encaminhado ao Cotrijornal pela professora Ionara Fátima

da Cruz, junto com outros que serão publicados no Cotrisol, na próxima edição do Cotrijornal. E dizer que ainda há, por este Brasil afora, muitos estudantes - bem mais crescidos do que Andréia - desenhando índio americano e paisagens que nada têm a ver com a realidade em que vivem.

Andando devagar

A Assembléia Nacional Constituinte irá dizer para que lado andar o país a partir do próximo ano. E os agricultores podem - e devem - contribuir para que a Nação não ande, mais uma vez, para o lado errado, contra os interesses da maioria. Só que até agora a organização do pessoal do setor primário anda tão devagar, que já tem gente preocupada. Num balanço do que já foi feito até o momento, para que o produtor seja motivado para o assunto, quase tudo se resume a reuniões de lideranças. Não foram poucas as entidades que produziram documentos com as posições, por exemplo, do cooperativismo. Mas com exceção da Fecotriço e de iniciativas isoladas de cooperativas, como a Cotrijuí, pouco se fez para que o debate chegasse onde deve estar: no meio do agricultor. Afinal, para que servem os documentos com as posições do setor, se a discussão não cresce entre os que irão, afinal, escolher os constituintes e fiscalizar sua atuação? Essa indagação ronda a cabeça de quem sabe, se o debate não crescer, a grande maioria da população ficará alheia ao ato mais importante que acontecerá no país nos últimos anos. No dia 20 de dezembro, quando esteve em Ijuí e abordou o assunto, o secretário geral do Ministério da Agricultura, Ruben Ilgenfritz da Silva, alertou para este que é um compromisso de todos. Afinal, já é tempo de se deixar de encarar a participação política do produtor como coisa proibida, como aconteceu por um bom tempo, inclusive por aconselhamento de setores do cooperativismo.



Vai faltar comida

Lavouras para mercado interno iriam crescer 17,5 por cento na Pioneira

A seca que atinge o Rio Grande do Sul e outros Estados do Sul, desde outubro, já deixou um rastro de destruição nunca visto nesta época do ano. E o pior de tudo isso: destruiu principalmente as lavouras destinadas à produção de alimentos.

A falta de chuvas pegou os gaúchos com a maior parte da área para plantio ainda descoberta, e transformou numa grande indagação o que será, afinal, a safra de soja. Mas para as produções de milho, arroz e feijão já se sabe o que irá acontecer: teremos menos comida este ano, bem no momento em que se esperava um aumento da oferta de alimentos.

A intenção de se aumentar as áreas destinadas aos produtos para mercado interno, perseguida pelo governo, que deu melhores custeios a estas culturas, realmente se confirmou. Em todo o país, cresceram as lavouras de milho, arroz, feijão. E a Região Pioneira da Cotrijuí acompanhou essa tendência, aumentando em 17,5 por cento as áreas destinadas a essas três culturas, enquanto caía em 4,2 por cento a área de soja (veja a tabela ao pé da página). Esse comportamento do produtor foi medido em estimativas, antes da seca, quando se definiam as intenções de plantio. Depois da estiagem, o tempo conspirou contra a virada em favor dos alimentos, e hoje fica difícil de se saber quais as áreas que cada uma dessas plantas realmente terá.

DESDE OUTUBRO

A seca atingiu o Estado a partir de outubro. Naquele mês, na Região Pioneira foram registradas apenas 6 precipitações, com um total de 53,2 milímetros, conforme levantamento do CTC - Centro de Treinamento da Cotrijuí. Em novembro aconteceram chuvas em apenas dois dias, no final do mês, com um total de 18,2 milímetros. Já a estiagem provocava desolação, e os gaúchos começavam a contar as perdas, avaliando também as conseqüências sociais disso tudo.

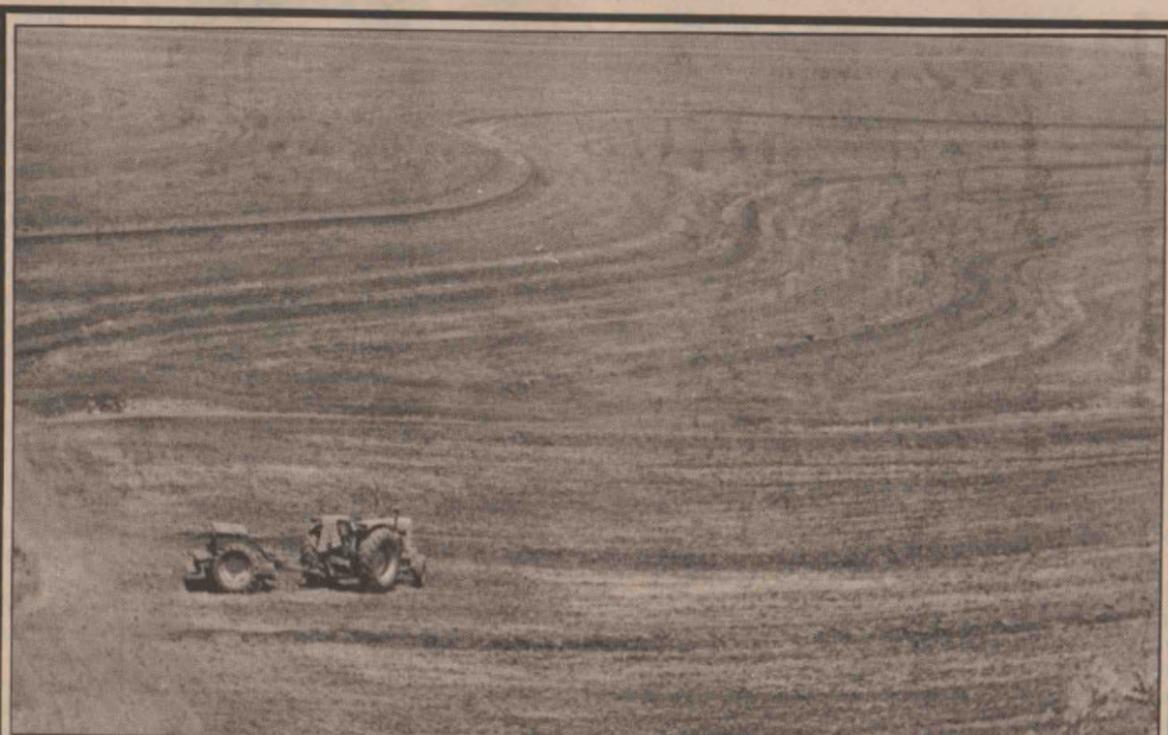
Os agricultores puderam respirar um pouco nos dias 12 e 13 de dezembro, quando uma boa chuva, de 41,5 milímetros (dados do CTC) permitiu o reinício do plantio da soja e o replantio de outras culturas, como o milho. Todos esperavam que a seca finalmente deixasse de existir, com novas chuvas que chegaram a ser anunciadas para os dias 20, 21 e 22, mas elas não vieram. As precipitações dos dias 12 e 13 apenas contribuíram para que se ampliasse a área semeada, e deram uma regada no solo, que já não armazenava umidade nenhuma.

MENOS SOJA

Levantamentos feitos pela Cotrijuí na Pioneira, sob a coordenação do tecnólogo Ênio José Facco, dão bem uma amostra das conseqüências da falta de chuvas para a Região. As estimativas de plantio mostravam que as lavouras de alimentos (milho, arroz e feijão) teriam crescimento de área este ano, passando dos 57.428 hectares de 1984 para 67.490, com mais



Ênio José Facco



Imensas áreas de terra ficaram sem planta, numa época em que nunca havia acontecido isso antes no Estado

10.062 hectares (17,5 por cento). A soja, por sua vez, teve área reduzida de 308.000 para 295.000 hectares, com menos 13.000 hectares (4,2 por cento do total).

Assim, fica fácil de se constatar que vai faltar comida para o produtor, e certamente não teremos excedentes para comercializar. A situação da soja ainda é muito imprevisível, pois depende do com-

portamento do clima a partir de agora. Abaixo, uma síntese da situação de cada lavoura, de acordo com os números levantados por Facco nas 8 unidades da Pioneira:

MILHO

Antes das chuvas dos dias 12 e 13, 95 por cento da área prevista de 63.710 hectares estavam formados. A quebra pode chegar a 80 por cento nessa lavoura, considerando-se uma estimativa de pro-

ductividade de 2.460 quilos por hectare. O milho ainda pode ser replantado até a primeira quinzena de janeiro, com variedades de ciclo longo, mas que se reduza o potencial das sementes em função do atraso. Depois das chuvas, a metade da área prevista deveria ser replantada, e muita gente fez isso. Mas dificilmente se chegará à área inicialmente anunciada. Se isso se confirmasse a lavoura de milho cresceria 16,3 por cento na Pioneira este ano.

SOJA

A estimativa de área era de 295.000 hectares, antes da seca. Antes das chuvas dos dias 12 e 13 haviam sido formados 38 por cento da lavoura. Depois das precipitações, a área semeada chegou a 80 por cento. A quebra, até o dia 12, estava prevista em 10 por cento sobre a área formada sobre uma produtividade média aguardada de 1.645 quilos

por hectare. Algumas áreas foram replantadas, e outras - ainda não formadas - poderão ter semeadura até o dia 10 de janeiro, com sementes tardias e mesmo semi-tardias, apesar dos riscos. A soja poderá ocupar parte da área que era antes do milho, se voltar a chover.



Soja: plantio atrasado

FEIJÃO

A área prevista era de 2.200 hectares, num aumento de 51,9 por cento, e a maioria da produção seria destinada ao consumo da família. Mas não haverá safra de feijão este ano na Pioneira. A quebra da primeira safra da lavoura, ficou entre 90 e 95 por cento sobre uma produtividade de 616 quilos por hectare. A safrinha, que poderia amenizar a situação, também fica comprometida, em função da falta de chuvas e da escassez e preço das sementes. No ano passado a safrinha ficou com 1.121 hectares, mas desta vez não se sabe ainda que área terá.

ARROZ

O arroz de sequeiro ocuparia uma área de apenas 1.580 hectares, com aumento de 14,5 por cento, também com produção destinada à família. Antes das chuvas, haviam sido plantados 90 por cento da lavoura prevista, e a quebra estimada ficou em 25 por cento sobre produtividade inicialmente estimada em 2.285 quilos por hectare.

REGIÃO PIONEIRA DA COTRIJUI

	Área/84 (ha)	Área/85 (ha)	Diferença (%)	Quebra (%)
Soja	308.000	295.000	- 4,2	10
Milho	54.600	63.710	+ 16,2	80
Feijão	1.600	2.200	+ 51,9	90
Arroz	1.380	1.580	+ 14,5	25

As estimativas de quebra foram feitas antes das chuvas de 12 e 13 de dezembro.

Socorro em dois pacotes

A prorrogação dos débitos de custeio, a concessão de novos financiamentos para replantio e a correção dos preços mínimos até julho. Estas foram as principais medidas tomadas pelo Ministério da Agricultura, como parte de dois pacotes aprovados pelo Conselho Monetário Nacional, nos dias 29 de novembro e 19 de dezembro. O socorro aos agricultores, no pacote de novembro, foi decidido num tempo recorde de apenas dois dias, pois 48 horas antes do anúncio do pacote as reivindicações haviam chegado à mesa do ministro Pedro Simon. Abaixo, um resumo das principais medidas:

● **Custeio:** Os financiamentos de custeio da safra de verão terão 50 por cento do débito com prazo prorrogado por até um ano, após o vencimento. A outra metade será paga dentro do prazo previsto. Serão beneficiados pela prorrogação de até um ano os produtores que solicitarem crédito para replantio até 15 de janeiro. Os demais, que não conseguirem formar novamente lavouras perdidas terão seus casos analisados de acordo com o Manual do Crédito Rural, e também receberão prorrogação, se comprovarem a impossibilidade de replantio.

● **Empréstimos:** Os minis e pequenos produtores poderão solicitar crédito de manutenção, até 15 de janeiro, para pagamento em até 18 meses. Este dinheiro será destinado para a aquisição de alimentos, remédios, roupas e utensílios. Cada família poderá receber até Cr\$ 3 milhões e 600 mil cruzeiros, sendo que o limite por pessoa (o agricultor e cada dependente) é de 600 mil. Os juros são os

mesmos do crédito rural, com correção monetária e mais 3 por cento ao ano.

● **Replantio:** O agricultor poderá solicitar novos financiamentos para replantio ou substituição de lavoura, trocando, por exemplo, uma área frustrada de milho pelo plantio de soja. Esse crédito será para milho, soja, arroz e sorgo. Os novos financiamentos podem ser solicitados até 15 de janeiro, e serão concedidos com 105 por cento do VBC para grandes produtores, e 115 para pequenos e médios.

● **Investimentos:** Também os créditos referentes a investimentos, que vencerão no primeiro semestre de 86, serão prorrogados por até um ano. A prorrogação poderá ser solicitada independente de análise do pedido de Proagro, acontecendo o mesmo com os créditos de custeio.

● **Proagro:** Serão agilizadas as perícias, para que os produtores sejam logo indenizados. O Banco do Brasil não será rígido quanto ao cumprimento de prazos, por parte do produtor, para comunicação de perdas. As comunicações feitas fora de prazo, desde que com perdas comprovadas, serão aceitas. As áreas onde houver replantio terão 100 por cento de cobertura do Proagro.

● **Mínimos:** Os preços mínimos serão corrigidos até julho, no caso do arroz, milho, feijão e sorgo. Geralmente a correção vai até abril, mas essas culturas já haviam recebido ampliação, por mais dois meses, em outubro. Agora, o governo prorrogou o prazo por mais um mês, até julho. A soja fica fora dessa correção até maio. Seu preço será corrigido somente até maio.



Pobre do milho

Lavoura arrasada no ano que ganhou força

Este seria o ano do milho, se a seca não tivesse surgido na frente do incentivo dado pelo governo, para que houvesse, como aconteceu, uma nova aposta nessa lavoura (veja no quadro ao lado). Nem mesmo os produtores que utilizam tecnologia avançada, inclusive com irrigação, escaparam do fracasso este ano. Foi o que aconteceu com Olmir Copetti, dono de 80 hectares na localidade de Pedro paiva, Santo Augusto. Ele plantou 20 hectares, e se viu obrigado a derrubar o milharal, na metade de novembro, depois de recorrer ao Proagro.

Recorrer ao seguro, que na verdade não cobre todos os prejuízos, não seria novidade nenhuma numa situação como esta. Mas, no caso de Copetti, a surpresa é grande. No ano passado, poucos produtores chegaram perto da produtividade alcançada por sua lavoura, com uma média de 4.800 quilos por hectare. Em fevereiro do ano passado, ele contava seu feito, enquanto se preparava para sair de férias. Este ano, Copetti não terá férias tão cedo.

PERDEU TEMPO

O agricultor fez, desta vez, o mesmo que havia feito em 1985. Quando percebeu que iria ficar sem milho, começou a irrigar a lavoura, em meados de novembro. Só que agora a coisa ficou feia e na da foi salvo.

A estiagem da safra passada veio mais tarde, num momento que também era crítico para o milho, mas não foi tão prolongada. Copetti admite que poderia ter recorrido a irrigação um pouco mais cedo, este ano, e terminou perdendo tudo. Ele utiliza um canhão auto-propelido, que não deu vencimento.

"Acho que parti atrás da máquina e perdi tempo", dizia Copetti no dia 17 de dezembro, enquanto preparava a terra para substituir a lavoura de milho pela de soja. Sua intenção era a de replantar apenas 2 hectares de milho, para o consumo da propriedade. O agricultor é entusiasmado com o milho, e planta com fins comerciais. Este ano, terá grãos somente para garantir o abastecimento da granja, se a seca não persistir.

SÓ UMA PASSADA

Copetti comprou o canhão para irrigação em maio do ano passado, em função da seca do ano anterior. Colheu os 4.800 quilos por hectare e gastou com a irrigação o equivalente a três sacas de milho por hectare. Desta vez, ele deu apenas uma passada de água na lavoura, cobrindo os 20 hectares nuns cinco dias, e logo desistiu, pois percebeu que não iria salvar nada. "No início da floração, que coincidiu agora com a seca, o milho precisa de 8 a 10 milímetros, em média, de água, por dia, e a irrigação não foi suficiente",



Harri e Reinhard: planta de risco

conta o agricultor.

Mas ele não se desiluiu com a irrigação, "que é válida, dentro de um certo limite de seca e dependendo do estágio em que se encontra a planta". Copetti também não irá desistir do milho que, em anos normais, segundo ele, pode render dois sacos contra apenas um de soja. Outro aspecto que considera importante é que o dinheiro do milho entra em fins de janeiro e início de fevereiro. Este ano, ele terá que esperar até junho para ter a primeira receita da safra de verão, se também a soja não fracassar.

A soja tomará o lugar do milho em muitas outras propriedades, exatamente no momento em que a política do Ministério da Agricultura dirigia a safra em direção contrária. Isso acontecerá na Empresa Progresso, dos Irmãos Grimm, à margem da RS-155, entre Ijuí e Santo Augusto, no município de Chiapetta. Ali, foram plantados 50 hectares com milho. E também ali o Proagro foi o último recurso. Reinhard Grimm, um dos proprietários da granja, conta que deverão ser semeados outros 15 hectares com milho, numa outra área, para que seja garantido o abastecimento da propriedade. Mais 10 hectares serão plantados por conta, sem financiamento, na várzea de um banhado que está sendo drenado.

Reinhard e seu filho Harri, gerente comercial da empresa, não vêem o milho como cultura muito atrativa do ponto de vista comercial. "Plantamos milho sempre arriscando, por várias razões, mas não porque possa ser uma lavoura que assegure bons retornos", observa Reinhard. Ele explica que o milho entra no processo de diversificação, em rodízio com outras áreas ocupadas pela soja. Além disso, é planta que pode ser semeada em agosto e colhida em fins de fevereiro e início de março. Assim, permite uma antecipação da safra de verão, com menos trabalho e problemas com armazenagem na época da colheita da soja.

Outro ponto positivo é o de que a terra fica liberada mais cedo para o plantio da aveia. Contra todos esses aspectos

favoráveis, Reinhard e Harri enumeram as desvantagens do milho, que exige chuvas regulares, muita mão-de-obra e a boa adubação e uréia. Mas o que faz com que essa lavoura não provoque muito entusiasmo é o fato de ser uma cultura de risco, que tem safras imprevisíveis.

Reinhard lembra que na safra colhida em 1984, de 120 hectares, sobrou apenas metade da área a ser colhida. A outra metade foi derrubada. Naquele ano, pela primeira vez os Grimm decidiram apostar forte no milho e se deram mal, por causa de uma seca que aconteceu em janeiro. No ano passado, com uma área de apenas 10 hectares, eles colheram entre 90 a 95 sacas por hectare. A redução da área foi provocada pela frustração da safra anterior.

Reinhard pretende manter, nos próximos anos, a lavoura ao redor dos 40 hectares, que é a média da área ocupada pela cultura na granja. "Mesmo com incentivo no preço, eu não voltaria a plantar grandes áreas", garante ele, entendendo que o atrativo de uma boa remuneração não elimina os riscos dessa planta.

DOBRO DA ÁREA

A propriedade da Empresa Progresso possui 2 mil hectares, onde a soja deverá ocupar este ano 1.500 hectares. Até o dia 17 de dezembro, 90 por cento dessa área já estavam formados, pois a terra foi preparada bem no cedo, favorecida por chuvas ocorridas em outubro. Reinhard comenta um detalhe curioso, proporcionado pela estiagem: a soja mais bonita é a que foi semeada com plantio convencional, porque o solo conservou melhor a umidade. A área com plantio direto estava com uma planta mais baixa, com um palmo a menos. Num ano normal, certamente isso não teria acontecido, observa ele.

A frustração da safra de milho e a substituição pela soja nas áreas arrasadas são coisas comuns na Região Pioneira da Cotrijuí, e não só nas propriedades dos Grimm e de Olmir Copetti. Em Santo Augusto, a lavoura de milho havia dobrado este ano, com 5 mil hectares, contra os 2.500 do ano passado. E ele teve gente que investiu a valer na cultura, com áreas de até 200 hectares. Com a seca, a lavoura total do município pode ficar reduzida a



Copetti: recorrendo ao Proagro, mesmo com irrigação

uns 2 mil hectares, após o replantio de 1.600 hectares, conforme estimativas do agrônomo João Teixeira, coordenador técnico da unidade.

Virada terá que esperar

O Brasil poderia colher este ano de 20 milhões e 100 mil a 20 milhões e 600 mil toneladas de milho. Isto representaria um aumento de 5 a 7 por cento em relação à safra anterior. Mas a quebra talvez chegue a 1 milhão e meio de toneladas, conforme estimativas da CFP (Companhia de Financiamento da Produção).

Com essa quebra, as importações este ano poderão chegar a 1 milhão de toneladas, para que o abastecimento interno seja garantido. Mais uma vez o governo teme a especulação exercida por fortes grupos, que manipulam o mercado ao seu gosto. E também mais uma vez o produtor, que não vem sendo bem remunerado pelo milho que colhe, verá os intermediários ganharem dinheiro, enquanto conta os prejuízos de uma safra frustrada.

Este ano, o governo incentivou, com Valores Básicos de Custeio, o aumento da produção de milho. Este incentivo privilegiou também os pequenos produtores, que receberam 100 por cento do VBC. A pretendida virada, com maior oferta desse e outros produtos para o mercado interno, terá que ficar para o próximo ano.

Um Natal sem espigas na brasa

O agricultor Evaldir Moraski, da Linha 13 Leste, Ijuí, não poderá, pela primeira vez, repetir no Natal deste ano um costume antigo da família. Todo o 25 de dezembro, ele aproveita o fogo do churrasco para assar milho verde. As espigas ficam debaixo dos espetos com carne, e são temperadas pela gordura que vai pingando do churrasco. Desta vez, os Moraski passarão o Natal sem milho verde, pois a estiagem reduziu o milharal a uma planta nanica. "Não há mais o que esperar desta lavoura", afirmava Evaldir, no dia 10 de dezembro.

Ele é proprietário de 36 hectares, e formou este ano 3 hectares com milho. Pretendia plantar 30 hectares com soja, mas até o dia 10 havia semeado pouco

mais de 10 hectares. O milho já estava sendo cortado para as 5 vacas de leite, e a soja, bem desparelha, não valia nada. "Se vier uma chuva boa, eu replanto o milho, que é para o consumo da propriedade, e também gradeio de novo a área com soja".

Evaldir planta por conta desde 1962, nunca viu uma seca nessa época e também nunca se viu obrigado a comprar milho para alimentar porcos, galinhas e vacas de leite. As vacas, que estão comendo trigoilho, rapam a grama de um poteiro para produzir 20 litros de leite por dia, quando poderiam estar dando o dobro. Também não será colhido nada de 10 quilos de feijão plantados pelo agricultor. "Não tiro nem uma vagem para fazer uma

salada", dizia ele.

PROAGRO

Evaldir acredita que pode replantar o milho até por volta do dia 7 de janeiro, e a soja até o final de dezembro. Somente a soja é financiada, assim como haviam sido plantados com crédito os 10 hectares de trigo da safra deste ano. Safra, aliás, que ele não colheu, pois bateu ferrugem e giberela na lavoura. Evaldir está preocupado com a possibilidade de uma nova frustração, e não é para menos: o Banco do Brasil não liberou o seu Proagro.

Ele conseguiu apenas 11 milhões de cruzeiros com o trigo, e o financiamento era de 14 milhões. A explicação do Banco foi a de que as doenças poderiam ter sido



Evaldir: sem milho verde no Natal

combatidas com veneno. Com a seca, o agricultor pode ficar mais uma vez sem uma safra, mas ele se preocupa sem se apavorar. "A esperança é a última que morre", afirma, completando: "O que já tomei de laço nesta minha vida".



SECA

Situação dramática

"O milho é o combustível da propriedade". É assim que o técnico agrícola Nelson Raffaeli, da Cotrijuí, resume a importância dessa lavoura para os agricultores de Tenente Portela. O veterinário Daniel Heuser, também da unidade da Cooperativa, completa: "O milho é alimento, e a soja é dinheiro. Sem milho não se tem porco, galinha, leite, pão, polenta". E só quem mora nessa região de terra dobrada sabe o que significa para esses agricultores ficar sem o milho que brota das pedras.

Em Tenente Portela, de cada quatro propriedades, uma tem menos de cinco hectares, como lembra Daniel. O minifúndio, localizado principalmente nas áreas de ladeira, predomina no município, onde 62 por cento das propriedades têm de 10 a 25 hectares. Apenas um por cento do total possui de 50 a 100 hectares. E é preciso andar muito para se encontrar uma área com mais de 100 hectares ali e em outras localidades próximas. As terras com áreas de 100 a 200 hectares representam apenas 0,15 por cento do total das propriedades.

Este ano, a lavoura de milho em Portela e Miraguaí poderia ficar com 23.300 hectares, contra os 22.100 da safra passada, conforme estimativas feitas antes da seca. A unidade de Portela recebe a maior produção de milho da Região Pioneira da Cotrijuí, mesmo que mais da metade da safra (não seja para vender). A soja, que ocupou 37.500 hectares no ano passado, ficaria com área reduzida para 37.500 hectares este ano, também de acordo com as estimativas.

SUINOCULTURA

Nas terras dobradas, milho e soja são geralmente plantados juntos, um ao lado do outro, em linhas intercaladas. Há muito milho crioulo e a maior parte da área não é financiada, segundo o Banco do Brasil. A tecnologia utilizada é a mais rudimentar. Não se utiliza máquina para o plantio ou colheita, e o uso de fertilizantes é inexpressivo.

Daniel Heuser ressalta que os reflexos da falta do milho irão se refletir especialmente na suinocultura. Uma porca com duas parições por ano, que tenha 16 leitões, irá exigir para ela e os filhotes 80 sacos de milho e outros 50 de ração concentrada. Essa é uma média da necessidade anual de alimento, considerando-se também a média de parição de um animal tipo carne. A produtividade do milho no ano passado em Portela ficou em 37 sacos por hectare.

EMERGÊNCIA

Valdomir Ottonelli, agrônomo e coordenador técnico da unidade, previa uma quebra no milho entre 60 e 70 por cento, até 18 de dezembro. Ele teme que muita gente se veja obrigada a abandonar suas terras por não conseguir saldar dívidas no banco. Recentemente, Ottonelli participou de uma reunião em Miraguaí, onde o assunto foi discutido, e sentiu que a situação é dramática.

Em três dias de atendimento aos agricultores, de 16 a 18 de dezembro, o Banco do Brasil de Portela havia recebido 490 pedidos de empréstimos de emergência de agricultores. São 600 mil cruzeiros por pessoa, com juros do crédito rural. O gerente da agência, José Carlos Curte, esperava liberar mil pedidos nesse período, mas acha que os produtores não se entusiasmarão com a ajuda por causa da taxa cobrada.



Arani Francischett e a família: o plano da casa nova fica adiado para a próxima safra

A vida nas ladeiras

Desolação no município onde a planta brota no meio das pedras

Aldino Alves da Silva tem 54 anos e é dono de 3 hectares de terra na Linha da Paz, em Tenente Portela. O mais certo seria dizer que ele é proprietário de uma ladeira com muita pedra, numa das regiões acidentadas do município. Por volta, a vizinhança enfrenta as mesmas condições, fazendo o milagre de plantar e colher a mão em morros tomados por minifúndios, que nunca viram uma máquina por perto. Mas este ano todo esse pessoal não terá muito o que tirar da lavoura.

"Isso é coisa do sacrifício", diz Aldino, quando lhe perguntam como consegue plantar em ladeiras onde a muito custo se fica em pé. Ele, a mulher, dona Julianire, e 4 filhos, lidam na lavoura, onde plantaram 36 quilos de feijão, já perdidos, 30 e poucos quilos de milho e uma saca e meia de soja. Disso tudo, talvez se salve um pouco de soja. "Também plantei 15 quilos de milho a terça, com o compadre Velci Krumenauer", conta Aldino, que passou a cortar o milharal para seu rebanho: 2 vacas de leite, dois bois de canga e 2 terneiros.

DORES NAS COSTAS

O problema é que vai faltar milho para a casa e para 4 leitões que está engordando, pois ele acredita que a safra "ficará pela metade". O pior ainda é que Aldino não tem safra de inverno, e não pode nem mesmo recorrer ao Banco do Brasil para pedir empréstimo de emergência. "Eu devo um milhão e meio no Banco, do custeio da soja da última safra", explica ele, que prorrogou a dívida por mais dois anos.

Aldino tem o mesmo problema de saúde da vizinhança: sofre de dores nas costas, provocadas pelo esforço da coluna no trabalho em terra dobrada. Perto dali, Arani Francischett, de 47 anos, enfrenta situação menos pior. Arani possui 45 hectares, e com essa quantidade razoável de terra poderia ser considerado um granjeiro para quem não conhece sua lida. A verdade não é essa. Ele também planta em morros, ajudado pela mulher, dona Dalíria, os sete filhos e mais dois agregados.

Ele plantou 6 sacas de soja e 80 quilos de milho, e faz as contas para dizer que, no total, a área de lavoura deve an-

dar ao redor de uns 18 hectares. "Não faço planta para vender", conta Arani, explicando que a safra de milho será para engordar 20 leitões e ajudar no trato de 17 cabeças de gado (vacas de leite, terneiros e duas juntas de boi). Numa terra plana, com seus 45 hectares ele certamente teria trator e até colheitadeira. Mas não possui nada disso. Arani ainda não se deu ao luxo nem mesmo de comprar um automóvel.

CASA NOVA

"Eu pretendia mesmo era construir uma casa nova", diz ele, que olha para o prédio de madeira, pequeno para tanta gente, e comenta: "Esta af está quase caindo". Mas certamente não será desta vez que os Francischett terão casa nova, em função da seca. E isto que ali na Linha da Paz não se encontra com facilidade outra propriedade com uma área igual à de Arani. O fácil é se imaginar como não estarão os agricultores com menos terras.

Arani tem o consolo de que há 3 anos não pega financiamento para custear a lavoura. "É tudo por conta", afirma ele, observando que este ano plantou um pouco de milho híbrido, outro pouco de milho comum e o resto de semente de segunda planta (milho híbrido colhido na safra anterior).

Mas nem todos conseguem escapar do Banco, principalmente numa hora de

aperto. Neleo Lídio Kirst, dono de 15 hectares na localidade de São Pedro, também em Tenente Portela, correu atrás do empréstimo de emergência que o governo mandou liberar para o sustento de pequenos agricultores. "Vou comprar semente, roupa e comida", dizia ele, no dia 18 de dezembro, na agência do Banco do Brasil, depois de assinar o contrato.

FAZER FORÇA

O Banco libera 600 mil cruzeiros por pessoa, e Neleo pegou 1 milhão e 200 mil para ele e a mulher, dona Irma. Seu filho, Elmar, que planta na mesma área, tomou um empréstimo de 1 milhão e 800 mil cruzeiros, pois é casado e tem um filho. Neleo e Elmar utilizarão esse dinheiro para se manter até a safra de soja, pois a de milho já foi desprezada. Eles plantaram 8 hectares com soja e 3 hectares com milho. Parte da verba será usada na compra de semente para o replantio de 4 hectares de soja.

Neleo conta que vem comprando ração para engordar 17 porcos, e se lamenta: "Nessa época, eu já deveria ter milho para os animais". Ele esperava chuva, pensando na possibilidade de replantar também o milho. O empréstimo de emergência será pago em duas parcelas, em agosto e setembro do próximo ano. "Vamos fazer força para pagar", diz o agricultor, sem saber quanto mais ou menos terá que devolver ao Banco do Brasil.



Aldino (na foto da esquerda) e Neleo: subindo e descendo morro



Perdas também no MS

As lavouras de arroz e feijão apresentam os maiores prejuízos

A região Centro-Oeste do país também sofre os efeitos da estiagem, com conseqüências para as populações urbanas e rurais. O prejuízo maior está na agricultura, onde a totalidade das lavouras apresentam significativos índices de quebras de produção. Abaixo, um balanço das conseqüências da seca no Mato Grosso do Sul, num relato feito dia 10 de dezembro pelo correspondente Carlos Bindé:

A estiagem prolongada já ocasiona uma quebra de 20 por cento na produção de soja dos municípios da área de ação da Cotrijuí em Mato Grosso do Sul. Mais grave ainda é a situação das lavouras de arroz de sequeiro e feijão, com prejuízos de, respectivamente, 60 e 80 por cento, conforme levantamento técnico realizado entre os dias 9 e 10 de dezembro.

A situação preocupa os produtores associados à Cotrijuí no Estado, que esperam pelas chuvas para reiniciar o plantio, ou então replantar as lavouras que apresentaram baixos índices de germinação ou de desenvolvimento. A nível de cooperativa, os produtores estão sendo orientados a procurar as agências do Banco do Brasil, ou dos agentes financeiros onde encaminharam seus financiamentos, para se inteirarem das medidas de caráter emergencial anunciadas pelo Governo.

Estas medidas prevêm a prorrogação dos débitos de custeio e refinanciamentos para o plantio, replantio ou substituição de lavouras de arroz, milho ou soja. Algumas unidades promoveram encontros entre os produtores e gerentes do Banco do Brasil em seus municípios, com o mesmo objetivo.

A persistir a estiagem — em algumas localidades não chove há 40 dias —, o problema tende a se agravar, pois cada dia que passa sem chuva, maior é o prejuízo dos produtores, também com graves reflexos na atividade da cooperativa. Em Sidrolândia, por exemplo, 80 pedidos de cobertura do Proagro já foram apresentados na agência do Banco do Brasil, 35 dos quais com perdas que variam entre 80 e 90 por cento da produção.

SOJA

A soja continua como a principal cultura de verão em Mato Grosso do Sul. Sua área, entretanto, será sensivelmente reduzida em relação a do ano passado e ainda assim dificilmente chegará aos 744 mil hectares estimados no início deste mês, o que representa uma redução de praticamente 9 por cento em relação as primeiras estimativas de área para a safra 85/86, feitas em setembro.

Os levantamentos técnicos da primeira semana de dezembro indicam que a soja foi plantada em apenas 60 por cento dos 744 mil hectares previstos, o que corresponde a apenas 466 mil hectares. Os prejuízos, por sua vez, são estimados em 20 por cento, considerando-se apenas a área plantada.

A expectativa é de que chova, possibilitando assim a retomada do plantio, ainda que fora de época para as variedades precoces, as preferidas dos produtores sul-mato-grossenses. A necessidade de replantar algumas áreas faz com que os produtores se voltem para as variedades de ciclo médio.

ARROZ

O estímulo dado pelo Governo à produção de alimentos fez com que os produtores dessem maior atenção às lavouras de arroz, que em conjunto totalizam 138 mil hectares, 39 por cento a mais que na última safra. As áreas destinadas ao arroz de sequeiro predominam, ocupando 90 por cento da área destinada a cultura em Mato Grosso do Sul.

Riachos que nunca haviam secado antes, nessa época do ano, ficaram quase atorados com a estiagem. No MS, falta água para a irrigação do arroz



São justamente as variedades de arroz sequeiro as que mais se ressentem da estiagem. Os prejuízos já são calculados em torno de 60 por cento para uma área plantada que corresponde a 85 por cento da previsão de 124.900 hectares. Mas nem mesmo as variedades irrigadas escapam do prejuízo, já estimados em 25 por cento da produção e atribuídos, em algumas regiões, a falta de água para a irrigação. O plantio destas variedades está concluído, com área próxima a 13.100 hectares.

FEIJÃO

Prejuízo maior apresentam as lavouras de feijão, que ocupam apenas 2.430 hectares, conforme estimativa de área feita em dezembro. Só que o plantio não pôde ser concluído em função da estiagem, ficando em torno de 65 por cento da previsão.

A quebra da produção é estimada, em média, em 80 por cento, mas se tem conhecimento que em vários municípios

os prejuízos são totais com a cultura.

MILHO

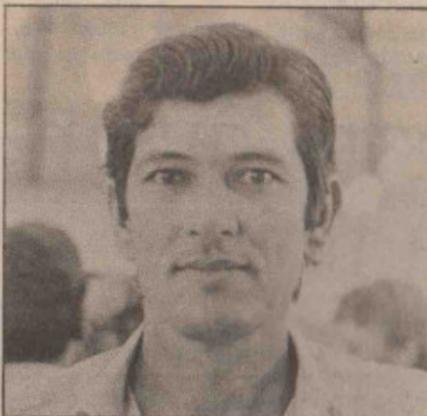
Outra cultura muito prejudicada pela estiagem que afeta o Centro-Oeste é a de milho, cujo plantio teve de ser suspenso quando se alcançava 95 por cento da estimativa de 79.300 hectares para esta safra, 60 por cento maior que na anterior. O prejuízo já é estimado pelos técnicos em pelo menos 45 por cento da produção, podendo ser ainda maior em algumas regiões.

De olho na chuva

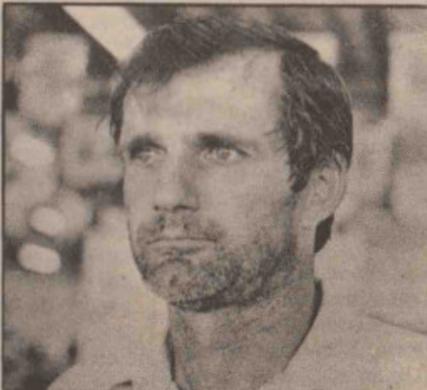
Chover bem. Esta é uma situação que os produtores de Mato Grosso do Sul não vêem acontecer desde o dia 2 de novembro, já que as precipitações ocorridas após essa data foram em volume reduzido e bastante localizadas, ou seja, em apenas algumas regiões. A temperatura, por sua vez, tem ultrapassado seguidamente a marca dos 40 graus, com o que as plantas se ressentem cada vez mais da falta de umidade no solo.

Foi justamente no dia 2 de novembro que choveu pela última vez na propriedade de Ivo Vicente Basso, da Cotrijuí em Rio Brilhante. Ele tinha a intenção de formar 150 hectares com arroz de sequeiro e 650 hectares com soja, mas isso não foi possível em função da falta de chuva. Ivo só conseguiu plantar 100 hectares de arroz e 200 de soja, que já apresentam prejuízos regulares, difíceis de serem estimados.

Ivo considera um "caso especial" o seu, pois sua lavoura de 800 hectares não foi beneficiada pela chuva que cobriu cerca de 70 por cento do município de Rio Brilhante no dia 26 de novembro. É por isso que afirma que 1986 será um ano difícil, argumentando que com uma safra normal já é difícil ter algum lucro, possi-



Ivo: sem chuva há mais de mês



Arlindo: manter o que se tem

bilidade esta praticamente eliminada em função da estiagem.

Caso chova, pretende plantar o máximo que puder, porque o solo está preparado e a semente e o adubo compra-

dos, mas não tem a intenção de replantar os 100 hectares de arroz e os 200 de soja que apresentam baixo índice de desenvolvimento. Replantar, diz Ivo, é inviável econômica e tecnicamente, argumentando que já estamos fora da época recomendada para o plantio do arroz e da soja. A formação do restante da lavoura é, entretanto, a forma encontrada pelo produtor para minimizar os prejuízos, pois tem certeza de que precisará recorrer ao Proagro para cobrir os prejuízos dos 300 hectares que tem plantados.

BUROCRACIA

O associado Arlindo Scherer, arrendatário de 120 hectares em Rio Brilhante, pretende esperar até o dia 20 de dezembro. Caso chova até esta data pretende completar o plantio da soja, já que faltam apenas 20 hectares e, inclusive, replantar outros 40, onde os prejuízos são mais acentuados. Se não chover, porém, diz que não vai mais botar dinheiro na soja. Para fazer o replantio, Arlindo pretende se utilizar de recursos próprios, por considerar "muita burocracia" ter de mexer com banco outra vez.

Arlindo mora em Mato Grosso do Sul há 10 anos e afirma nunca ter visto seca igual nesta época do ano. Isto o preocupa muito, a ponto de cancelar o plano de comprar um caminhão com o lucro que pensava ter com a soja. Recorda que em 1984 pôde comprar uma F-1.000, mas hoje diz estar satisfeito em não precisar vender a camioneta para pagar os compromissos. E conclui: "Hoje em dia, com o preço da soja, quem consegue manter o que tem é um grande administrador".

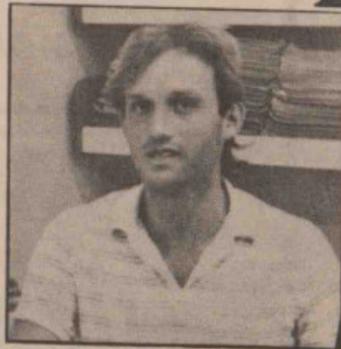
Maior produtividade

Maior produtividade e organização da produção. Essa é a nova postura adotada para a lavoura de alho da região, resultado de uma reavaliação de todo o trabalho que vinha sendo realizado. "Assim como o Plano Nacional de Produção e Abastecimento do Alho foi totalmente revisado", diz o agrônomo Francisco Salla, a Cotrijuí também teve de mudar a sua maneira de ver a cultura na região". Tanto o aspecto expansão da lavoura como a organização da produção, estão sendo reexaminados, e o que se quer de agora em diante para a cultura do alho, é um aumento de produtividade por área plantada.

O alho plantado na área de ação da Cotrijuí, Região Pioneira, ocupou nesta última safra 84 hectares e alcançou uma produtividade média de 1.800 quilos por hectare. A tendência para a próxima safra é de que haja um crescimento da lavoura com utilização de maior tecnologia, embora pelo novo plano de produção do alho, a área possa ficar ao redor dos 50 hectares com uma produtividade de 3.000 quilos por hectare. Mas essa posição não pretende interferir na decisão do produtor de fazer uma lavoura maior ou menor. A intenção é levar o produtor a obter maiores produtividades com colheita de produtos da melhor qualidade.

MODESTOS

A meta de produção de alho para a região, segundo o Salla, que também é responsável pelo setor de olericultura da Cotrijuí na Região Pioneira, é chegar a 1989 com 80 hectares de lavoura e uma produtividade média de 3.500 quilos por hectare (ver quadro abaixo). Estas metas — aumento da produtividade, organização da produção e revisão



Francisco Salla

da área plantada — foram estabelecidas em função da adoção de uma melhor tecnologia por parte dos produtores de alho. "Esses números, diz, podem parecer bastante modestos, mas, seguramente, vão refletir melhor a realidade em termos de recebimento e até de se alcançar uma lavoura mais produtiva com a melhor utilização dos insumos e mão-de-obra.

O crescimento da lavoura no país, previsto pelo Planalto é de 10 por cento ao ano. Isto confere para o próximo ano, uma boa perspectiva de preços para os alhos comerciais de melhor padrão. Por essa razão, o Salla aconselha que os produtores se organizem melhor com relação ao plantio, pois produto de melhor qualidade terá sempre melhor preço. Ele alerta ainda para o fato de que as importações feitas em anos anteriores e responsáveis pela oscilação nos preços dos produtos, estão programadas para ocorrerem somente a partir do mês de abril. Daí a necessidade de produzir um produto de melhor qualidade para suprir o mercado no período de dezembro a março, juntamente com os alhos de Santa Catarina.

PREOCUPAÇÃO

Uma maior produtividade da lavoura de alho vai implicar



As metas são: aumentar a produtividade e melhorar a qualidade

na adoção de tecnologias mais adequadas para a cultura. Qualquer mudança, segundo o agrônomo, deve começar pela definição das variedades a serem plantadas e pela escolha das sementes, procurando sempre as de melhor qualidade. A recomendação já para a próxima safra é de que o produtor passe a utilizar somente o alho médio como semente, que além de apresentar melhor qualidade, vai proporcionar uma planta mais vigorosa no primeiro estágio de desenvolvimento da cultura.

Outro aspecto importante a ser levado em conta pelo produtor que quer alcançar uma maior produ-

tividade por hectare, diz respeito a forma de plantio e condição da lavoura. O Salla sugere o uso de maior quantidade de sementes por hectare, plantadas num espaçamento de 20 a 25 centímetros entre linhas e sete a 10 centímetros entre plantas. Essa redução no espaçamento vai proporcionar um melhor aproveitamento da adubação e ainda favorecer o controle das pragas e doenças. A adubação deverá ser

Plano de Produção — Cultura do Alho — Região Pioneira — Cotrijuí

Safra	Previsão plantio (ha)	Produtividade (Kg/ha)	Total (ton)	Estimat. recebim. (%)	Produto (ton)		
					Ind.	comérc.	semen.
1986	50	3.000	150	70	15	68	12
1987	60	3.000	180	70	22	87	17
1988	70	3.200	224	70	30	106,8	20
1989	80	3.500	280	70	39	135	22

Lavoura para quem tem pouca terra

O seu Amário Becker e a sua esposa, a dona Lorena, plantam em sociedade com o pai, o seu Augusto Becker, 25 hectares de terra na localidade de Linha 6 Oeste, em Ijuí. Numa propriedade bem diversificada, eles plantam meio a meio desde o milho, a soja, o trigo, o feijão, a horta. Só não dividem os resultados da lavoura de alho. "Essa lavoura é só minha e da mulher", esclarece o seu Amário já às voltas com a limpeza do produto armazenado no galpão.

Eles começaram a lidar com o alho no ano passado, quando plantaram uma área pequena para fazer semente. Não foram muito bem, mas tiraram semente suficiente, da variedade Portela, para plantar uns 70 quilos nesta safra. Realizaram o plantio a partir de 15 de maio e foram muito bem com a planta. A colheita anda ao redor dos 600 quilos, para a satisfação do seu Amário e da dona Lorena. Toda a lavoura foi feita com re-

ursos próprios, pois o casal não quer saber de financiamento. "O custo da lavoura financiada é muito alto. Quando o produtor vai pagar, ele deve no banco o triplo do dinheiro que pegou", justifica o seu Amário.

O segredo da boa produtividade alcançada pela lavoura de alho, segundo o seu Amário, está na escolha da terra para fazer o plantio da cultura. Fez a lavoura numa terra alta, roxa, bem arejada e bastante rica em matéria orgânica. "Não tenho ainda muita experiência em alho, mas fiz toda a lavoura sem adubo, numa terra que considero apropriada para a planta, e tirei uma boa colheita", conta ele. A seca que vem castigando os produtores a ponto de não permitir o plantio das lavouras de verão, não prejudicou a lavoura de alho, apenas adiantou a maturação em cerca de 10 dias.

PEQUENA PROPRIEDADE

Nesses dois anos de lida

com a planta o seu Amário e a dona Lorena já chegaram a conclusão de que o alho é uma planta para a pequena propriedade e que exige o uso

da mão-de-obra familiar. "É uma planta das mais trabalhosas, mas uma excelente opção para o inverno, principalmente para quem tem pouca terra", conta a dona Lorena. Mas ela também lembra que não é uma planta para ocupar grandes áreas, justamente pela mão-de-obra que absorve, "mas deve estar presente em toda a propriedade".

As despesas com a lavoura de alho foram pequenas, até porque seu Amário não usou nada de adubo. Os gastos, com o plantio, a aplicação de herbicidas, óleo diesel, uréia, capina e colheita somaram no final das



Seu Amário e dona Lorena: o alho é uma planta trabalhosa

contas Cr\$ 157.600. Mas quase todo o trabalho e a lida com o alho foi feita pela família. "Só pegamos dois auxiliares na hora da colheita e que trabalharam durante dois dias. Nós poderíamos fazer todo o serviço sozinho, mas correríamos o risco de ter algum prejuízo, porque o alho já estava no ponto", explica a dona Lorena.

Apenas com o alho os Becker estão estimando uma receita por volta de uns Cr\$ 7 milhões, que é bastante dinheiro, segundo o seu Amário, ainda mais se fizer uma comparação

composta por esterco curtido de aves, na base de duas toneladas por hectare, aplicados nas linhas de plantio e complementada por bórax, sulfato de magnésio e de zinco.

Com relação ao controle de doenças, principalmente nematóides, a recomendação técnica aconselha, como solução, a rotação de áreas. Como o nematóide é de difícil controle, áreas atacadas com a doença não devem ser cultivadas com o alho. Métodos como a termoterapia, por exemplo, não têm apresentado resultados eficientes. Os nematocidas, produtos altamente tóxicos, são recomendados apenas para área onde a cultura é explorada intensamente e ocorre falta de novas áreas para o plantio.

NOVAS VARIEDADES

Mas as metas de produção de alho para a região não ficam por aí. Novas variedades, através de ensaios regionais (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) serão introduzidas no Centro de Treinamento da Cotrijuí para estudo e avaliação de seu comportamento. Desses trabalhos, explica o Salla, vamos tirar subsídios para, futuramente, recomendar novas variedades que sejam perfeitamente adaptadas ao clima e ao solo da região.

de ocupar uma área maior, apresenta um custo mais elevado. Conta que plantou 11 sacos de trigo e colheu 120. "Vou tirar no máximo Cr\$ 14 milhões, só que ainda tenho de descontar as despesas com o óleo diesel, o adubo, que somam uns Cr\$ 2 milhões". Não acha que se deva, só por isso, deixar de plantar trigo ou fazer uma grande área de alho, mas o produtor deve plantar de tudo e pouco, para equilibrar melhor a propriedade. Para a próxima safra pretende plantar, no máximo, uns 90 quilos de alho.

Importações: ameaça afastada

O cumprimento do calendário das importações, a suspensão das importações em épocas inoportunas e a retomada, por parte do governo, do Plano Nacional de Produção e Abastecimento do Alho, estão sendo apontadas como as grandes conquistas da classe produtora de alho nesse primeiro ano da Nova República. "Parece que desta vez a classe produtora de alho está sendo ouvida", diz Hermes Bitencourt, presidente da Associação Gaúcha de Produtores de Alho, ao falar sobre o afastamento das ameaças de importação do produto.

As importações de alho vinha acontecendo até o ano passado, sempre à revelia da classe produtora e, segundo Bitencourt, que também é presidente da Cooperativa Central Gaúcha de Hortigranjeiros, além de desprezadas, serviram para acabar com a produção do estado. "Importar alho, num período em que a safra gaúcha estava entrando no mercado, não passava de mais um barbarismo com a classe produtora. "Era a maneira encontrada pelos grandes compradores de fazer o preço, a nível de produtor, descer lá embaixo. A situação foi revista pelo Governo e as importações suspensas, pe-

lo menos até que exista produção nacional no mercado".

LOBBIES

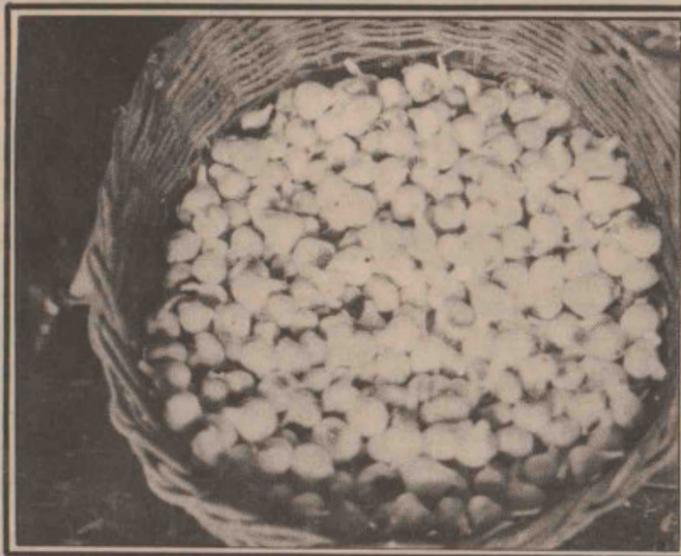
Para o presidente da Agapa, essas ameaças de importação de alho não passaram de "lobbies" dos grandes compradores, "acostumados a conseguir tudo o que queriam com a Velha República". Diz ainda que os únicos beneficiados com as importações seriam os atacadistas paulistas, que desta forma poderiam comprar alhos nobres no Sul por preços inferiores para mais tarde voltar a especular no mercado com preços mais altos. "Era mais um crime contra a classe produtora", diz Hermes.

Não convencidos da primeira derrota, os grandes compradores desistiram de importar alho comércio e voltaram a atacar pedindo a compra de 1.800 toneladas de alho indústria. Essa importação seria suficiente para abastecer as indústrias por 10 anos. Na verdade o que os grandes compradores queriam era jogar esse alho no mercado. Não passava de mais um golpe dos atacadistas na opinião do Hermes, que só não deu certo porque o governo sabe que não existe fal-

ta de produto no mercado, embora os preços estejam um tanto aquecidos.

Esse aquecimento nos preços é muito mais em função da menor oferta de produto no mercado do que da falta. "Não existe falta de produto no mercado", deixa bem claro. Mas faz um alerta dizendo que esses bons preços praticados nessa safra não deverão servir para que o produtor saia plantando alho à revelia. O aumento de área deverá acontecer de acordo com o que estabelece o Plano Nacional do Alho (ver Cotrijornal de outubro/85). "A nossa meta é crescer de forma ordenada e progressiva para podermos manter a produção organizada".

Outro assunto que também andou envolvendo a classe produtora de alho nestes últimos tempos diz respeito a formação de um "pool" do alho no estado para fazer frente aos grandes atacadistas do centro do país. O pacto entre cooperativas, Central de Hortigranjeiros e Associação dos produtores de Alho já existe, falta apenas a operacionalização do processo.



Hermes Bitencourt: não existe falta de produto

Melhorar a qualidade

Se o Plano Nacional de Produção e Abastecimento de alho for cumprido como tanto se vem falando, o mercado para o alho até o ano de 1990 está com tudo para se mostrar bem mais favorável para a produção. A afirmação é de Nelci Baroni, gerente de Hortigranjeiros e da área cerealista da Cotrijuí na Regional Pioneira. "O cumprimento do Plano Nacional do Alho vem beneficiar, seguramente, o nosso produtor aqui da região, que vai poder plantar com mais segurança", diz. A intenção em termos de produção nacional, é chegar até 1990 a auto-suficiência e cair fora da dependência criada pelas importações.

O Brasil consome hoje aproximadamente 42 mil toneladas de alho por ano, ou seja, 3,5 mil toneladas por mês. As importações andam em torno de 16 mil toneladas e absorvem, tranquilamente, uma fatia bem gorda do mercado: 30 por cento. Mas com a execução das metas contidas no plano de recuperação e expansão da lavoura de alho, o Brasil aumentaria a sua área em 11.575 hectares para 18.073 hectares. O estado do Rio Grande do Sul aumentaria a sua área em 36,7 por cento.

A PRODUÇÃO E AS MUDANÇAS

A produção de alho entregue na Cotrijuí pelos seus associados corresponde ao consumo nacional de um dia. A atual safra vai fechar em torno de 100 toneladas, mas as perspectivas de comercialização do produto, segundo o Baroni, são muito boas. O próprio mercado, com a falta de produto, vem ajudando e, inclu-

sive, facilitando a colocação da produção local nos grandes centros.

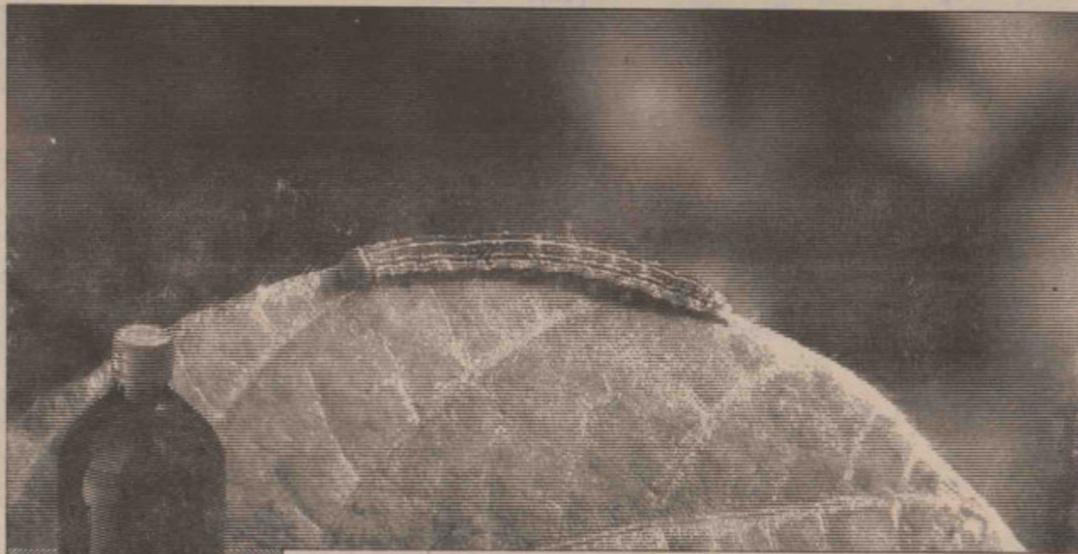
Esta tendência positiva do mercado chegou até provocar algumas mudanças na forma de recebimento do produto pela Cooperativa. A partir dessa safra, em função da agilização do mercado e até da falta de produto, foi instituído a modalidade preço do dia para o alho. Até a safra anterior, a Cotrijuí vinha recebendo o produto pela modalidade preço médio. "Podemos receber a produção ao preço do dia porque o mercado favoreceu. Com a falta de produto, ele chegou a absorver, inclusive os alhos mais tardios, como por exemplo, da variedade Portela. Esses alhos foram comercializados à meia cura, um fato que ainda não tinha ocorrido na região", salienta o Baroni.

O alho é um produto que sempre terá mercado garantido e que será melhor favorecido com a execução do Planalho. Mas o Baroni reconhece, que em termos comerciais, o alho produzido na região precisa melhorar na qualidade. Acredita até, que daqui para a frente, o produtor da região terá de se preparar melhor, inclusive para competir com mercados mais exigentes. "Nesse tempo todo, diz, a Cotrijuí tem ficado na responsabilidade de buscar sempre o melhor preço para os seus associados e, na medida do possível, não tem medido esforços para ajudar a melhorar a qualidade do produto. Mas também é preciso que o produtor dê a sua resposta, inclusive na entrega da produção".

Curacron®



O pequeno GRANDE lagarticida



Pequeno na dose, grande na eficiência.

Apenas 1/4 de litro de CURACRON é suficiente para controlar a Lagarta da Soja (*Anticarsia gemmatilis*) em 1 hectare.

É aí, na dose usada, que o lado pequeno de CURACRON se mostra vantajoso para você, uma vez que seu custo se apresenta como um dos mais baixos por hectare.

Agora vem o lado grande de CURACRON: seu efeito de choque sobre a Lagarta da Soja, o qual tem sua eficiência completada pela ação de ingestão e profundidade que o produto também apresenta. Vale, por tudo isso, comprovar em sua própria lavoura este excelente desempenho que CURACRON apresenta.

CIBA-GEIGY

Bom senso x imprudência

De um lado, o sucesso do base larga. De outro, a volta da queima da palha

Há mais ou menos um ano, quando a construção de terraços de base larga ganhou impulso na Região Pioneira da Cotrijuí, alguns produtores ficaram em dúvida. E a indagação que mais se fazia era esta: será que a preocupação com o solo não irá ficar apenas na substituição dos antigos terraços convencionais? Hoje, esta desconfiança não existe mais. Os terraços de base larga não estão somente ajudando no combate à erosão, mas servindo também de motivadores para o trabalho comunitário e a valorização das práticas conservacionistas.

Mas toda essa motivação ainda encontra algumas resistências, pois há agricultores que, por incrível que pareça, continuam a queimar a palha do trigo. A fumaça da queima da resteva voltou a ser vista este ano, em áreas isoladas, e causou espanto aos produtores que investem tudo na recuperação do solo (veja depoimentos abaixo, nesta página). Esse hábito antigo e tão condenado sobrevive às custas da imprudência de pouca gente, que ainda acredita nos benefícios de uma prática que só traz prejuízos.

PREJUÍZOS

"A queima da palha compromete tudo o que se faz numa lavoura para preservação e recuperação do solo", observa o agrônomo Léo Goi, supervisor da área de solos e gerente agrotécnico da Região Pioneira da Cotrijuí. Afinal, qualquer produtor sabe que a resteva queimada pode até facilitar o plantio das lavouras de verão, mas causa sérios danos. Sem a resteva, a terra fica exposta à ação das chuvas e deixa de contar com uma fonte importante de renovação da matéria orgânica, decisiva para a fertilidade do solo. A queima também termina com microorganismos que contribuem com a manutenção dessa fertilidade.

Apesar dessa prática nociva ainda persistir em casos isolados na Região, Léo Goi lembra que na área de ação da Cotrijuí os exemplos da queima da palha são



Parece mentira, mas muita gente voltou a tocar fogo na resteva do trigo este ano, apesar dos alertas

numericamente inferiores aos de outras zonas produtoras. Essa constatação estimula técnicos e produtores a lutarem ainda mais para que as lavouras da Pioneira continuem a servir de exemplo para outras regiões, e também esses casos isolados deixem de existir.

A verdade é que a grande maioria dos agricultores vem investindo nas práticas conservacionistas, com a rotação de culturas, o plantio direto, a manutenção do solo com cobertura, a integração lavoura-pecuária. A construção dos terraços de base larga apenas complementa isso tudo, como observam Léo Goi e o técnico agrícola Pedro Pittol, da unidade de Ijuí. Pittol iniciou o trabalho de orientação aos produtores, na Linha 8 Oeste, em Ijuí, onde os terraços de base larga foram construídos com pioneirismo na Região.

TENDÊNCIA

Hoje, na Linha 8 e localidades da

vizinhança, o base larga já ocupa cerca de 500 hectares de 22 propriedades. No total, em Ijuí, há 975 hectares com os novos terraços construídos, como parte de um conjunto de providências que visam salvar o solo, depois de mais de duas décadas de monocultura. Somando-se o trabalho de órgãos como a Emater e escritórios particulares, a área de Ijuí com terraço de base larga chega a uns 1.200 hectares.

Léo e Pittol acreditam que no próximo ano Ijuí poderá ampliar as áreas com os novos terraços em mais de 3 mil hectares. "Pela tendência notada hoje, e pelo entusiasmo do produtor, é provável até que tenhamos ao redor de 5 mil hectares", diz Pittol, ressaltando que essa meta dependerá, é claro, de muitos fatores favoráveis, entre os quais as condições do tempo. Ijuí tem uma área total agricultável

em linha, em mutirões, passando de uma propriedade a outra sem respeitar divisas, leva à integração entre os produtores. É assim também, sem recorrer a financiamentos ou à compra de máquinas, que eles trocam idéias e divulgam essas práticas. Pittol ressalta que muita gente vem se preocupando inclusive com o plantio de grama nos barrancos, como proteção à própria lavoura e às estradas.

Outros agricultores se dedicam ao reflorestamento, ao mesmo tempo em que a maioria reduz o uso de agrotóxicos, substituindo os venenos pelo controle biológico de pragas como a lagarta. "O terraço de base larga — diz Pittol — é um guarda, um vigilante, dentro do sistema todo de conservação do solo". Com essa comparação, ele quer dizer que é inútil ter um "guarda" numa área onde não há nada que possa ser preservado.

Linha 8 oeste: ali estão os pioneiros

Os pioneiros do terraço de base larga na região da Cotrijuí residem na Linha 8 Oeste, em Ijuí, onde os trabalhos realizados servem de modelo para outros municípios. O agricultor Rudi Arno Bönmann, proprietário de 50 hectares, tem o orgulho de dizer que foi o primeiro a aderir, depois de visitar, por acaso, uma lavoura de Carazinho onde o base larga era utilizado. "O Pedro apareceu por aqui, tempos depois, e me propôs que a gente fizesse o terraço", conta Rudi, referindo-se ao técnico agrícola Pedro Pittol.

Isso aconteceu há três anos, quando 20 hectares da propriedade, que tem 50 hectares, tiveram os terraços convencionais substituídos pelos de base larga. Hoje, a prática já se estende a 30 hectares, e aos poucos o agricultor pretende completar o resto da área. "Eu construí os terraços meio com medo de que não desse certo", relembra Rudi, contando que um vizinho se espantou quando viu o resultado do trabalho. "Ele me disse: tu é louco homem, isso aí vai se desmanchar".

Mas terraço nenhum se desman-

chou, e nesses três anos não foi preciso nem mesmo retocar os montes de terra. Mas isso só não basta, como ressalta Rudi. Ele trata bem do solo, fazendo rotação no inverno, e há uns cinco anos não sabe o que é usar veneno na lavoura. Dona Sidoni, mulher de Rudi, também saiu ganhando com a novidade. Antes, ela e os três filhos do casal eram obrigados a plantar sobre os terraços, a bico de máquina, e fazer a colheita manual. Hoje, o plantio e a colheita sobre os terraços de base larga são feitos com máquina.

RETORNO IMEDIATO

Perto dali, também na Linha 8 Oeste, outro agricultor, Elói Fries, prova que a adesão ao terraço independe do tamanho da área. Ele possui 7 hectares, e decidiu testar a inovação, no ano passado, junto com outros cinco produtores da vizinhança. Logo depois da safra de verão os terraços foram construídos ao mesmo tempo, nas seis propriedades, cruzando de uma área a outra, como se não houvesse divisas.

"Gastamos só o óleo diesel, pois a medição foi feita pela Cotrijuí e nós mes-

mos realizamos o serviço", conta Elói, que implantou o base larga em 4,3 hectares, e no próximo ano pretende completar a área. Ele está certo de que o seu caso é uma prova de que também os pequenos produtores podem e devem fazer essa troca.

"Nós tínhamos verdadeiras barocas na lavoura, e agora já se nota que a erosão está reduzindo e vai desaparecer totalmente", diz ele. Elói se convenceu também de que o investimento tem retorno na primeira colheita, pois até mesmo o aproveitamento da área, com plantio sobre os terraços, é melhorado.

Antes de ser perguntado sobre as

Rudi (na foto acima) e Elói estão satisfeitos



outras práticas conservacionistas que utiliza, Elói toma a iniciativa de garantir: "O base larga sozinho não resolve tudo. É preciso evitar a queima da palha, reduzir o uso de máquinas sobre o solo e fazer rotação". Afinal, ressalta o agricultor, "o importante é o que se faz entre os terraços".

O reforço de novos aliados

Técnico incentiva programas comunitários

Os projetos comunitários para preservação do solo vão se multiplicando no Estado e ganhando novos aliados. As cooperativas que desenvolvem projetos nessa área, com o apoio de outras entidades, podem contar com o reforço de um técnico do BRDE — Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, que tem as mesmas idéias do pessoal envolvido nesse trabalho. É o agrônomo Dante Carlos Schuch, da gerência de Planejamento do Banco em Porto Alegre, autor de um programa de recuperação e conservação do solo no Rio Grande do Sul.

Schuch concluiu o projeto em setembro deste ano, depois de ouvir colegas que trabalham em cooperativas e órgãos oficiais, como a Emater. Ele espera sensibilizar o BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para que este libere recursos que viabilizem sua proposta. Só que a primeira reação dos técnicos deste Banco não foi muito favorável à iniciativa, que depende de crédito subsidiado para que possa ser levada adiante. O crédito, existe, mas pode sair mais caro que o dinheiro destinado ao custeio da lavoura ou a investimentos no meio rural.

MONOCULTURA

No início de novembro, o agrônomo esteve em Ijuí, quando se reuniu com representantes da Cotrijuí e de cooperativas de São Luiz Gonzaga (Copatrigio), Tapera (Cotrisoja), Não-Me-Toque (Cotrijal), Santa Rosa (Cotrirosa) e Três de Maio (Cotrimaio). Ele apresentou seu trabalho aos técnicos dessas entidades, que elogiaram o programa, pois defende os mesmos pontos de vista e as mesmas práticas defendidas pelas cooperativas. E o que é mais importante: prega a necessidade de se encarar o desafio da preservação do solo de forma integrada e comunitária.

“Os problemas relacionados com as condições do solo deveriam ter sido resolvidos ontem, pois estamos seguindo um caminho extremamente perigoso”, disse Schuch na reunião, ao se referir ao desgaste das lavouras da região de monocultura.

O projeto dá prioridade a áreas localizadas exatamente nessas zonas produtoras de trigo e soja, e serviria de suporte para muita coisa que já vem sendo feita pelas cooperativas, como acontece na área de ação da Cotrijuí. Com crédito subsidiado, os mutirões poderiam proliferar em municípios onde, pela descapitalização do produtor, ainda existe o obstáculo da falta de recursos.

INTEGRAÇÃO

O programa do BRDE prevê a destinação desse dinheiro para várias práticas de conservação do solo, que vão desde a aplicação do calcário até o reflorestamento, passando pela subsolagem, construção de açudes e cobertura vegetal, através da rotação de culturas. Os produtores receberiam os financiamentos para adquirir insumos, máquinas e implementos e realizar outros investimentos, inclusive na área de armazenagem, e executariam os trabalhos em conjunto, com o acompanhamento de técnicos das cooperativas e órgãos oficiais.

Schuch defende a integração das diversas atividades das propriedades entre si e do meio rural com os segmentos a ele relacionados. Na base disso tudo está a certeza de que a preservação do solo e dos recursos naturais deve ser uma preocupação de toda a sociedade. Ele prega a diversificação e a criação de animais integrada à atividade agrícola, condena o individualismo e propõe que se deixe de lado as divisões das propriedades, para execução do programa em microbasias.

2.500 HECTARES

Para implantação desse plano, está prevista a integração das propriedades pela construção de terraços de base larga em nível, que passam de uma propriedade à outra — como já acontece na Região Pioneira da Cotrijuí. Os agricultores desses municípios, que já aderiram à prática ou dela ouviram falar, podem concluir que não há nenhuma novidade nisso. Mas a verdade é que em muitas regiões ainda se desconhece esse tipo de trabalho, decisivo para que as tarefas sejam divididas e a comunidade realmente seja motivada a



Barrocas como esta vão aos poucos deixando de existir nas regiões de trigo e soja. Para Dante Schuch (foto ao lado), nada melhor do que o trabalho integrado, em comunidade, para que o solo seja recuperado. Mas os recursos continuam caros



participar.

O projeto do BRDE será implantado — se contar com recursos — já a partir do próximo ano, em regiões abrangidas por cinco cooperativas do noroeste do Estado. Nesse primeiro ano, seriam atingidos 2.500 hectares com as práticas de conservação do solo. Em 1987, mais cinco cooperativas entrariam no programa, e a área beneficiada seria aumentada para 7.500 hectares. Schuch faz uma projeção das áreas que passariam a ser atingidas, chegando a um total de 122 mil e 500 hectares em 1990.

No primeiro ano, o custo das práticas recomendadas (correção do solo, terraceamento, subsolagem e cobertura vegetal) seria de 2 milhões e 230 mil por hectare. Para os 2.500 hectares desse primeiro ano, seriam necessários equipamentos, que os produtores utilizariam em conjunto. O agrônomo sugere a compra de cinco tratores e mais subsoladores (20), arados (15), semeadeiras (10), plantadeiras (15), máquinas de plantio direto (5) e automotrizes (3).

O custo total, somando-se os insumos, a maquinaria e o trabalho, que envolve também cursos e treinamentos, seria de cerca de 10 bilhões de cruzeiros, nesses 2.500 hectares, no primeiro ano. Os recursos seriam recebidos pelas cooperativas, que repassariam o dinheiro aos produtores. Estes pagariam o financiamento conforme a cota de cada um, sempre de forma associativa, pois formariam

grupos interessados.

AS TAXAS

Mas todas essas idéias poderão ficar no papel, se o BNDES, que repassaria as verbas, não demonstrar entusiasmo diante da preocupação de produtores e técnicos com a situação do solo. Schuch propõe no programa que os financiamentos tenham prazo de seis anos para pagamento, com dois de carência, e que cubram todos os custos. A taxa cobrada — conforme a sugestão — deveria ser de 70 por cento da ORTN, mais juros de 8 a 12 por cento ao ano.

O dinheiro ficaria com um custo ainda alto, mas abaixo das taxas cobradas, por exemplo, no crédito rural (correção monetária integral mais 3 por cento ao ano). Técnicos do BNDES, que vieram a Ijuí no dia 7 de novembro, não deram indicação de que os recursos poderão ser liberados de acordo com a taxa sugerida.

Eles visitaram Ijuí depois de percorrerem outros municípios, para ver de perto a situação da região e dar uma resposta ao BRDE.

Segundo eles, o dinheiro não deverá ser barato, pois a taxa prevista é de 100 por cento da ORTN mais juros de 9 por cento, podendo chegar a 3 por cento ao ano. Mas Schuch ainda irá aguardar uma resposta oficial ao seu programa, torcendo para que esta não seja mais uma idéia a parar na gaveta. As cooperativas, os produtores e os técnicos estão na mesma torcida.

PROGRAMA DA CIBRAZEM

Armazenagem comunitária

A ação cooperativa também é a base de um outro programa, este já em andamento, que pretende ampliar a capacidade de armazenagem do país, beneficiando especialmente os pequenos produtores. O Programa de Armazenagem Comunitária foi idealizado pela Cibrazem — Companhia Brasileira de Armazenamento, que é presidida por um ijuicense, o engenheiro Fernando Craidy. O órgão pretende investir, com recursos do Finsocial e do Fundec, cerca de 49 bilhões de cruzeiros na primeira etapa do programa em todo o país.

Com esses recursos seriam construídos 225 armazéns comunitários no Brasil, com capacidade para 112 mil e 500 toneladas, beneficiando 9 mil famílias de pequenos agricultores. Nos dias 4 e 5 de dezembro, integrantes da comissão estadual que executa o Programa estiveram em Ijuí, para uma reunião com produtores da localidade de Colônia Santo Antônio, que demonstraram interesse de conhecer o projeto. Eles também conversaram com

Clóvis Rorato de Jesus, diretor de Comercialização e Operações da regional Pioneira, e Alberto Parenti Filho, gerente de Operações.

A comunidade visitada dará, em 30 dias, uma resposta à comissão, que era integrada por Volny Figueiró, coordenador estadual do programa; Derli Schmidt, da Ocergs; Fernando Pimentel, da superintendência regional do Banco do Brasil; e Danilo Brassini, da Emater em Porto Alegre. Integram ainda este grupo de trabalho representantes da Fetag, Emater, Fecotrigio e Cooperativa Central Gaúcha de Hortigranjeiros.

Os armazéns comunitários poderão suprir deficiências em regiões de concentração de pequenos agricultores, responsáveis pela produção do grande volume de alimentos do país. Os próprios produtores, reunidos numa associação, escolhem o local onde pretendem construir o armazém e inclusive o modelo das instalações. A Cibrazem pretende assim, com uma ampliação da rede de armazenagem, per-



A comissão é recebida por Parenti e Clóvis, na Cotrijuí

mitir que esses agricultores sejam beneficiados pela política de preços mínimos. Além disso, através do associativismo, eles poderão enfrentar organizados o assédio dos atravessadores.

A associação formada em cada comunidade receberá recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com prazo de até

oito anos para pagamento e três anos de carência. Esse pagamento será feito em produto, com base no preço mínimo, sendo que apenas 60 por cento do investimento deve retornar ao BNDES. Os outros 40 por cento são concedidos a fundo perdido. No Rio Grande do Sul, a comissão espera contar com 15 armazéns comunitários, construídos em mutirão pelos agricultores, até março do próximo ano.



Controle Biológico

Teste decisivo

Nesta safra produtores poderão avaliar melhor a qualidade das lagartas estocadas em casa

O uso do baculovírus anticarsia no combate a lagarta da soja deverá passar este ano por um teste decisivo para que se consolide ainda mais como controle biológico eficiente. Acontece que este é o primeiro ano em que o produtor vai utilizar na sua lavoura lagartas contaminadas coletadas na safra anterior e armazenadas na sua propriedade. No ano passado, quando o programa do baculovírus anticarsia realmente passou a ser difundido, ganhando a adesão de muitos produtores, as doses aplicadas foram distribuídas pela Cotrijuí e Emater. No trabalho de multiplicação a campo, tiveram o acompanhamento dos produtores.

Mas quem anda um pouco apreensivo com esse material coletado e armazenado pelos produtores é a Emater, uma das entidades envolvidas com o programa do baculovírus anticarsia. E quem fez o alerta, mais como forma de preocupação do que como alarde, é o agrônomo Valdir Antônio Secchi, responsável pelo projeto de Defesa Sanitária Vegetal da Emater no Rio Grande do Sul. Ele acredita que muitas destas amostras estocadas para serem aplicadas nesta safra não estão apresentando boa qualidade pelo fato do produtor ter coletado as lagartas ainda vivas e, portanto, com baixa concentração do vírus. A ineficiência do baculovírus, nesse caso, segundo Secchi vem alertando, pode até comprometer a credibilidade dos produtores em relação ao controle biológico, colocando em risco todo o trabalho até agora realizado. Para agravar ainda mais a situação, ele lembra que, infelizmente, não existem recursos para que se faça uma análise em grande escala de todo o material coletado e estocado pelos produtores.

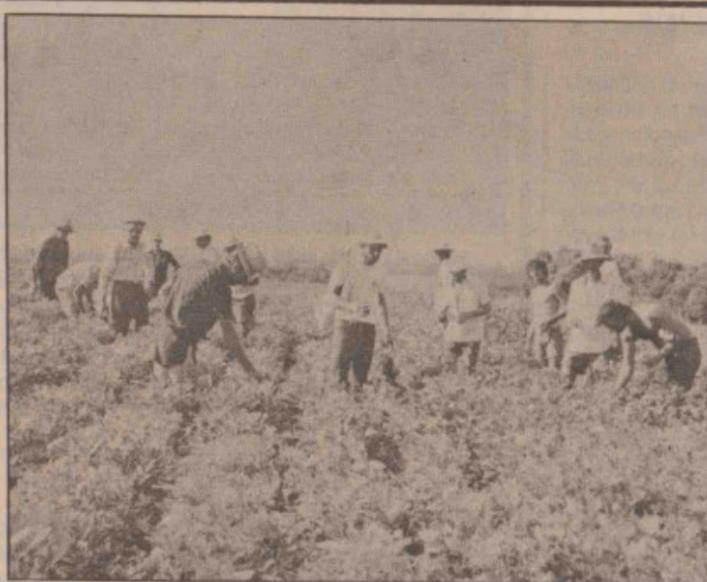
UMA QUE OUTRA
O técnico agrícola Arnaldo Prauchner, responsável pelo laboratório de multiplicação do baculovírus, instalado no final de setembro do ano passado no CTC, tem a mesma opinião que o Léo e também acredita que apenas algumas doses estejam com a qualidade comprometida. "É possível que algumas doses até estejam comprometidas pela própria falta de experiência do produtor que ainda não conseguiu pegar o ponto certo de coleta da lagarta", diz.

PODE ACONTECER

O Léo Goi, agrônomo e coordenador do programa de controle biológico da Cotrijuí, também admite que algum material possa realmente estar comprometido por apresentar baixa concentração do vírus, no entanto, não vê motivos para tantas preocupações. Usa como argumento o fato de alguns produtores, já na safra passada, terem utilizado doses de baculovírus que haviam estocado em casa com a mesma eficiência do material distribuído pela Cooperativa e Emater. "Os resultados que estes produtores tiveram na aplicação destas doses de baculovírus no combate à lagarta da soja foram excelentes", reforça o Léo. Também soma-se a esta questão o trabalho de orientação junto aos associados sobre o ponto ideal de coleta das lagartas contaminadas.

Afora a questão da coleta mal feita, o Léo mostra-se bastante otimista em relação a qualidade do material armazenado, "a não ser que em alguma propriedade tenha faltado luz por vários dias e as amostras, que devem ser armazenadas em congelador, tenham apodrecido". Mas este é um problema fácil de ser resolvido, segundo o agrônomo. Uma amostra estragada, apodrecida, pode ser identificada pela coloração escura e pelo cheiro forte.

Todas as dúvidas em relação a qualidade das doses armazenadas na propriedade podem ser desfeitas rapidamente. Basta que o produtor traga uma amostra do material até a cooperativa para ser analisada no laboratório do Centro de Treinamento da Cotrijuí. E quando for identificada a existência de baixa concentra-



Produtores que na safra passada coletaram lagartas contaminadas e tiverem dúvidas quanto a qualidade do material armazenado poderão encaminhar amostras para análise.



ção do vírus, ele sugere dosagem dupla na hora da aplicação do vírus. Em vez do produtor aplicar 15 gramas de lagartas masecadas em um hectare de lavoura, usar 30 gramas.

De certa forma e mais para manter o produtor alerta quanto a possibilidade de acontecer alguns problemas no mate-

rial armazenado, o Arnaldo faz algumas recomendações a serem observadas. A primeira é dar uma examinada detalhada nas lagartas estocadas no congelador. Se apresentarem uma coloração amarelada, pode haver algum problema. No entanto, se a pele da lagarta não se romper facilmente, é porque a qualidade do material está garantida. Lagartas com coloração escura, já é sinal de que o material precisa ser analisado.

Mas também neste caso o Arnaldo faz uma ressalva: nem sempre lagartas com coloração escura significa que estejam estragadas. Muitas vezes essa coloração escura é consequência do ataque de bactérias nas lagartas, que de forma alguma prejudicam a qualidade do produto. Isso só acontece quando o recipiente que armazena as lagartas é mal fechado, permitindo a entrada de ar. Para pôr fim



Arnaldo Prauchner

a qualquer dúvida, o técnico aconselha o produtor encaminhar uma amostra do material para análise, que é feita no próprio laboratório de multiplicação do baculovírus, instalado no CTC. "De posse do resultado da análise o produtor vai saber o que fazer com o seu material", diz.

RAPIDEZ

A análise das amostras das lagartas contaminadas é rápida e em poucas horas o produtor tem condições de saber quanto anda a qualidade do material armazenado. Também não é necessário analisar todo o produto, basta uma pequena amostragem, que segundo o Arnaldo Prauchner, deverá ser retirada do meio do recipiente.

Essa recomendação parte do fato de que muitas vezes, logo na entrada do vidro ficam depositados restos de cultura ou de terra, que podem ser confundidos com o vírus. "É preferível que o produtor perca algum tempo mandando analisar o seu material, do que deixá-lo de aplicar na lavoura apenas porque tem dúvidas quanto a sua qualidade, reforça o técnico salientando, por outro lado, a economia que esse controle tem trazido. "O produtor sempre terá mais saúde lidando com lagartas contaminadas e coletadas nas lavouras do que com venenos. Temos certeza de que o próprio produtor já está convencido da eficiência do baculovírus no combate à lagarta da soja".

As vantagens não são só econômicas

O produtor Mauri Uecker, proprietário de 50 hectares e arrendatário de mais 15 em Rincão dos Pampas, em Augusto Pestana, muito tinha ouvido falar nos efeitos do tal de baculovírus no combate à lagarta da soja, mas ainda não tinha tido a coragem de fazer uma experiência nas suas lavouras. Até que na safra passada, convencido pelo Pedro Pittol, técnico agrícola da Cotrijuí, em Ijuí, pegou algumas doses na cooperativa e fez a experiência num pedaço de lavoura. O resultado não poderia ter sido melhor, como ele mesmo conta:

— Comecei fazendo a aplicação do vírus em 10 hectares de lavoura e fiquei satisfeito com os resultados. É claro que logo que fiz a aplicação fiquei meio nervoso, achando que a lagarta ia comer toda a planta, mas agüentei firme até que começaram a morrer. E o resultado final foi que não ficou uma lagarta viva na lavoura e ainda não tive que gastar dinheiro com aplicação de veneno.

Assim que as lagartas começaram a morrer o Mauri e o Pittol trataram de fazer um "dia de campo" na lavoura. Foi daí que o Mauri levou o maior susto e achou que não ia sobrar um pé de soja. "Tinha tanta gente que achei que iam quebrar toda a soja". Mas o temor do Mauri durou ainda por vários dias, pois enquanto tinha lagarta morrendo na la-



Mauri Uecker

voura, a vizinhança e mesmo alguns produtores de outras regiões, estavam fazendo coleta. "Tem vizinho por aqui que encheu um vidro grande de lagartas e tem até hoje guardado no congelador. Eu mesmo guardei pouco mais de cinco doses".

ECONOMIA

Para o Mauri o que valeu mesmo foi a grande economia que fez com a aplicação do vírus na sua lavoura e o fato de não ter que lidar tanto com veneno. O único gasto que teve foi com o óleo diesel. Também faz questão de contar que a

melhor soja que colheu na safra passada saiu desses 10 hectares "e isso que de início achei que não ia me sobrar nada na lavoura". Considera o resultado final da lavoura como a grande prova da eficiência do baculovírus.

Para o próximo ano o Mauri já está pensando em repetir a experiência num pedaço maior de lavoura. O único problema é a sua disponibilidade de doses do vírus. "Espero que a Cotrijuí volte a distribuir doses do baculovírus, como fez na safra anterior. As doses que guardei são poucas e se der um ataque parelho na lavoura, não tenho como controlar a situação".

CONCLUSÃO

O pouco de experiência que teve com o uso do baculovírus no combate à lagarta da soja já serviu para o Mauri tirar uma conclusão muito importante: o controle só é eficiente se a lagarta for coletada quando já estiver morta ou bem doente. Ele fez a experiência, aplicando lagartas coletadas ainda vivas e o resultado levou mais tempo para aparecer. "Acho que nestes casos, o produtor que não tiver outra saída, terá de usar um número maior de lagartas e só fazer a aplicação quando o surto recém estiver começando. As lagartas que tenho guardadas são bem escolhidas, por isso tenho certeza que as doses vão funcionar muito bem".

O baculovírus em pó molhável

Pelo que tudo indica, vai ainda ficar mais fácil e econômico fazer o controle da lagarta da soja. É que o pesquisador Flávio Moscardi, do Centro Nacional de Pesquisa da Soja - CNPSoja, de Londrina, no Paraná, o mesmo que descobriu o baculovírus anticarsia, chegou, depois de dois anos de estudos, a um novo processo de formulação do vírus, que segundo ele, é simples, econômico e eficiente. Ou seja, de agora em diante, em vez do produtor sair à cata de lagartas contaminadas, ele vai utilizar o baculovírus em pó molhável.

Utilizando-se de apenas algumas gramas de vírus formulado - do baculovírus em pó -, o agricultor pode pulverizar toda a sua lavoura de soja com a mesma eficiência do que se estivesse usando a lagarta contaminada e mascerada. O processo é ainda mais fácil, já que o produtor vai lidar com o produto pronto. Basta apenas misturar o pó, numa quantidade de 10 gramas por hectare com água. Mas ele faz uma recomendação: para garantir a dissolução perfeita do produto e até a sua eficiência, o pó deve ser previamente misturado com água num recipiente pequeno. Só depois de bem diluído, é que pode ser repassado para o tanque de pulverização. "Com esta tecnologia simples, diz o pesquisador, o produtor pode economizar, em cada hectare de lavoura, em torno de Cr\$ 100 mil com a aplicação de produtos químicos.

O baculovírus em pó, que futuramente deverá ser vendido acondicionado em pequenas embalagens, é, basicamente formado pelos políedros do próprio vírus, adicionados a materiais inertes, como a argila, por exemplo. Além de dar volume, esses materiais proporcionam proteção ao vírus para que ele conserve as suas

características mesmo após a aplicação a campo.

VANTAGENS

Além da eficiência, que é fundamental, Moscardi cita como vantagens para o uso do baculovírus em pó molhável, as facilidades de transporte, a padronização da qualidade do produto e as condições de armazenamento. Mas o uso do pó molhável, segundo ele, não elimina o método de coleta e aplicação de lagartas contaminadas, até porque, a produção ainda é bastante restrita. A partir da aplicação do vírus formulado em um pedaço de lavoura, as lagartas que morrerem poderão ser coletadas para armazenagem e utilização na safra seguinte. "De momento, diz Moscardi, estamos fornecendo amostras iniciais para a multiplicação em lavouras, objetivando o tratamento de grandes áreas ou o armazenamento de lagartas mortas, como já vem sendo feito pelos próprios produtores".

A idéia, segundo o pesquisador, é que cooperativas e outras instituições possam, no futuro, usar esse processo em benefício dos agricultores. A própria Embrapa está iniciando um projeto de produção industrial do baculovírus em conjunto com a Universidade de Campinas, com a Planalsucar e o Instituto de Pesquisas e Tecnologias de São Paulo. Neste caso, a intenção é dominar o processo de industrialização como uma alternativa a mais na expansão do uso do baculovírus no Brasil.

A META

Este projeto estará sendo desenvolvido com a participação do CNPSoja/Embrapa no Centro Nacional de Pesquisas de Defesa da Agricultura, em Jaguariuna, em São Paulo, onde existem



O baculovírus em pó vai facilitar o trabalho de controle da lagarta

planos para a instalação de uma usina piloto para a fabricação industrial do "inseticida biológico". "A meta, explica Flávio Moscardi, é atingir, por enquanto,

dois milhões de hectares na safra 87/88, no total aproximado de 9 milhões de hectares plantados anualmente no Brasil.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TUPANCIRETÃ

CGC MF N° 88.228.077/0001-64

SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS PARA O EXERCÍCIO DE 1985

Em cumprimento à legislação sindical vigente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupanciretã, com sede no município de Jóia, publica sua suplementação de verbas para o exercício de 1985, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de dezembro de 1985, nos seguintes termos:

CONTAS	VERBAS ORÇADAS		VERBAS SUPLEMENTADAS	
	P/CONTA DA C. SINDICAL	P/CONTA DA R. PRÓPRIA	P/CONTA DA R. PRÓPRIA	TOTAL
RECEITAS				
Renda Tributária	18.000.000	- o -	- o -	18.000.000
Renda Social	- o -	36.500.000	3.500.000	40.000.000
Renda Patrimonial	- o -	14.000.000	4.000.000	18.000.000
Renda Extraordinária	- o -	30.000.000	- o -	30.000.000
Total da Receita	18.000.000	80.500.000	7.500.000	106.000.000
DESPESAS				
Administração Geral	- o -	41.550.000	- o -	41.550.000
Assistência Social	17.000.000	15.000.000	3.000.000	35.000.000
Outros Serviços Sociais	1.000.000	8.500.000	- o -	9.500.000
Total do Custeio	18.000.000	65.050.000	3.000.000	86.050.000
Aplicação de Capital	- o -	15.450.000	4.500.000	19.950.000
Soma	18.000.000	80.500.000	7.500.000	106.000.000

Jóia, 07 de dezembro de 1985
 Jovêncio J. Pedrosa Presidente
 Joarez A. Padilha Tesoureiro
 Mario Zambenedetti Contador CRCRS 22514
 CIC 080510200

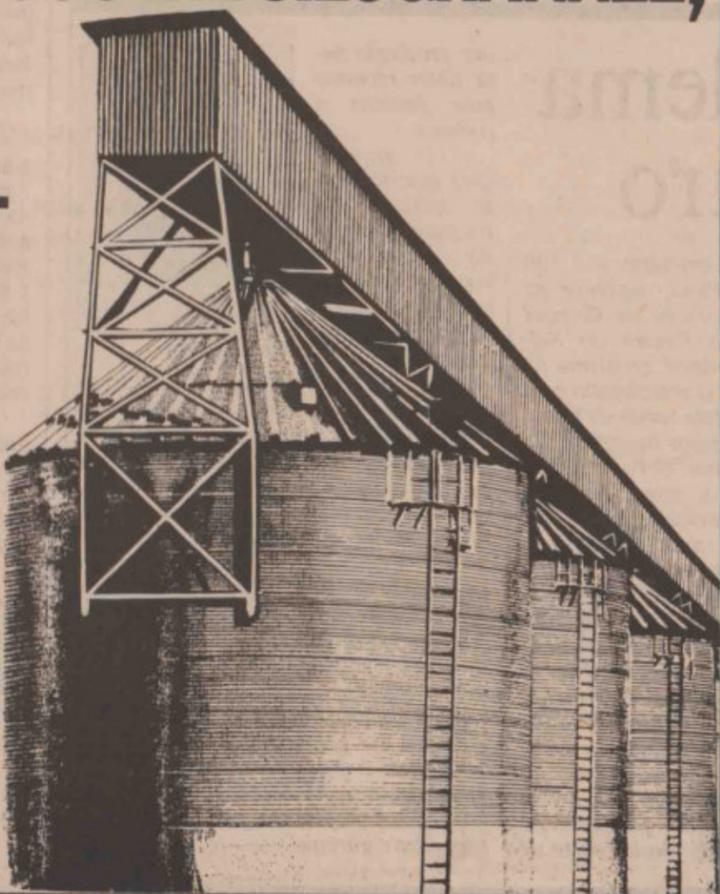
O BOM PRODUTOR ESCOLHE SILOGRANNEL, O SILO GARANTIDO PELO GRUPO SOMA.

Todo bom produtor sabe que para garantir sua safra e seus lucros durante o ano todo é preciso ter um bom silo. Para ser mais correto, um Silogrannel, que além de armazenar sua safra com toda segurança, conta agora com a garantia de ter uma empresa como a SOMA por trás. Com Silogrannel e a SOMA, você e a sua safra podem ficar tranqüilos o ano todo. Porque aqui o seu lucro está bem guardado.



SILOGRANNEL
 Indústria e Comércio de Silos e Implementos Agrícolas Ltda.

Representante:
 Rio Grande do Sul: REAGRO - Av. Protásio Alves, 2959 - Conj. 203
 CEP 90000 - Telex: (051) 3028 - Tel.: (0512) 34-2733 - Porto Alegre.



Sem imposições

Ministério abriu as portas ao produtor. Mas Simon prefere sair

O ministro Pedro Simon provocou um alvoroço dos grandes nos meios políticos, no dia 26 de novembro, quando anunciou que no dia 15 de fevereiro todos os integrantes do ministério do governo Sarney colocariam seus cargos à disposição. Colegas do titular da pasta da Agricultura logo reagiram ao anúncio, feito após uma reunião de lideranças do PMDB e do Partido da Frente Liberal. Muita gente considerou precipitada a informação que Simon deu à imprensa, mas a verdade é que ele apenas tomou a iniciativa de anunciar uma medida já esperada.

É certo que o ministério de Sarney será de fato mudado, e as declarações de Pedro Simon não deveriam provocar maiores surpresas. Junto com o ministro gaúcho poderão sair pelo menos outros 13 dos 21 ministros civis. Os motivos são basicamente dois: o presidente da República irá recomodar o governo no primeiro escalão, após as eleições de novembro último, como já se previa, e muitos dos atuais ministros desejam concorrer à Constituinte (Senado ou Câmara Federal) ou aos governos dos seus Estados em 1986 (veja na página 15).

DEBATE NACIONAL

O anúncio da provável saída de Simon aconteceu no momento em que lideranças do setor rural e os próprios produtores já se sentiam à vontade para avaliar os primeiros nove meses de sua gestão. Ele chegou ao Ministério na segunda quinzena de março, e já em outubro promovia o início de um grande debate nacional para definição das bases de uma nova política agrícola. Prevalencia, nessa proposta, a idéia de que o país deveria dar prioridade à produção de alimentos para o mercado interno.

Mais de 2 mil pessoas da região Sul, representando cooperativas, sindicatos, entidades que congregam técnicos do setor, industriais e órgãos oficiais participaram do terceiro desses debates, dias 24 e 25 de outubro em Porto Alegre. As conclusões que saíram dessa discussão já eram esperadas: o crédito rural é caro e inviabiliza a atividade; a política de preços míni-



Depois de estimular o agricultor a falar, o ministro avisa que não fica em Brasília

mos deve ser revisada; o Proagro não cobre prejuízos com safras frustradas; há um descompasso entre produção e consumo; as importações são desordenadas e comprometem a produção nacional, e assim por diante.

Disposto até mesmo a pôr interesses conflitantes em jogo, pois também os agricultores se dividem em categorias, Simon assumiu um desafio que nenhum de seus antecessores havia encarado. O encontro em Porto Alegre teve a participação de gaúchos, catarinenses e paranaenses, que nunca haviam sido convocados pelo governo Federal a fazer propostas concretas para mudanças de rumos na agricultura. O mesmo debate foi depois levado a outras regiões, para resultar no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural.

MUTA EXALTAÇÃO

O agricultor João Santos da Luz, da localidade de Esquina Jaboticaba, em Tenente Portela, onde possui 23 hectares, estava na caravana de associados da Cotrijuí que foi a Porto Alegre. João, que também integra o Conselho de Administração da Cotrijuí, acha que o seminário foi um pouco dispersivo, em função dos tantos assuntos em debate, e comentou na volta: "Se for aproveitado um por cento das propostas levantadas, alguma coisa irá mudar".

Ele não gostou, no entanto, do tom de exaltação à figura de Pedro Simon, que teria marcado o encontro. "Foram feitos muitos elogios ao ministro, e eu entendo que nós não precisamos ficar exaltando ninguém". O conselheiro integrou a comissão de cooperativismo, e ficou surpreso ao sair dos trabalhos em grupo em ter discutido questões como a Assembléia Nacional Constituinte, pois ninguém se mostrou disposto a tratar desse tema.

SÉM AUTONOMIA

Mas, no geral, João Santos da Luz considerou a realização do seminário "uma iniciativa positiva, pois eu acredito na democracia". Ele achou interessante, por exemplo, a proposta de municipalização da agricultura, para que se reduza a dependência da área federal. E, num balanço dos primeiros oito meses da gestão de Pedro Simon, quanto às medidas adotadas, não deixa por menos: "A situação continua ruim".

O conselheiro da Cotrijuí esperava melhores preços mínimos para o trigo e também para a soja. Mais do que isto, acreditava, segundo ele, que a Nova República descentralizaria as decisões. "O ministro da Agricultura deveria ter maior autonomia, mas isso não aconteceu". De qualquer forma, o produtor reconhece que os seminários poderão fortalecer a pasta, funcionando como forma de pressão para que as mudanças na política agrícola realmente aconteçam.



João Santos da Luz

Problema é o juro

Noé Peixoto, proprietário de 1.100 hectares na Região Piqui, suplente do Conselho de Administração da Cotrijuí em Sidrolândia, Mato Grosso do Sul: "Ainda acho que o maior problema da agricultura brasileira é o relacionado com a alta taxa de juros. Hoje temos de trabalhar só para pagar os juros bancários. De resto, quase nada mudou. O Valor Básico de Custeio (VBC) e os preços mínimos ainda estão longe da realidade, não acompanhando a inflação e, principalmente, as constantes altas dos preços dos insumos.

Acho muito difícil que o governo da Nova República consiga estabelecer uma política agrícola que realmente atenda os interesses dos produtores. Hoje o agricultor está descapitalizado e enfrenta sérias dificuldades para formar a próxima safra de verão, ainda mais quando se sabe que os bancos retêm 32 por cento do VBC a título de verba de colheita, índice que poderia ser bem menor porque nesta época o produtor pode vender parte de

sua produção para obter recursos para finalizar a colheita.

O governo quer que se plante mais produtos para o mercado interno. Eu mesmo plantei 3 mil quilos de semente de milho, mas já estou preocupado. Onde entregar a produção? Poderíamos plantar de tudo, mas estamos estruturados para plantar soja, e nada mais. Além disso, plantar outros produtos exige equipamentos adequados, inviáveis de serem adquiridos em função dos altos juros dos financiamentos.

A preocupação do governo em que se produza mais alimentos é positiva, mas para isso precisamos de estrutura de armazenamento. Entendo que o Governo deveria incentivar a construção de armazéns nas propriedades, através do Pronazem, mas não com os juros que são cobrados hoje em dia pelos bancos. A sangria da agricultura é o juro, e sem controlar isso dificilmente teremos uma política estável, boa para os produtores, para o país e também para o governo".



Noé Peixoto

Fora da gaveta

O Ministério da Agricultura da Nova República já tirou muitas decisões da gaveta, desde a posse de Pedro Simon, na segunda quinzena de março. Abaixo, uma síntese dessas medidas.



A maioria é de efeito imediato e outras já fazem parte da política agrícola que aos poucos vai sendo esboçada:

- O governo adquiriu este ano, como nunca havia acontecido antes, 2 milhões de toneladas de soja. O uso da AGF evitou um colapso na comercialização, quando os preços de mercado estavam abaixo do mínimo oficial.
- Os custeios para as lavouras de inverno tiveram correção bem acima da inflação e próximos dos VBCs solicitados pelas cooperativas.
- Foi lançado em outubro o Programa de Alimentação Popular, com produtos a preços acessíveis às populações de baixa renda. O programa beneficia o consumidor e, indiretamente, pode favorecer a produção de alimentos.
- O Ministério da Agricultura criou grupos regionais de estudos, para que sejam definidos os novos rumos para a agricultura. Desses encontros, como o que ocorreu em Porto Alegre, saíram sugestões ao governo.
- As lavouras de milho, arroz, feijão e mandioca foram beneficiadas com os maiores VBCs, que privilegiam também as pequenas propriedades. Pretende-se assim iniciar a virada em favor dos produtos para consumo interno.
- Está sendo ampliada a capacidade de armazenagem do país, com prioridade para regiões com deficiências nesta área. E a pesquisa e a extensão passaram a ser direcionadas para uma agricultura alternativa.
- Por decisão do Ministério, foram proibidos os agrotóxicos organoclorados destinados à lavoura, como o Aldrin. A proibição veio em apoio às legislações estaduais que já tratam do assunto.

Ainda na gaveta

Os problemas crônicos enfrentados pelo agricultor ainda esperam solução, e não serão, é claro, resolvidos em nove meses. Abaixo, um resumo desses obstáculos, que talvez ainda levem um bom tempo nas gavetas de Brasília, por dependerem do conjunto da política econômica:



● O custo do dinheiro para custeio e investimento continua alto, com correção monetária mais 3 por cento ao ano. E o Banco do Brasil vem aplicando cada vez menos em crédito rural.

● A política de preços mínimos, decisiva para um aumento na produção, precisa ser reformulada. Pelo Estatuto da Terra, não cumprido, o agricultor deve ter um lucro de 30 por cento.

● O Proagro se mantém como um seguro para o banco, e não para quem produz. O agricultor reivindica um seguro agrícola que dê cobertura de fato aos prejuízos de uma frustração.

● A propriedade rural ainda não é vista como um todo, em que várias atividades devem ser conduzidas em conjunto. Ainda prevalece a política que discrimina por exemplo, através do custeio, a lavoura e a pecuária, em vez de buscar formas de integrar a produção.

A carreira em perigo

Frustração e desgaste político para quem passa pelo Ministério

O Ministério da Agricultura pode não ser um cemitério de políticos, mas também não ajuda muito a carreira de ninguém. Não há exemplos, nas duas últimas décadas, de ocupantes da pasta que tenham saído dali fortalecidos, depois de lidar com os problemas do setor primário nacional. E não há também nenhum caso de alguém que tenha conseguido autonomia nessa área, que sempre andou a reboque da centralização exercida pelos ocupantes do primeiro escalão da área financeira.

Alysson Paulinelli, Cirne Lima, Amaury Stábile — para citar alguns exemplos — sempre dançaram a música tocada pelos monetaristas do governo, e especialmente o superministro Delfim Netto, que também chegou a ocupar a Agricultura, no governo Figueiredo. Ele ficou ali poucos meses, em 1979, e logo saltou fora, assumindo a pasta do Planejamento. O senador Pedro Simon não teve Delfim pela frente, mas encontrou um seguidor exemplar do modelo centralizador: Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo Neves e ministro da Fazenda.

BRIGA FEIA

Dornelles caiu no final de agosto, depois de tentar boicotar a liberação de dinheiro para comercialização da safra de verão e atrasar os programas sociais na área do abastecimento. O consolo para Simon, que se envolveu em briga feia com Dornelles, foi a escolha de Dilson Funaro para a Fazenda.

Funaro foi um dos autores do documento que Tancredo leu em outubro do ano passado, no Grito do Campo. É antimonetarista, defende o fortalecimento do mercado interno, entende que a agricultura deve ser subsidiada e já deu amostras de que não agrada o grande capital, apesar da sua condição de industrial. Mas, se Funaro deve ficar no governo, Simon certamente sairá em fevereiro. O presidente Sarney quer recompor o ministério, que herdou de Tancredo, e Simon e muitos outros ministros pretendem salvar suas carreiras políticas.

ANARQUIA

Todas as especulações feitas nos meios políticos e divulgadas pela imprensa indicam que, mesmo que quisesse, Simon não continuaria. Seu sucessor deverá ser alguém ligado ao antigo governo, ou



Paulinelli (o primeiro à direita), numa inauguração em Augusto Pestana, na metade da década de 70. Quem se lembra dele?

no máximo um político moderado do PMDB. Estaria bem cotado para o cargo o ex-governador paulista Abreu Sodré (da ex-Arena, do PDS e agora do PFL). Fala-se também que o governador José Richa, do Paraná, quer alguém do seu Estado nessa pasta, e o cotado seria o ex-governador arenista Jaime Canet. E chegou a ser especulado inclusive que o gaúcho Sigfried Heuser, deputado federal pelo PMDB, substituiria Simon. Mas Heuser não teria força a nível nacional para chegar ao posto.

O sucessor de Simon irá encontrar a casa um pouco menos desarrumada. "A organização aqui é anárquica", disse ele, ao comentar a situação do Ministério, dando exemplos. Sua pasta não interfere em questões do café, da cana e do cacau, que são cuidadas pelo Ministério da Indústria e Comércio. Também não mete a mão nos assuntos do trigo, controlados pelo Banco do Brasil. Não pode redefinir uma política para o leite, que está entregue à Secretaria Especial de Abastecimento e Preços. E não tem como mexer nas taxas de juro, controladas pela área financeira que, por sua vez, ainda se sujeita a cumprir antigas receitas do FMI.

FAMINTOS

O pouco que o Ministério da Agricultura pode fazer, para interferir diretamente na produção, é propor critérios para definição dos Valores Básicos de Cus-

teio (VBC) e preços mínimos. Foi isso que Simon fez este ano, tentando direcionar a safra de verão para o mercado interno, valorizando o milho, o arroz, o feijão e a mandioca, e tirando um pouco dos privilégios que eram dados à soja. Ele também deu atenção à pesquisa, que busca novos rumos, e à área de armazenagem. Mas não pôde mexer com o que mais interessa ao produtor: o custo do dinheiro.

O certo é que o país enfrenta, há muito tempo, um descompasso entre produção e abastecimento. Além da comercialização interna ser considerada precária e confusa, não há como conciliar os altos custos da produção e a baixa remuneração ao produtor com o poder aquisitivo achatado da população. "Temos 30 milhões de famintos", repetiu Simon várias vezes.

Seu secretário geral, Ruben Ilgenfritz da Silva, também observou, em muitos debates, que o enfraquecimento do mercado interno é um problema com repercussões sociais para quem produz e para quem consome. Não é à toa que a produção de alimentos caiu no Brasil, nos últimos anos, e mesmo assim não chegou a ocorrer uma falta de comida. O povo, afinal, está comendo menos, e somente agora, no segundo semestre deste ano, é que se registra uma pequena recuperação no poder de compra, que atinge, no entanto, muito mais a classe média para cima.

EQUILÍBRIO

Simon não teria, com suas idéias — onde o dedo de Ruben está sempre presente —, muito sucesso após a mudança do ministério de Sarney. Todas as análises feitas até agora indicam que a reforma ministerial irá conduzir para um equilíbrio de forças entre as alas mais progressistas e mais conservadoras do governo. É dado como certo, por exemplo, que o ministro Nelson Ribeiro, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, deixará o governo e não precisará de um substituto.

Sua pasta deverá ser extinta. A reforma passaria a ser cuidada novamente pelo Incra, cujo presidente é o próprio Ribeiro, desde a demissão de José Gomes da Silva. Ribeiro pretende se candidatar à Constituinte, como muitos outros ministros, e mesmo que não quisesse dificilmente seria convidado a permanecer.

Os entraves da máquina burocrática



Suleimann Hias

A troca de ministro não irá resolver os problemas da agropecuária, enquanto essa pasta continuar sem autonomia para administrar crédito e abastecimento. A opinião foi manifestada por Suleimann Hias, conselheiro da Cotrijuí e presidente do Sindicato Rural de Dom Pedrito. Ele diz que nada mudou na política agrícola brasileira, com a Nova República, e defende um substituto para Simon que esteja ligado ao setor primário. Abaixo, a entrevista que Suleimann Hias concedeu ao correspondente em Dom Pedrito, João Roberto Vasconcellos:

O que mudou com a política agrícola da Nova República?

Nada mudou, pela inexistência de uma política agrícola anterior. Houve um seminário sobre política agrícola em Porto Alegre e em outras cinco capitais, onde o governo procurou buscar subsídios sobre o desempenho do setor, mas até agora os resultados desta pesquisa não são do conhecimento público.

O que deve mudar?

O crédito rural não pode ser encarado como crédito subsidiado. É um investimento que o governo faz via produtor rural. Através dos impostos diretos ao produtor primário ou através de impostos sobre industrializados de origem pastoril o governo se ressarcir dos investimentos feitos. Sem alteração na taxa de juros, não há investimento. Não havendo investimento, cai a oferta de emprego, cai a produção e cai a produtividade. E quem é que se anima a investir com este juro que está aí?

O que irá mudar com a possível saída do ministro Pedro Simon?

Não vai melhorar, nem vai piorar. Vai continuar como está e como era. Enquanto o ministro da Agricultura não dispuser dos mecanismos de crédito e comercialização na sua área de competência, não adianta mudar ministro da velha, da nova ou da novíssima república. O Ministério da Agricultura precisa ficar com a direção da Seap — Superintendência Especial de Abastecimento e Preços, com a diretoria de crédito rural do Banco do Brasil e a diretoria de crédito do Banco Central, para que possa concretizar suas prioridades na política agrícola. O fator mais importante será incluir no orçamento fiscal os recursos de crédito rural, ou seja, o que foi arrecadado através de impostos. O que acontece é que o governo cobre seus déficits pelos encargos que arrecada, e financia a produção com recursos do orçamento monetário, ou seja, captando através de ORTNs do mercado financeiro.

Quem poderia substituir o atual ministro?

Gostariamos que o substituto do ministro Pedro Simon seja alguém ligado ao setor de produção. As coisas da agropecuária são tão particulares que somente uma pessoa com vivência da atividade poderá desenterrar a tremenda máquina burocrática que envolve o Ministério da Agricultura, fato este reconhecido publicamente pelo próprio ministro. O ministro da Agricultura se constitui numa entidade de unhas feitas, estranhamente elitista, e que vive sem nenhum contato direto com o setor de produção.

Um ministério atrelado

"Nós temos hoje maior espaço para a participação do produtor, e esse é o caminho para que se possa contribuir com a definição de uma nova política agrícola". Esse é o principal aspecto do comportamento que o Ministério da Agricultura passou a adotar, segundo o agricultor Cláudio de Jesus, proprietário de 35 hectares em Salto, Ijuí, e representante da localidade. Para ele, um balanço geral da postura do ministro Pedro Simon deixa saldos positivos, em função principalmente da coerência de suas intenções.

Cláudio observa que, nesses oito meses, não são muitas as decisões tomadas pelo Ministério, "mas a abertura à opinião do produtor mostra que o caminho, para que se refine a política do setor, deve mesmo ser por aí". Para ele, o que importa é que Pedro Simon deixou claro o que precisa ser feito, e seus objetivos coincidem com o desejo da maioria dos produtores: fortalecimento da produção de alimentos e apoio à pequena propriedade.

"Mas o Ministério da Agricultura — diz ele — está atrelado aos demais ministérios da área econômica, e não pode nem

mesmo interferir numa possível queda dos juros do crédito rural". Ele diz mais: "Muita coisa poderia evoluir, se dependesse da vontade do ministro, mas as decisões esbarram mais adiante". Para Cláudio de Jesus, não há como deixar de admitir que "Pedro Simon e Almir Pazzianotto (do Trabalho) são os ministros mais abertos do governo".

RETROCESSO

A saída de Simon — afirma — poderá representar um retrocesso em termos de participação do produtor no debate que se inaugurou com os seminários regionais. "É preciso exercitar a democracia, para que as decisões sejam mesmo democratizadas", observa, lembrando que discussões como as promovidas em outubro sempre foram reclamadas pelo setor. Segundo ele, é pouco provável que, com a substituição, o Ministério mantenha essa linha. Isto porque Cláudio acredita que o sucessor de Simon deverá ser, conforme se especula, um político ligado à ala mais conservadora do governo.

"Uma nova política agrícola precisa viabilizar a propriedade rural, e espe-

cialmente aquela que é conduzida pelos que trabalham realmente na terra", afirma Cláudio. Ele acha importante lembrar ainda que essa nova política não deve ficar restrita apenas ao econômico. "O produtor precisa de informação, para que possa decidir e participar. Hoje, a informação é acessível apenas aos grandes proprietários, que são privilegiados também pela tecnologia, pela pesquisa e por todo o conjunto da política agrícola herdada dos últimos 20 anos".



Cláudio de Jesus

"O agricultor — continua Cláudio — precisa dessas informações e precisa de cultura, de lazer, de telefone e tudo o que possa tornar sua vida menos incômoda". Ele sintetiza numa frase o que realmente deve acontecer: "O agricultor precisa ter o prazer de trabalhar e morar na lavoura".

Para mudar é preciso organização

A mudança de rumos pretendida pelo Ministério da Agricultura vem evoluindo, mas precisa de um suporte decisivo: a organização dos agricultores e de toda a sociedade para que isso aconteça. O desejo de transformações pode até estar na cabeça de muitos, mas não se traduz em coisa efetiva e conseqüente. Mais ainda: é preciso saber assumir posições, no momento de reivindicar medidas em favor do setor primário, para que as coisas não fiquem resumidas às costumeiras queixas e choradeiras.

O secretário geral do Ministério da Agricultura, Ruben Ilgenfritz da Silva, é o autor dessas observações. Ele visitou Ijuí e outros municípios da região, entre os dias 19 e 22 de dezembro. Num dos muitos encontros de que participou, dia 20, no auditório da Fidene/Unijuí, ele fez uma análise dos primeiros nove meses da política agrícola da Nova República. E revelou nessa frase uma preocupação: "O Ministério da Agricultura é que está provocando a sociedade, e isso me assusta".

PRESSÃO

Ruben debateu política agrícola com professores da Unijuí, estudantes, técnicos, políticos e outras pessoas ligadas ao setor primário. Fez um balanço das atividades do Ministério e admitiu que, apesar dos obstáculos enfrentados logo depois da posse do novo governo, na segunda quinzena de março, a pasta está aos poucos fazendo valer suas posições. "Mas para vencer os guetos e as barreiras dentro do próprio governo, é preciso também a pressão da sociedade, pois só a briga interna não basta".

Essa briga interna foi muito mais intensa nos primeiros dias de governo, como lembrou ele, citando exemplos da confusão existente na pasta. O Ministério tem dois segmentos, formados pela administração central e pelas empresas que administra, como a Cobal e Cibrazem. Ruben relembrou divergências internas relacionadas com a partilha de tarefas, entre as quais ganhou destaque o desentendimento com o ex-ministro Francisco Dornelles. Mesmo sem fazer referência direta ao ex-ministro, ele deixou claro que estava no ministério da Fazenda um dos maiores obstáculos contra a política que o MA pretendia adotar.

No seu balanço, foram abordadas a comercialização da safra de verão, os custos que privilegiaram a produção de alimentos, os novos rumos que estão sendo seguidos pela pesquisa, a preocupação com os agrotóxicos (a proibição dos organoclorados), os preços mínimos, a ampliação da capacidade de armazenagem do país, o crédito rural, o cooperativismo, o debate aberto pelo Ministério com os seminários regionais, a reforma agrária, a Constituinte.

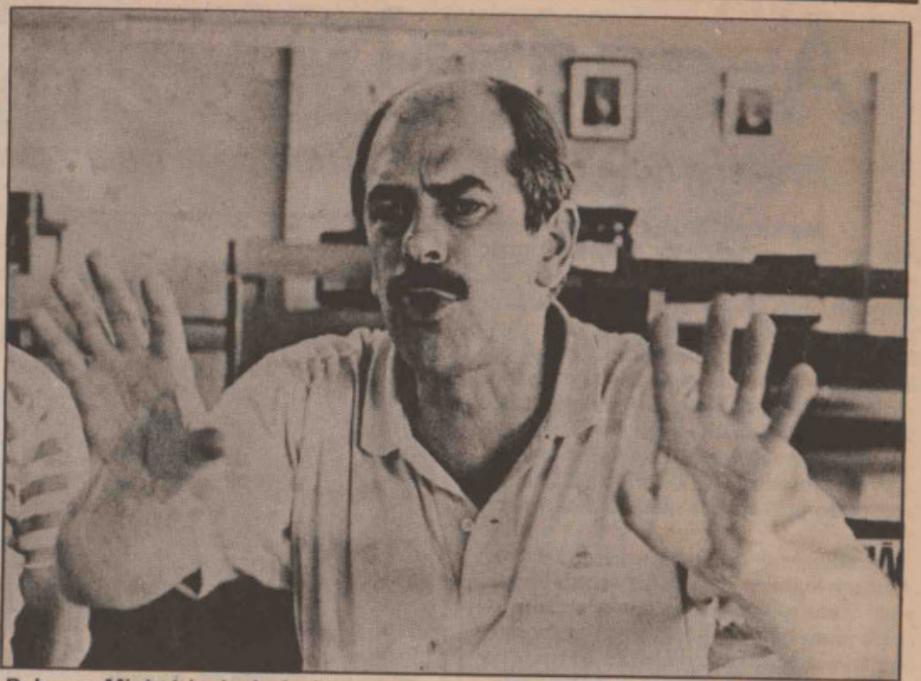
DEBATE

Ruben destacou dois pontos que considera importantes: a atenção que passa a ser dada à produção de alimentos para o mercado interno, e a discussão que se inaugura para definição de uma nova política agrícola. Segundo ele, o apoio a culturas como o milho, o arroz, o feijão e a mandioca é o primeiro grande passo para que se modifique uma situação que persiste há tanto tempo.

Os agricultores corresponderam à expectativa do governo, e de fato ampliaram as áreas destinadas a estas lavouras. Mas é preciso muito mais, segundo Ruben. O Ministério ainda não conseguiu, por exemplo, mexer no problema do crédito, mesmo porque não tem autonomia para isso. "O retorno ao crédito subsidiado, da forma como vinha sendo concedido, não é, no entanto, o caminho mais adequado", disse ele. Afinal — ressaltou — o subsídio "beneficiou quem não precisava desse crédito barato, em prejuízo da grande massa dos produtores".

As grandes mudanças defendidas pelo Ministério também dependem do conjunto da política econômica, e irão avançar no momento em que houver de fato um desejo concreto da sociedade. O secretário geral entende que não há ainda nada que indique uma organização efetiva da população para que isso aconteça. Ele lembrou, por exemplo, o fato de que a maioria dos sindicatos do setor rural não representam os anseios do produtor.

Ruben admitiu que o mesmo acontece no cooperativismo, apesar da mudança de comportamento que passa a ser adotada. "O sistema cooperativista — disse ele — precisa olhar para fora de si e se re-discutir. E deixar de encarar o produtor



Ruben: o Ministério da Agricultura está provocando a sociedade

como um cliente, e sim como um agente".

FARRAPOS

Para Ruben, está na hora de "sair do caramujo, sair da toca, e ir à luz do dia". Ele se referia não só ao cooperativismo, mas à sociedade, "que por muitos anos esteve proibida de pensar". O estímulo ao debate e à participação deve também fazer com que se revise a postura das lideranças, em especial do setor primário. Na sua opinião, "precisamos acabar com o farroupilhismo".

O "farroupilhismo", no caso, seria característico do comportamento de líderes do setor e políticos gaúchos, que tentam, a cada mobilização para encaminhar reivindicações, repetir antigos gestos desgastados. Durante os debates, na Unijuí, o professor Dinarte Belato reforçou esta opinião. Para as lideranças do Rio Grande do Sul, que choram muito e não chegam a interferir concretamente nas decisões, a forma de fazer pressão ainda é a dos farroupilhas. Assim, grita-se muito, fala-se até na convocação de novos farrapos, mas pouco se consegue.

"Está na hora de sermos conseqüentes", afirmou Ruben várias vezes. Ele teme que os avanços do Ministério, em favor de uma política agrícola que considere não só o econômico, mas especialmente o social, não sejam acompanhados pela organização dos que também desejam isso. Como exemplo de vínculo com a realidade e clareza de posições, ele citou a CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A entidade — afirmou — conquistou a simpatia do Ministério, que persegue um objetivo acima de todos os outros: "Integrar-se não só ao setor produtivo, mas a toda a sociedade".

No debate na Unijuí, Ruben Ilgenfritz da Silva também falou sobre Constituinte, reforma agrária, seca. Abaixo, uma síntese da abordagem que ele fez destes e outros assuntos:

● **Constituinte:** Toda a população deve participar deste debate, e não pode resumir sua interferência na escolha dos constituintes. "Vamos também acompanhar o trabalho da Assembléia Constituinte, cobrar, fiscalizar. Não poderemos ficar esperando para saber se, depois de pronta, a nova Constituição ficou como nós esperávamos que ficasse".

● **Reforma agrária:** O Ministério da Agricultura não tem a atribuição de decidir sobre a questão. Mas dará todo o apoio quando dos assentamentos. Ruben acredita que também nesse caso a sociedade não deu ainda respaldo suficiente para a efetivação da reforma.

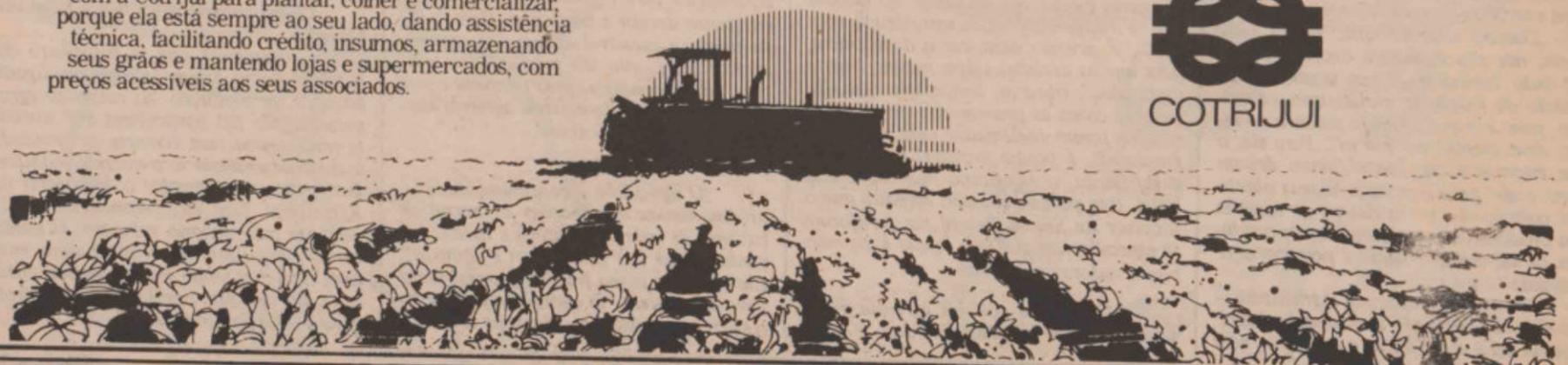
● **Seca:** O governo estimulou o replantio ou o plantio tardio por entender que essa é a melhor saída. "Sai mais barato para o povo produzir com risco do que importar alimentos".

● **Pesquisa:** Passa a ser direcionada para uma agricultura alternativa, que leve em conta a diversificação. "Precisamos ver a propriedade como um todo, e não só o produto, como acontecia até agora". Também a extensão passa a respeitar os conhecimentos do agricultor, para que se deixe de lado a mania de levar pacotes tecnológicos ao meio rural.

● **Produtor:** "Nós temos também que aprender com quem produz, e não só querer ensiná-lo". Para Ruben, a política agrícola deve dar prioridade a quem vive da terra. "Os preços mínimos, por exemplo, devem beneficiar aquele pequeno produtor que vende duas ou três sacas de produto, como acontece nas feiras do Nordeste".

COTRIJUI: HÁ 28 ANOS AO NOSSO LADO PARA O QUE DER E VIER.

Quem trabalha na agricultura sabe que pode contar com a Cotrijui para plantar, colher e comercializar, porque ela está sempre ao seu lado, dando assistência técnica, facilitando crédito, insumos, armazenando seus grãos e mantendo lojas e supermercados, com preços acessíveis aos seus associados.



COTRIJUI

Os custos dispararam na frente

O produtor precisará ganhar em novembro do ano que vem Cr\$ 625.929 pelo saco de trigo que produzir, se quiser ver assegurada a lucratividade da sua lavoura da próxima safra de inverno. Pelo saco de aveia, deverá ganhar Cr\$ 522.792 e pelo saco de colza Cr\$ 591.595. Quem está fazendo esta estimativa é o Luís Juliani, assistente agrotécnico da Cotrijuí, que todos os anos, nesta mesma época, realiza um levantamento de quanto o produtor deverá gastar, durante a formação da lavoura, para fazer apenas um hectare de trigo, de colza, de aveia ou de linhaça e quanto deverá ganhar por cada atividade.

De acordo com os cálculos dos custos de cada uma destas culturas, o produtor que não conseguir vender o trigo, a colza, a linhaça e a aveia pelo preço estimado pelo assistente agrotécnico, não terá condições de cobrir todos os custos de produção e muito menos garantir a margem de lucratividade de 30 por cento tão falada no Estatuto da Terra.

Na época de formação da lavoura de trigo, os produtores vão necessitar de Cr\$ 10.266.550 para fazer apenas um hectare de planta dentro das recomendações técnicas. Esse valor representa um acréscimo de 295 por cento em relação ao custo levantado na mesma época do ano passado e que andava em Cr\$ 2.599.629. O custo de produção de apenas um saco de trigo, considerando uma produtividade média de 20 sacos por hectare, será de Cr\$ 513.078, sem considerar qualquer margem de lucro. Para o produtor tirar algum lucro, o trigo teria que chegar ao mês de novembro valendo Cr\$ 625.929.

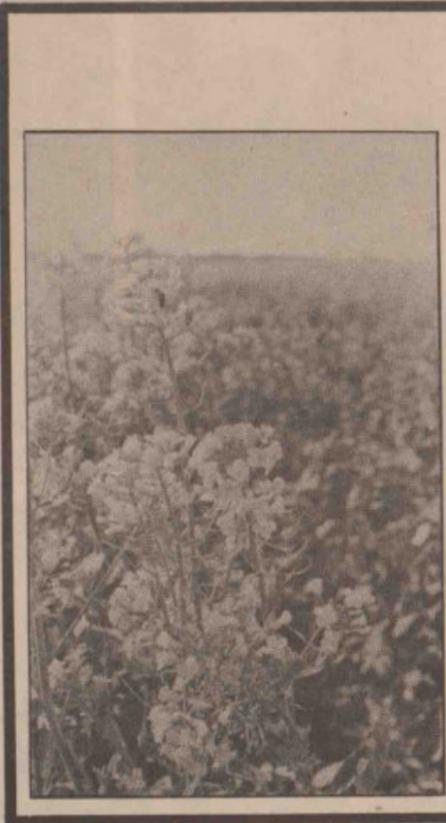
AS DEMAIS CULTURAS

Para formar um hectare de aveia o produtor vai necessitar, na hora do plantio, de Cr\$ 8.420.777, com um aumento no custo final de 268 por cento em relação ao levantado no ano passado, que era de Cr\$ 2.288.374. O custo de produção de um saco, considerando uma produtividade média de 1.200 quilos por hectare, deverá ficar em Cr\$ 421.039. Para cobrir todas as despesas e tirar algum lucro, um saco de aveia deveria ser comercializado em novembro de 86 ao preço de Cr\$ 522.792. Na formação de apenas um hectare de colza serão necessários recursos na ordem de Cr\$ 9.520.036. O acréscimo no custo de produção desta cultura foi de 267 por cento se comparado com o custo realizado no ano passado e que era de Cr\$ 2.596.993. Para cobrir todos os custos, um saco de colza deveria ser vendido, em novembro de 86, por Cr\$ 591.595. O custo de produção de um saco, considerando aqui também uma produtividade média de 1.200 quilos por hectare, ficará em Cr\$ 476.001.

No plantio de um hectare de linhaça, o produtor vai necessitar de Cr\$ 7.168.411. O aumento em relação ao custo calculado pelo Juliani no ano passado, que era de Cr\$ 2.125.764, é de 237 por cento. O custo de produção de um saco, considerando uma produtividade média de 16 sacos por hectare, é de Cr\$ 448.226. Para assegurar alguma margem de lucro e ainda cobrir todas as despesas, o produtor de linhaça, terá de vender o seu produto, lá por novembro do ano que vem, pela quantia de Cr\$ 556.690 o saco. O maior ou menor custo da lavoura vai depender da produção alcançada. Essa recomendação é válida não apenas para a linhaça, mas também para o trigo, a aveia e a colza.

O PESO DOS CUSTOS VARIÁVEIS

Até chegar aos custos finais de um hectare de trigo, colza, linhaça e aveia foram levados em conta dois itens: o dos



Para alcançar lucratividade o produtor terá de vender um saco de trigo, em novembro de 86 pelo preço de Cr\$ 625.929. O custo na lavoura de trigo cresceu 295 por cento. O do colza em 267 por cento.



Luís Juliani

Demonstração da previsão dos custos de produção da cultura do trigo para a época de formação da lavoura

CUSTOS	Cr\$/ha - base para formação lavoura
1 - Variáveis	
1.1. Máq. e Implem.	
- Conserv./reparos	1.294.892
- Comb. Lubr./filtro	245.403
1.2 Construções	58.062
- Conserv./reparos	58.062
1.3 Insumos	
- Sementes	528.895
Fertilizantes	640.920
Defensivos	161.778
1.4 Transporte	182.433
1.5 IAPAS	88.798
1.6 Financeiro	4.822.485
Proagro	40.978
SUB-TOTAL	8.124.644
2. Fixos	
2.1 Máquin/Implem.	
- Depreciação	435.184
- Seguro	59.659
2.2 Construções	
- Depreciação	104.631
2.3 I.T.R.	10.870
2.4 Mão-de-obra	713.754
2.5 Outros custos	
- Remuneração da terra	507.416
- Custo de Oportunidade	40.672
2.6 Melhoram. do Solo	264.825
SUB-TOTAL	2.137.011
TOTAL	10.266.550

Fonte: Diretoria Agrotécnica. O custo de produção de um saco de 60 quilos de trigo é de Cr\$ 513.078

custos variáveis e o dos custos fixos. Os custos variáveis, segundo explica o Juliani, são aqueles que aparecem somente se houver a formação da lavoura e que variam de acordo com a produtividade apresentada pela cultura. Como custos variáveis, ele considera os gastos com máquinas e equipamentos - conservação, reparos, combustíveis e lubrificantes -, insumos - sementes, fertilizantes e defensivos - transportes, Funrural, despesas financeiras e Proagro.

No caso da lavoura de trigo, por exemplo, dos Cr\$ 10.266.550 necessários para o plantio de um hectare de lavoura, Cr\$ 8.124.644, correspondem a custos variáveis (que é também o desembolso direto do produtor) e que corresponde a nada mais nada menos do que 79,47 por cento do total do custo. A participação dos custos variáveis nos custos fixos também vem crescendo de ano para ano. Na safra de inverno passada o item custos variáveis representava 72,93 por cento. Neste ano, representa 79,47 por cento.

Na aveia, de um total de Cr\$ 8.420.777 necessário a formação de um hectare de planta, Cr\$ 6.690.958 são absorvidos pelos custos variáveis, representando 79,47 por cento. No caso da lavoura de linhaça a diferença não é muito grande. De um total de Cr\$ 7.168.411 necessários para o plantio de um hectare de lavoura, Cr\$ 5.523.410 são consideradas despesas variáveis, representando 78,59 por cento. As mesmas despesas variáveis, para o caso da lavoura de colza, representam 78,38 por cento, absorvendo Cr\$ 7.433.705 do total dos recursos necessários a formação da lavoura.

Já o item custos fixos existe independente da formação da lavoura. Nele estão incluídos todos os gastos com depreciação e seguros de máquinas e equipamentos; depreciação de construções, mão-de-obra, Imposto Territorial Rural; remuneração da terra e conservação do solo. Na remuneração da terra foi considerado, para efeito de cálculo, o custo médio de arrendamento pago pelos produtores da Região Pioneira.

AS DESPESAS FINANCEIRAS

A cada ano que passa o dinheiro fica mais caro e esse peso o produtor sente na carne toda a vez que tem de fazer uma safra. O item despesas financeiras conti-

nua tendo o maior peso no custo final de formação de uma lavoura. Numa média geral, considerando as despesas financeiras das lavouras de trigo, aveia, colza e linhaça, esse item participa com 50,60 por cento do custo final. Na safra passada, comparando com o mesmo trabalho levantado pelo Juliani, as despesas financeiras representavam 44,67 por cento.

Na lavoura de trigo as despesas financeiras representam 51,05 por cento, enquanto na determinação dos custos da lavoura de aveia crescem para 51,41 por cento. No cálculo do custo de formação de um hectare de linhaça, as despesas financeiras representam 50,86 por cento e na de colza 49,12 por cento.

OS VBCs NECESSÁRIOS

O Juliani também calculou os Valores Básicos de Custeio necessários para que os produtores possam fazer o plantio do trigo, da colza, da aveia e da linhaça para a próxima safra de inverno. Todos os valores foram calculados considerando uma produtividade média de 20 sacos por hectare para o trigo, a aveia e a colza e 16 sacos por hectare para a linhaça.

O Valor Básico de Custeio necessário para a lavoura de trigo, segundo os cálculos levantados pelo assistente agrotécnico da Cotrijuí, deverá ficar em Cr\$ 3.595.642, visando a formação apenas de um hectare de planta. O custeio para a lavoura de aveia deverá ser de Cr\$ 2.962.730; o da colza de Cr\$ 3.481.477 e o da linhaça de Cr\$ 2.515.677 por hectare. Esses valores deverão cobrir apenas as despesas consideradas efetivas, como gastos com sementes, combustíveis, lubrificantes, fertilizantes, reparos e mão-de-obra.



COTRIEXPORT - CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

A SERVIÇO DA COTRIJUÍ E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS

Senhores Associados e Funcionários, Estamos aptos a prestar-lhe os seguintes serviços: - Seguro de Veículos; - Seguros de Maquinários Agrícolas; - Seguros Residenciais; - Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais; - Bilhete Obrigatório.

Maiores informações: Em Ijuí: Rua das Chácaras, 1513 - Fone: 332-3765 ou 332-2400, ramal 364.

Em Porto Alegre: Av. Júlio de Castilhos, 342, 5º andar - Fone: 21.08.09.

MULHER

Na luta contra a discriminação

O processo de discriminação da mulher rural francesa é bastante semelhante ao da mulher brasileira, e embora a França se orgulhe de seu Ministério dos Direitos da Mulher, muito pouca coisa tem sido feita para reverter essa situação.

Mas enquanto o Ministério dos Direitos da Mulher pouca coisa faz em seu favor, a mulher francesa começa a se organizar em associações no sentido de fazer valer os seus direitos e assegurar o seu reconhecimento como agricultora e até como proprietária, como deixam bem claro num esboço de estatuto que já começam a criar. O trabalho de organização começou a acontecer a partir das Afocc — associações de formação de contabilidade coletiva — e da Inter Afocc — a federação das Afocc — que tem como presidente uma mulher: Geneviève Leger. "Elas procuraram montar toda uma estratégia de organização através da contabilidade da propriedade", conta a Noemi Huth, lembrando ao mesmo tempo que as Afocc foram criadas em razão de questionamentos levantados pelas mulheres rurais.

SEM PODER

Nas Afocc as mulheres são encarregadas dos registros de documentação, da organização de reuniões e da contabilidade da propriedade. A realização desse trabalho, no entanto, não significa, de forma alguma, segundo a Noemi, que a mulher esteja tendo maior poder de decisão na propriedade. Ela só vai começar a tomar alguma decisão na medida em que realmente se sentir competente para tanto. Em alguns Gaec — grupos agrícolas de exploração da terra — as mulheres contabilizam o seu trabalho com o mesmo pagamento que o homem. Têm as suas tarefas bem definidas, porém o trabalho doméstico, a educação dos filhos, o cultivo das hortaliças continuam de responsabilidade da mulher. "Quer dizer, explica a Noemi, no Gaec ela trabalha de igual para igual, mas em casa ainda existe distinção do trabalho. Há outros grupos, em que apenas o homem trabalha no Gaec. A mulher tem a sua profissão e trabalha fora.

A mulher rural francesa, segundo constatou a Noemi, tem muito claro na sua cabeça que a organização e a participação estão intimamente ligadas a questão econômica. Prova disso é o trabalho que vem fazendo no sentido de melhor se organizarem e lutar por seus direitos. "Para a mulher francesa, diz a comunicadora, a formação educacional é decisivo para a conquista de maiores espaços. Por essa razão, ela está consciente de que só poderá ajudar nas decisões da propriedade, na medida em que realmente entender todo o processo produtivo. Também tem bastante claro que a questão da maior ou menor participa-

ção da mulher tem muito a ver com o fator sócio-cultural e histórico de sua posição na sociedade francesa.

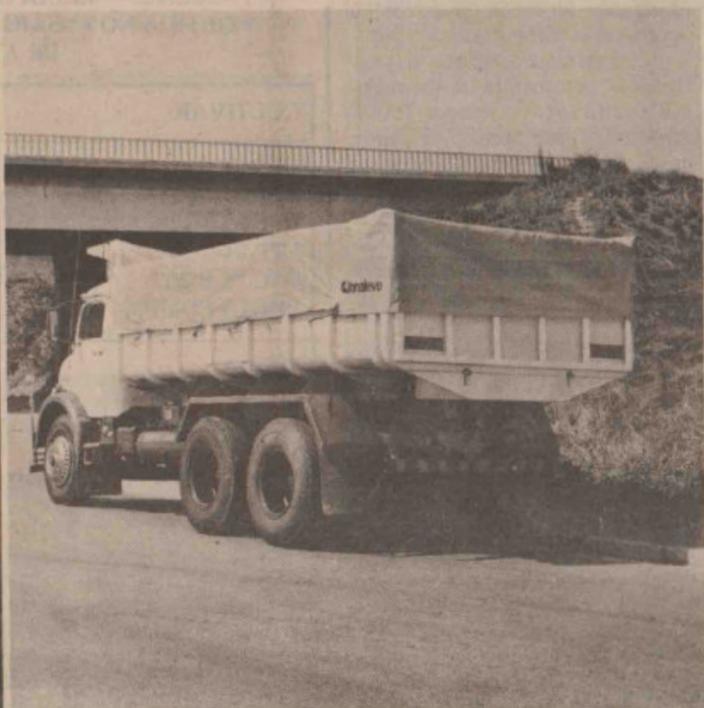


O trabalho da mulher francesa num Gaec



Noemi Huth

Lonaleve



COBRE MAIS E CUSTA MENOS.

Lonaleve é a lona sintética que, como o próprio nome já diz, respeita quem tem que pegar no pesado: é leve, fácil de manusear e lidar. E além de leve é muito mais resistente que os chamados "filmes plásticos", dura mais tempo e em caso de furo ou rasgo pode ser reparada sem problemas.

Lonaleve cobre a sua safra, o adubo, protege o trator e a colheitadeira, é ideal para fazer silo-trincheira

e até para cobrir carga em caminhões basculantes. E depois de usada pode ser guardada sem problemas até molhada porque nunca mofa.

Lonaleve é a alternativa mais barata e prática para a agricultura. E com uma vantagem que não tem igual: Lonaleve dá toda a cobertura ao agricultor e a qualidade Alpargatas dá toda a cobertura a Lonaleve.



Aveia firma-se no MS

Grãos e cobertura do solo são os objetivos

O baixo teor de matéria orgânica dos solos do cerrado, aliado ao potencial de erosão pelo vento e de desenvolvimento de invasoras, fazem com que a cobertura vegetal do solo no período de inverno seja importante fator para o sucesso das culturas de verão, além de possibilitar, a médio prazo, uma sensível melhoria do solo.

O clima seco do período outono-inverno, combinado com a baixa capacidade de retenção de umidade destes solos, tem dificultado enormemente a descoberta de culturas que se desenvolvam nesta época do ano, diz o engenheiro agrônomo Carlos Pitol, responsável pelo setor de pesquisas da Cotrijuí em Mato Grosso do Sul.

Em 1985, afirma o agrônomo, menos de 10 por cento dos solos cultivados no verão foram cobertos com culturas no período de inverno, sendo que o trigo ocupou uma área de 209.700 hectares, com a aveia ficando em segundo lugar, com cerca de 20 mil hectares.

Com os bons resultados obtidos com a aveia, agora, a expectativa é de que as culturas de verão possam ocupar a área de cultivo. A aveia dobra na próxima safra, e se mantenha o incentivo dado este ano. A se confirmar esta previsão, ainda assim cerca de 80 por cento da área agrícola do Estado sobria para outras culturas. Nestas condições, a aveia surge como a cultura com maiores condições de ocupar a área ociosa, pois já demonstrou perfeita adaptação às condições de clima e solo, além de ter os mais variados usos.

Carlos Pitol diz que a expansão da cultura da aveia em Mato Grosso do Sul muito tem a ver com os trabalhos de pesquisa desenvolvidos pela Cotrijuí, iniciados em 1981 em sua área de pesquisa no município de Maracaju.

Os melhores resultados foram inicialmente obtidos com a aveia preta, que se difundiu mais rapidamente, mas a aveia indús-

tria (amarela ou branca) também demonstrou viabilidade e passou a ser cultivada no Estado, porém em menor área (veja tabela 1).

Em 1985, estimulado pelos resultados anteriores, o setor de pesquisa conduziu um ensaio regional de produção de aveia em seis unidades da cooperativa. A média geral de todos os locais e variedades foi de 778 quilos por hectare, destacando-se a variedade UPP-04, com 912 quilos por hectare (veja tabela 2). Estes resultados, segundo Carlos Pitol, se equivalem aos obtidos pelos produtores, a nível de lavoura. Destaca-se ainda que o produto colhido teve, em geral, um bom peso hectolítico, o que lhe confere um melhor valor comercial, compensando perfeitamente uma menor produtividade.

Mesmo com a possibilidade de produção de grão indústria, a aveia tem outros objetivos mais importantes, razão de seu incentivo em Mato Grosso do Sul. A sua maior importância sempre foi e continuará sendo, segundo o agrônomo, pelo efeito benéfico de cobertura do solo, com vantagens na conservação e melhoramento de suas propriedades, redução da erosão pelo vento ou pela chuva e pelo controle sobre as invasoras. Isto se reflete, diz Pitol, em uma redução nas operações de preparo do solo, com economia bastante compensadora.

Outro importante fator a se considerar no cultivo de aveia no Estado é sua utilização na alimentação animal, em função da escassez de pastagens no período de inverno. Associada a suplementação com silagem, a aveia permite a engorda dos animais em épocas quando o restante do rebanho bovino está perdendo peso, ou até mesmo morre por falta de pastagem. Pitol salienta que esta atividade já está sendo desenvolvida por alguns produtores do Estado que conseguem ótimos resultados, pois além de lucrar com a engorda dos animais, conseguem atingir todos os outros



A área deve crescer em 86

TABELA 1. — EVOLUÇÃO DA ÁREA DE CULTIVO DE AVEIA NO MS

	1981	1982	1983	1984	1985
Aveia preta	190	500	2.000	7.000	19.000
Aveia indústria	—	2	17	365	1.100
TOTAL	190	502	2.017	7.365	20.100

Fonte: Setor de Pesquisa da Cotrijuí MS

objetivos técnicos relativos a conservação e melhoria do solo.

A falta de sementes das variedades recomendadas, bem como o alto custo, sempre foram aspectos prejudiciais a uma maior expansão da cultura de aveia em Mato Grosso do Sul. Porém, para o próximo ano a cooperativa já terá condições de fornecer grandes quantidades de sementes das variedades recomendadas, satisfazendo as necessidades dos produtores interessados. Além disso, a Cotrijuí fornece toda orientação técnica aos principiantes nesta atividade.

TABELA 2. — MÉDIA DE PRODUÇÃO DE GRÃOS E PH OBTIDA NO ENSAIO REGIONAL DE CULTIVARES DE AVEIA EM 1985

CULTIVAR	PRODUTIVIDADE	PH
UFRGS-02	755	54,8
UFRGS-04	627	52,8
UPP-03	778	54,2
UPP-04	912	55,5
CTC-78 B 207	856	51,3
PRETA COMUM	741	46,5
MÉDIA	778	52,5

Fonte: Setor de Pesquisa Cotrijuí MS

O novo supermercado de Rio Brillante

O esforço dos associados da Cotrijuí em Rio Brillante foi plenamente recompensado no dia 12 de dezembro quando da inauguração das novas e modernas instalações do supermercado e lojas. O novo prédio, com 1.200 metros quadrados de área, vem atender uma antiga aspiração do quadro social deste município sul-mato-grossense, ao mesmo tempo em que beneficia a comunidade local e regional.

A construção das novas instalações do supermercado e lojas teve na participação dos associados apoio decisivo, pois não mediram esforços para levantar os recursos necessários ao anda-

mento da obra. Através de campanhas, como a da soja, os associados de Rio Brillante emprestaram capital para que a cooperativa executasse o prédio, demonstrando plena consciência do ideal cooperativista.

A participação dos associados foi destacada pelo gerente da unidade de Rio Brillante, Natal José Marchioro, e pelo vice-presidente da Regional de Mato Grosso do Sul, Nedy Rodrigues Borges, que destacou ainda que a cooperativa pensa em levar adiante o exemplo dos associados de Rio Brillante e, assim, poder melhorar sua estrutura operacional no Estado.



O apoio dos associados foi decisivo para a construção do supermercado

Apoio à diversificação

A estiagem, que já compromete boa parte do rendimento das culturas de verão, é apenas um exemplo dos riscos decorrentes da monocultura. Uma frustração de safra traz sérios prejuízos aos produtores, especialmente de ordem financeira. A diversificação de atividades nas propriedades rurais surgiu então como uma alternativa para reduzir os riscos e, assim, proporcionar maior estabilidade aos agricultores.

Um grande número de associados da cooperativa já aderiu ao plano de diversificação, mas, em contrapartida, tiveram outros problemas pela frente: a falta de opções tanto para o verão quanto para o inverno, a inexistência de uma estrutura de recebimento e, principalmente, de comercialização para esses produtos alternativos.

A criação de uma cerealista foi a saída encontrada pela cooperativa, para realmente dar segurança ao produtor e respaldar a proposta de diversificação que defende junto aos associados.

Os bons resultados alcançados no Rio Grande do Sul pela cerealista leva a direção da cooperativa a expandir sua atividade também para o Mato Grosso do Sul. Em fevereiro do próximo ano, uma cerealista deve entrar em atividade junto a uni-

dade de Dourados, recebendo e comercializando todo e qualquer tipo de cereal.

Vilmar Hendges, diretor de Comercialização e Operações da Regional de Mato Grosso do Sul, diz que o objetivo maior da implantação da cerealista em Dourados é dar maior atenção a diversificação praticada pelos associados da cooperativa no Estado. "A idéia, afirma, é da cooperativa participar no recebimento e comercialização de tudo aquilo que os associados tiverem condições de produzir em Mato Grosso do Sul".

Se de um lado a cooperativa está investindo na montagem da cerealista — muitos equipamentos estão sendo comprados —, de outro é preciso que os produtores se organizem de forma a permitir uma perfeita participação da cooperativa no mercado. O processo de discussão entre os associados sobre o quê e quanto produzir deve ser aberto o mais breve possível, de forma a permitir a programação das atividades da cerealista, e também dos próprios associados.

O diretor de Comercialização e Operações destaca que o que se produzir poderá ser comercializado, lembrando produtos como pipoca, feijão, amendoim, painço, entre tantos outros. A comercialização destes produtos se dará de duas for-



Reforçar a diversificação, segundo o Vilmar Hendges, é o objetivo primordial da cerealista no MS

mas: uma pequena parte será empacotada e colocada à venda nos supermercados da cooperativa. A maior parte, entretanto, será vendida a granel tanto no Mato Grosso do Sul quanto em outros Estados. Para o futuro, é possível que o volume de empacota-

mento seja ampliado, mas isto depende muito da participação dos associados neste processo e, principalmente, da aceitação dos consumidores.

Uma das preocupações que já se tem em relação a comercialização é com a qualidade dos

produtos que serão oferecidos. Se sabe que quem inicia uma atividade deve procurar oferecer o que há de melhor, razão pela qual a qualidade e aspecto serão fatores levados muito em conta quando do recebimento e beneficiamento dos produtos.



DIPEL:
INSETICIDA
BIOLÓGICO

Distribuído por:

MSD AGVET



HOSPITAL BOM PASTOR S/A

Av. David José Martins, 1.376 — IJUÍ — RS
Fone: 332-2690

ESTÁ ABERTO A TODA A COMUNIDADE

- Internações em caráter: PARTICULAR, IPE, UNIMED, INPS e FUNRURAL
- Atendimento médico nas áreas de: CLÍNICA MÉDICA, CIRURGIA, PEDIATRIA, GINECOLOGIA e OBSTETRÍCIA.
- Serviço de ENDOSCOPIA E ENDOFOTOGRAFIA DIGESTIVA
- PLANTÃO MÉDICO: Consultas nas 24 horas do dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

CALENDÁRIO

Manejo e alimentação do gado

Sanidade, manejo e alimentação animal, são os principais itens de um calendário elaborado pelo Departamento Técnico da Regional de Dom Pedrito, aproveitando muitas idéias, experiências e práticas utilizadas pelos produtores da região, visando aumento na produtividade. Esse trabalho, impresso, foi lançado durante a recente Exposição Agro-Pecuária do município, obtendo enorme aceitação.

Manejo alimentar — janeiro e fevereiro

- Utilização plena dos campos nativos e campos melhorados.
- Época ideal para o aproveitamento de:
 - Cultivos forrageiros específicos;
 - Resteiras de lavouras de cornichão;
 - Excedentes de campos nativos.
- Colheita de semente de cornichão.
- Segundo corte das pastagens cultivadas de verão para feno.
- Irrigação por banho das pastagens em resteva de arroz.
- Preparo de solo para implantação de pastagens de inverno.
- Limpeza com roçadeira de áreas de rejeição.
- Fazer adubação conforme resultado de análise de solo das pastagens cultivadas.
- Controle das pastagens perenes.
- Alta rotação, com finalidade de controlar os pastos nativos e dar luz ao trevo e a semente de azevém que irá germinar em fins de fevereiro ou em março.

Manejo Zootécnico e Sanitário — janeiro.

Bovinos — Início da reprodução de vacas com terneiro ao pé, em campos nativos.

● Continuar observando o rodeio das vacas com terneiro ao pé, que estão em serviço, concentrando-as em poteiros menores e de bom pasto, fazendo rodízio dos touros com intervalos semanais.

● Início das vendas de animais da safra.

Ovinos — Preparo alimentar dos carneiros e rufiões, mantendo-os em poteiros com bom pasto, boa aguada e sombra.

Fevereiro

Bovinos — Último mês para o serviço de reprodução, retirando os touros do gado.

● Dosificar todos os bovinos com exceção dos terneiros ao pé, contra fascíola hepática.

Ovinos — Proceder o teste de fertilidade nos carneiros, selecionando-os para a monta ou inseminação artificial.

● Dar início à seleção de ventres para posterior encameiramento ou inseminação a partir de 10 de abril.

● Dosificar as ovelhas quatro a seis semanas antes do início do serviço, proporcionando reforço alimentar em poteiros com altura de pasto de quatro a seis centímetros.

● Vacinação contra carbúnculo sintomático e gangrena gasosa de todo o rebanho.

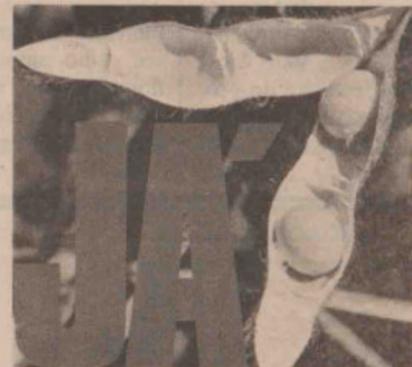
● Aparar os cascos do rebanho, deixando-os em pedilúvio (banho aos pés) com formol a 10 por cento e sulfato de cobre a 2 por cento. Em caso de alta incidência de manqueira, consultar o veterinário.

● Limpar a cara das ovelhas antes que apresentem dificuldades de enxergar.

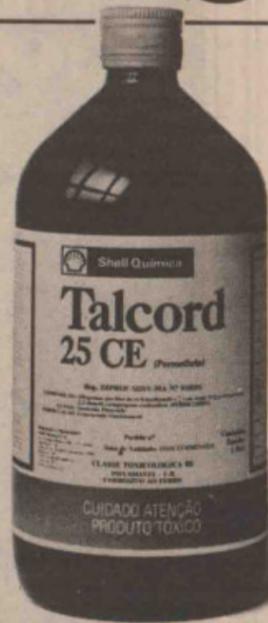
Na próxima edição continuaremos a divulgação deste calendário.



Os meses de janeiro e fevereiro são favoráveis ao aproveitamento dos excedentes de campos nativos



Lagartas não.



Quando a infestação de lagartas atingir níveis de dano econômico, aplique Talcord 25 CE. Inseticida à base de permetrina, é o mais eficiente piretróide para o controle da lagarta-da-soja.



Shell Química

Um ano de Feira da Economia

Está completando um ano de atuação a Feira da Economia, instituída pela Cotrijui como forma de beneficiar as comunidades dos bairros e vilas da cidade, e também como alternativa de comercialização para a carne do tipo dianteiro. Diariamente, com um local previamente estabelecido de cada vez, um caminhão da Cooperativa estaciona, formando-se extensas filas de donas de casa.

Na prática se configura a chamada venda direta ao consumidor, uma experiência que deu certo se analisarmos o volume de comercialização nos cinco pontos de venda ao longo desse ano. No total foram vendidas mais de 48 toneladas. Esses números

refletem o sucesso da experiência da Cotrijui, voltada principalmente para as famílias de menor poder aquisitivo e por isso mesmo de enorme significado social. Tanto que outras comunidades passaram a exigir a presença da Feira, que se comporta como um açougue ambulante.

A escala semanal da Feira da Economia em Dom Pedrito é a seguinte: segunda-feira, Bairro São Gregório; terça-feira, Vila Promorar (das 8 às 10 horas); Estação Velha (das 10 às 11h30min); quarta-feira, Bairro Getúlio Vargas (Santuário de Fátima); quinta-feira, Vila Cohab; e sexta-feira, Parque de Exposições (zona do Pavilhão).

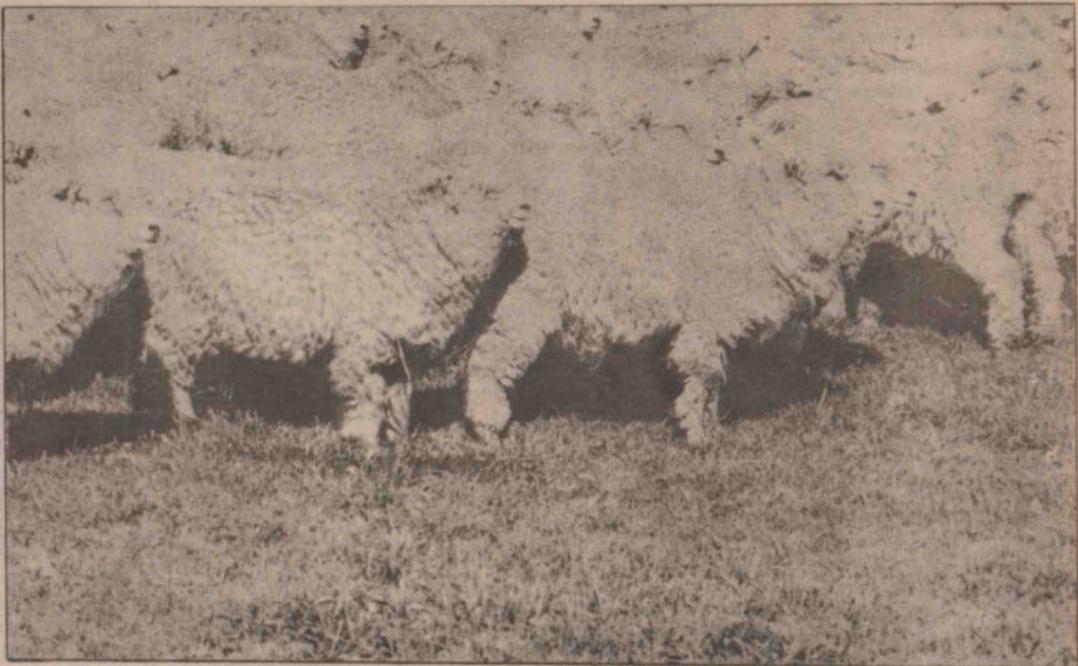
Novos espaços para a carne ovina

Carne de borregão poderá receber mesmo preço da carne bovina

Desde setembro, uma série de reuniões da Direção, representantes e conselheiros do setor de ovinocultura da Regional de Dom Pedrito estuda preços para a carne de borregão com o mesmo valor que estiver sendo pago pela carne de boi. Esta medida revoluciona o setor de ovinocultura, uma atividade que de ano para ano vem perdendo terreno, com a constante diminuição dos rebanhos e a falta de incentivos. A medida terá validade durante os meses de julho, agosto e setembro, e as inscrições estarão abertas somente para aqueles produtores que entregaram lã

na Cooperativa. Outro detalhe importante dessa medida é que os produtores terão que inscrever os borregões que tenham no mínimo onze quilos de carcaça, o que na opinião do agrônomo Paulo Pedroso, não é difícil.

É pensamento da Cooperativa, além de incentivar um dos mais importantes setores da economia da região, abrir novos espaços para a carne bovina, através de corte especiais acondicionados em caixas, buscando o mesmo tipo de consumidor da caixa Tenrés, de grande sucesso. O borregão, para melhor



A valorização da carne de ovelha pode incentivar a continuidade da atividade

identificação, é o animal que tenha dois dentes, independente da idade. Sobre a exigência de peso, há o exemplo do produtor Edgar Severo, que simplesmente com manejo de campo já produziu borregões com peso entre 14 e 16 quilos, trabalhando em campo nativo. Ainda segundo o

Pedroso, é possível e totalmente viável esse desejo, havendo experiências de produção em campos de qualidade pior do que os de Dom Pedrito, de 50 borregões por hectare.

Os animais inscritos poderiam ser esquilados entre os meses de maio e junho, passando

por um período de terminação por um espaço de trinta dias em pastagem cultivada. Com apoio à comercialização de lã, carne e pele, a Cotrijuí pretende incentivar a ovinocultura na região de Dom Pedrito, oportunizando com isso a volta dos bons tempos para o setor.

Azevém: garantindo a criação no inverno

Ademar Rosso
agrônomo

Todos os anos, em nossa região, o agricultor ou o criador semeia um pouco de azevém, o pasto de inverno que permite ao pecuarista defender algumas reses do emagrecimento e até da morte, nessa estação. Contudo, o azevém, para muitos é tido como demorado. E muitas vezes, estiagem ou excesso de chuva prejudicam o seu desenvolvimento normal. Não são raros os anos em que o criador reclama que a pastagem de azevém não deu ou está atrasada.

A carência de pasto no período de inverno é de conhecimento de todos. E o azevém, em função de sua capacidade de implantação e seu bom desenvolvimento, boa adaptação no período de inverno, juntamente com os trevos, seguramente nos oferece uma ótima alternativa para suprir esta carência.

Os órgãos de assistência técnica e a cooperativa, juntamente com criadores e agricultores, vêm incentivando a implantação do azevém no fim do mês de março e abril, sobre as culturas de verão ainda estabelecidas. E os bons resultados obtidos tem, sem dúvidas, tornado esta prática muito atrativa, com vantagens que se podem citar: azevém disponível para o pastoreio mais cedo, baixo custo de implantação da pastagem, melhor aproveitamento das restegas e dos solos, maior lucratividade



Azevém: ótima alternativa

para o criador, entre outros itens. Se levamos em conta que dos 20 mil hectares explorados com culturas do seco, menos de 40 por cento são aproveitados para pastagem no período de inverno, é fácil notar que muitas áreas ainda precisam ser aproveitadas. A situação se torna ainda mais alarmante quando considerarmos que menos de 10 por cento da área do município é explorada com pastagens.

A Cooperativa vem se empenhando para que haja disponibilidade de semente e se possa ter uma maior área de plantação, melhorando as condições do gado durante o inverno.

● Ademar Rosso integra o departamento agrotécnico da Cotrijuí em Dom Pedrito.

Aqui está um modo de proteger suas sementes.

TECTO ajuda a proteger as sementes, revestindo-as com uma camada fungicida formando uma barreira protetora contra os mais importantes fungos patogênicos da semente e do solo. TECTO por ser sistêmico, é absorvido durante a germinação e passa a atuar com ação curativa dentro da plântula, durante os estágios críticos de crescimento. TECTO oferece a você um tratamento de sementes confiável e fácil de fazer, por ser um produto seguro e eficaz, com formulações estáveis, não corrosivas e sim compatíveis com todas as máquinas de tratamento de sementes e equipamentos de plantio. TECTO é um dos meios mais importantes com que se conta atualmente para que o seu investimento inicial em sementes e outros insumos, esteja assegurado.

TECTO 10
a proteção necessária.

MSD AGVET
DIVISÃO DE MERCK, SHARP & DOHME
Química e Farmacêutica Ltda.

MSD AGVET, TECTO e o símbolo de uma seta apontando para cima são marcas registradas da MSD AGVET, Divisão de Merck, Sharp & Dohme, S.A. - São Paulo, SP.

Aqui está o modo mais fácil.

TECTO 10
a proteção necessária.

MSD AGVET
DIVISÃO DE MERCK, SHARP & DOHME
Química e Farmacêutica Ltda.

MSD AGVET, TECTO e o símbolo de uma seta apontando para cima são marcas registradas da MSD AGVET, Divisão de Merck, Sharp & Dohme, S.A. - São Paulo, SP.

Produtores
constroem
depósitos
comunitários
de lixo tóxico



Léo Góti



Alberto Fengler

Desde o final do ano passado, quando várias entidades ligadas ao setor agropecuário do município se juntaram e criaram um programa de conservação de solos para Ijuí, que o debate sobre os problemas de erosão, da contaminação dos rios e riachos, do uso irracional dos agrotóxicos, corre solto entre os produtores. E o mais importante é que essas discussões e até as medidas adotadas, não estão sendo feitas de forma isolada, mas em conjunto. "O próprio produtor, segundo o Léo Góti, agrônomo e coordenador da área de Solos da Cotrijuí, na Região Pioneira, está se dando conta de que a solução para estes problemas tem que acontecer de forma comunitária.

Um balanço do que foi feito nesse meio tempo em termos de conservação de solo, segundo o Léo, que também é representante da Cotrijuí junto a comissão técnica responsável pelo trabalho, mostra que houve um avanço. "O trabalho está valendo a pena. A aceitação pelo programa de conservação de solos foi muito boa, a tal ponto, que, em parte, chegou a superar as nossas expectativas". Ele não deixa de ter suas razões para se mostrar tão confiante. Só nesse ano, após a colheita da soja, principalmente em áreas que não foram ocupadas com culturas de inverno, aconteceu uma mudança muito grande no sistema de terraceamento das lavouras da região. Num trabalho comunitário, envolvendo produtores de toda uma região, os terraços convencionais foram substituídos por terraços de base larga em nível. Esse trabalho atinge hoje, em todo o município, uma extensão de 1.200 hectares. Destes, 975 hectares foram construídos sob a orientação técnica do pessoal da Cotrijuí.

Além desse trabalho vale a pena salientar que nesse meio tempo, o produtor também andou introduzindo ou dando continuidade a novas práticas de conservação de solo. Passou a dar uma maior atenção ao manejo do solo, fazer cobertura nos meses de inverno, rotação de culturas e diversificar mais a sua propriedade.

Mas apesar de todo o trabalho que vem se fazendo a nível de conscientização do agricultor, quer seja através de reuniões, de contatos diretos, o Léo lamenta que neste inverno, o produtor tenha voltado a queimar restos de palha na lavoura. "Infelizmente, diz ele, observou-se nesse ano, que o produtor voltou a queimar restos de cultura na lavoura, mesmo sabendo dos prejuízos que esse sistema traz ao solo".



O depósito de lixo de Coronel Barros foi construído com o trabalho de todos

O trabalho é de todos

ELIMINAÇÃO CORRETA

Outro aspecto importante do programa de conservação de solos diz respeito ao uso racional dos agrotóxicos. Os produtores estão sendo estimulados a fazer o controle biológico das pragas; a usar produtos menos tóxicos, quando realmente houver necessidade do controle de pragas, a tomar muitos cuidados no abastecimento dos pulverizadores e a procurar eliminar de forma correta as embalagens.

Aliás, a eliminação das embalagens dos agrotóxicos é um problema que parecia meio sem solução para os produtores, que não sabendo o que fazer com tanta lata e vidro de veneno, iam guardando no galpão, embaixo da casa, no fundo do pátio, no meio do mato ou simplesmente jogando na margem dos riachos e estradas. Poucos procuravam enterrar esse material e, quando fazia, era de forma inadequada, "embora, esclarece o Léo, a intenção fosse das melhores". Mas esse é mais um problema que, pelo menos em algumas regiões, vai ganhar solução. Alguns produtores estão se reunindo e, de forma coletiva, partindo para a construção

de depósitos de lixo tóxico, como já aconteceu na localidade de Coronel Barros e Santa Lúcia. "O uso de fossas é a solução mais correta para o armazenamento destas embalagens, que de uma forma ou de outra, quando jogadas em qualquer canto da propriedade, estão servindo de foco de contaminação", diz o agrônomo.

É DE TODOS

O seu Alberto Fengler é o proprietário da área onde foi construído um dos depósitos de lixo em Coronel Barros. Vê a construção desse depósito como uma necessidade para a comunidade, "pois o pior é ver tanta lata e vidro com restos de veneno espalhados por toda a parte, trazendo perigo para as pessoas".

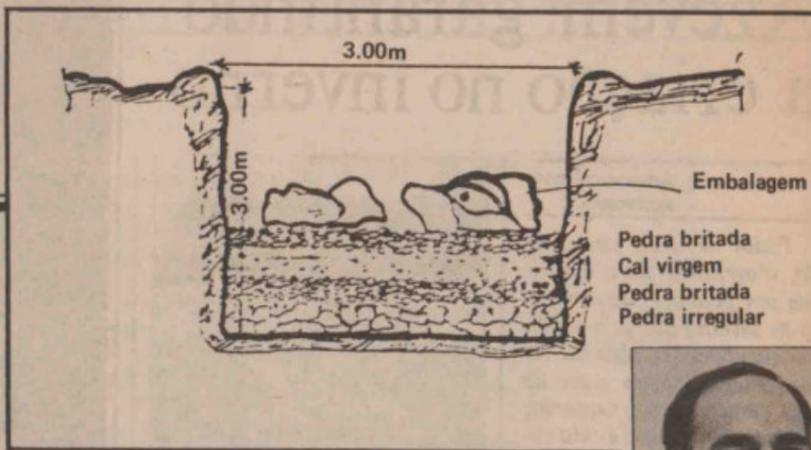
Consciente do perigo das embalagens

de veneno espalhadas pela propriedade, o seu Alberto, até antes da construção da fossa comunitária, vinha adotando soluções próprias, que achava serem as melhores. No começo, enterrava as embalagens no meio do mato. Depois, começou a escondê-las embaixo do assoalho do galpão. "Sabia do perigo, mas não tinha onde colocar", diz ele. E tão logo pode, o seu Alberto não se fez por menos. Saiu de vizinho em vizinho, convidando-os a juntarem seus lixos e soltarem no depósito. "A gente sabe que o mato que tem aqui perto está cheio de latas e vidros que não podem continuar onde estão. Se cada um juntar um pouco, se limpa o mato em poucos dias". O buraco já está pronto, agora tudo vai depender do capricho de cada produtor".

A construção do depósito

Assim como é importante a armazenagem de produtos agrotóxicos na propriedade, também é fundamental a eliminação correta das embalagens vazias. Essas embalagens devem ser depositadas adequadamente e não simplesmente abandonadas em beiras de estradas, no meio dos matos ou as margens dos riachos, servindo de fonte de contaminação. A construção de depósitos comunitários de lixo tóxicos, tem resolvido, pelo menos em parte, o problema das embalagens vazias. É um sistema que vem sendo adotado por agricultores de outras regiões já há algum tempo. Em Ijuí, o primeiro depósito de lixo comunitário foi construído na região de Santa Lúcia, no início deste ano, na propriedade do agricultor Luiz Zanete e contou com a orientação do então técnico agrícola da Unidade de Ijuí, o Sadi Pereira, hoje atuando na área de operações. Após a construção desse primeiro depósito, muitos outros começaram a surgir, espalhando-se pelo interior do município.

Ainda no final do mês de novembro foram construídos mais dois depósitos na região Oeste de Ijuí, ficando um deles em Coronel Barros, na propriedade do agricultor Alberto Fengler e outro na Linha 8. A construção destes depósitos teve a orientação do técnico agrícola da Cotrijuí, o Pedro Pittol. "Esses depósitos foram construídos, justifica o técnico, gra-



As fossas precisam ser construídas dentro das normas

ças a união de forças destas duas comunidades. São agricultores conscientes do perigo das embalagens vazias ficarem espalhadas pela propriedade, representando um sério perigo de vida". Ele lembra que embora o uso do agrotóxico venha diminuindo de forma acentuada, é grande a quantidade de latas, vidros que serviram para embalar venenos atirados a algum canto da propriedade ou simplesmente guardados no galpão próximo às pessoas da família e aos animais.

TRABALHO DE TODOS

A construção dos depósitos de lixos exigiu a participação de todos numa espécie de mutirão na comunidade, em que cada um procurou dar a sua contribuição. Enquanto uns produtores cediam a área para abrir os buracos para o depósito, outros colaboravam com o material necessário, inclusive com a mão-de-obra. Toda a brita colocada no fundo do depósito foi doada pela Pedreira Tábille e transportada pelo agricultor Sardi A. Galert. O calcário foi doado por Aduvos Trevos e o frete feito pelo agricultor Sadio Romeu Krug. Os agricultores Sadi Reiman, Claudio Zavaski e Rudi Arno Bonmann colaboraram com os palanques e o arame para as cercas. A Prefeitura Municipal deu a contribuição emprestando uma retro-escavadeira para fazer a abertura das fossas.

A construção destes depósitos, segundo o Pittol deve seguir certas normas estabelecidas pelas secretarias do Meio Ambiente, Saúde e Agricultura, pois servirão para armazenar latas, garrafas e galões de venenos. A fossa deverá ter três metros de profundidade, três metros de largura e três metros de comprimento. O fundo tem que ser revestido por uma camada de pedra britada, seguido de uma camada de calcário, que servirá para neutralizar o efeito dos restos de veneno e ainda mais uma outra camada de pedra. "A pedra britada, e o calcário explica o técnico, vai ajudar na filtragem e neutralização dos restos de veneno".

Mas as recomendações não ficam por aí. Esses depósitos não devem jamais serem construídos perto de moradias, vertentes de água ou poços. "O ideal, diz o Pittol, é construí-los em lugares altos e bem distante da casa, mas que seja de fácil acesso para facilitar o transporte e a armazenagem das embalagens vazias". Ele também não aconselha a armazenagem de latas cheias de venenos. Depois de enchidas até a altura de dois metros, a fossa será coberta com terra até a boca.



Pedro Pittol

MERCADO EXTERNO

A guerra comercial no mundo

Argemiro Luís Brum
de Montpellier - França

O Brasil vem sendo acusado pelos Estados Unidos de subvencionar suas exportações de soja para a Europa. Isto é, de vender o produto no mercado externo com preços abaixo do seu real custo, a fim de conquistar mercados. Esta atitude é considerada "ilícita" pelos EUA, que lembram todos os anos os acordos estabelecidos no seio do GATT (Acordo Geral para o Comércio e Tarifas Aduaneiras). Este organismo mundial foi criado depois da 2ª. Guerra Mundial para exercer um certo controle sobre os negócios a nível do mercado mundial, através de leis votadas pelos seus países membros, dentre eles os EUA e o Brasil.

Como o maior mercado da soja brasileira ainda é a Comunidade Econômica Européia - CEE, nos últimos anos estas acusações norte-americanas vêm se transformando em autênticas pressões sobre os países membros da CEE. O objetivo é que estes países taxem as importações de farelo de soja vindas do Brasil em represália às subvenções brasileiras.

Ora, na verdade o que está havendo é uma pressão norte-americana sobre o conjunto do mercado mundial. Esta pressão tem no seu discurso uma idéia principal: "Não aceitamos protecionismo pois o mercado mundial deve ser gerado pelo livre comércio".

Mas, afinal, quem faz o protecionismo? Como o faz? E contra quem? As respostas estão num artigo publicado pela imprensa francesa ("A Guerra Comercial entre os EUA e a CEE: Quando o Estado mais liberal do mundo cai diante dos apelos do protecionismo", LE MONDE DIPLOMATIQUE, novembro/85. P. 7), neste mês de novembro, e que passo a traduzir-lo devido a sua importância no esclarecimento desta realidade do mercado mundial.

DESASTRE

"No dia 17 de setembro passado, em conferência de imprensa, o sr. Reagan, presidente dos EUA disse que o protecionismo seria uma viagem sem retorno para o desastre econômico. Como sempre a realidade é bastante diferente dos discursos. Assim, no dia 10 de outubro passado, a Câmara dos representantes dos EUA adotou uma lei reduzindo de forma importante (menos 35 por cento) as importações de vestimentas e produtos têxteis provenientes do Brasil, da Indonésia, do Paquistão, da Índia, etc.

Uma medida parecida havia sido tomada já em setembro de 1984. Na verdade, desde 1982 as importações de aço em procedência da Europa são limitadas a 5 por cento do mercado interno. (...) Além disso existem ainda os chamados direitos de aduana que chegam em média a 5,6 por cento nos EUA sobre os produtos finais manufaturados (contra 6,8 por cento na CEE e 5,9 por cento no Japão por exemplo). Isto mostra que os Estados Unidos não são o paraíso do livre comércio como pretende o ser.

E mais, atualmente com o crescimento do déficit comercial exterior, (150 bilhões de dólares previstos para este 1985) a idéia do protecionismo ganha

corpo nos EUA. E é na agricultura que temos os maiores exemplos.

TRIGO

Os EUA parecem dotados de uma singular visão seletiva. A agricultura européia principalmente é acusada de concorrência desleal em função das subvenções atribuídas pela política agrícola comum. Entretanto, também o governo norte-americano decidiu subvencionar suas exportações de trigo. O programa BICEP (Bonus Incentive Commodity Export Program), no valor de 2 bilhões de dólares, permite a redução no preço das exportações de trigo em 14 dólares por tonelada e o da farinha de 66 dólares por tonelada. O Egito foi o primeiro beneficiado através de um pedido de 175 mil toneladas de farinha e de 500 mil toneladas de trigo.

Esforços neste sentido foram feitos sobre outros países, tradicionais compradores do trigo Europeu, tais como a Argélia e o Iêmen do Norte. Evidentemente a Comissão Européia respondeu imediatamente. De que forma? Aumentando seu protecionismo, isto é, aumentando em 14 ECU (moeda comum da CEE e que vale atualmente 6,86 francos franceses) a restituição para cada tonelada de trigo exportada.

Em outras palavras ela diminuiu de 14 ECU o preço de seu trigo no mercado internacional em comparação ao seu preço no mercado interno. Mas são os EUA que possuem um arsenal de medidas de protecionismo e subvenções na área da agricultura.

SUBVENÇÕES PARA AS EXPORTAÇÕES

Créditos a taxas nulas são dados para certos países comprarem os cereais norte-americanos. Além disso, os programas de ajuda alimentar e os créditos para a exportação levaram o governo daquele país a subvencionar 17,5 das 50 milhões de toneladas de trigo e farinha exportadas em 1985. O Marrocos, por exemplo, em 1985 já compra 88 por cento de suas importações de trigo e farinha, dos EUA. Há três anos atrás esta participação não era superior a 30 por cento. Tudo isto graças às subvenções.

Em segundo lugar temos as ajudas diretas aos agricultores no interior dos EUA. O "Farm Bill" de 1981 colocou em ação um complexo dispositivo destinado a sustentar a renda dos produtores. Assim, para os cereais, um preço "de objetivo" é fixado com base no custo médio de produção. Todos os agricultores que aceitaram participar do programa de congelamento (não plantar) de uma parte de suas terras (as terras não plantadas, graças a este programa, chegaram a 20 por cento do total em 1983) anteriormente cultivadas, ganharam um empréstimo de 10 meses em troca da colheita.

Este empréstimo é um pouco inferior ao preço "de objetivo" (121 dólares por tonelada contra 161). No final de nove meses, os agricultores que não conseguiram vender sua produção acima deste preço não precisarão pagar este empréstimo (salvo os 14,5 por cento da taxa de estocagem) e o Estado fica proprietário da colheita. Isto é, 1/4 das colheitas não produzidas fazem o objeto de indenizações compensatórias.



Segundo os Estados Unidos, o Brasil subsidia as exportações de soja

ALTOS CUSTOS

Em 1983, um programa suplementar, PIK (Payment in Kind: pagamento em espécie) abriu a possibilidade de deixar parada uma fração suplementar de terras (10 a 30 por cento) cultivadas. Em contrapartida o Estado retirava de seus estoques o que deveria ser produzido e encarregava o produtor de vender "in natura" ao melhor preço que ele conseguisse. Este programa foi mantido em 1984 apenas para o trigo. Mas ele funcionou muito bem em 1983 para a soja.

Quanto aos produtos leiteiros, eles se beneficiam de um preço de sustentação acompanhado de um prêmio para os criadores que aceitam reduzir sua produção (10 dólares para cada 100 libras de leite a menos, isto é, 45,3 quilos).

Enfim, convém não esquecer o Food Stamp Program, que consiste em distribuir tickets de alimentação às famílias mais pobres, e os programas de merenda escolar. No total cerca de 19 bilhões de dólares foram investidos neste programa.

O conjunto de todos estes mecanismos de intervenção representam somas consideráveis. Segundo o OCDE, o equivalente "subvenção a produção" representou, para o trigo, 1/5 do valor da colheita (1983); para o milho ele representa 1/10 aproximadamente, para o sorgo 1/7 e para o açúcar até 1/3 (1979).

O sustento direto às rendas dos agricultores custou 12 bilhões de dólares em 1984 e o conjunto das intervenções públicas sobre os mercados agrícolas um pouco mais de 30 bilhões. Neste último caso, a Turquia se beneficiou, em 1984, de um empréstimo direto, sem juros, no valor de 85 milhões de dólares e Bangladesh de 15 milhões de dólares.

"ATÉ O DIABO"

Na verdade, após ter estado por muito tempo inferior às despesas européias, as despesas norte-americanas de sustento aos preços ou à renda dos agricultores ultrapassaram àquelas em 1983. Assim, fica muito claro, à luz de algumas cifras, que a noção de "concorrência desleal", atualmente muito aplicada pelos EUA, deve ser revisada.

E conclui o artigo: "Sobretudo, esta intervenção pública, dentro do país que reclama o livre comércio, mostra que existem acertos até com o diabo: os mecanismos do mercado, livres, seriam gerado-

res de muitas perturbações para que o Estado, qualquer que ele seja, possa deixar de se cuidar na prática. É tempo então que o debate sobre o protecionismo e a livre-troca caia na evidência dos fatos. Ele não tem nenhum senso concreto. Todos os países, bem ou mal, protegem de diversas formas seus interesses econômicos na medida em que a concorrência estrangeira ameaça a estabilidade de sua estrutura social. As negociações, quando ocorrem, são para decidirem os níveis e as formas de proteção. Todo o resto é hipocrisia".

Moral da história: O maior pecador é aquele que anda acusando os outros de pecarem. Para confirmá-la, vejam a tabela abaixo:

Conjunto das Subvenções dadas aos agricultores pelo governo norte-americano (em cifras absolutas)

ANOS	DÓLARES
1976	2 bilhões
1977	6 bilhões
1978	10 bilhões
1979	10 bilhões
1980	7 bilhões
1981	10 bilhões
1982	14 bilhões
1983	21 bilhões
1984	12 bilhões
1985	22 bilhões
1986	14 bilhões

Fonte: U. S. News e World Report, 23 de setembro de 1985. In. Le Monde Diplomatique, novembro/85, Paris-França, P. 7 § A cifra referente a 1986 é uma estimativa.



Integração e cooperação

Walter Frantz

Na evolução do sistema econômico capitalista existe uma tendência à concentração e centralização dos capitais, resultante da natureza competitiva desse sistema. Em consequência disso, temos hoje os grandes complexos empresariais, muitas vezes, multinacionais. Essa forma de acumulação de capital permite maior segurança na ocupação dos espaços econômicos do sistema por parte dessas empresas. Porém, em contrapartida, temos cada vez um maior número de pessoas e pequenas empresas perdendo os seus espaços econômicos. As consequências dessa evolução não são só econômicas, mas sociais e políticas, isto é, as pessoas perdem espaços importantes de participação sobre os rumos da economia, atuando na dependência dos interesses do grande capital.

Historicamente tem havido reações a essa situação, tanto a nível da organização política quanto econômica. Entre as reações, de um modo geral, se inscreve o movimento cooperativo. A história do cooperativismo nada mais é que um acúmulo de diferentes experiências no sentido de abrir e garantir espaços às pessoas, às economias fracas no contexto mais amplo das economias nacionais ou sistemas econômicos, orientados por certos princípios e conceitos gerais que os distinguem de outras práticas sociais. Na economia de mercado, ainda que imperfeita, existem duas questões importantes para a avaliação da prática cooperativa, sob o ponto de vista econômico, principalmente.

Primeiro, o cooperativismo precisa garantir o espaço às economias das pessoas que, isoladas, seriam marginalizadas ou eliminadas pelo processo concentrador e centralizador do sistema. No caso dos produtores rurais de economia familiar, essa questão se torna bem clara. Segundo, a estrutura da organização cooperativa precisa viabilizar a competitividade das economias associadas no contexto maior das relações econômicas. É fundamental que essa estrutura venha embasada em conceitos claros e definidos. (1)

A estrutura organizacional da prática cooperativa deve vir pautada pela integração das cooperativas singulares entre si, isto é, na raiz dessa estrutura deve estar a cooperação intercooperativa. A partir dessa filosofia deve ocorrer a montagem do que se poderia chamar de sistema cooperativo.

A cooperação intercooperativa não é algo novo na história do cooperativismo, nem sob o ponto de vista de idéia ou utopia e nem como prática social efetiva. Na sua raiz está, de um lado, a idéia da construção de uma ordem econômica e social, baseada na cooperação, ao invés da competição, sustentada pelos princípios do liberalismo individual da economia clássica. Pela cooperação intercooperativa se espera alcançar a reforma pacífica da sociedade capitalista, construindo-se uma economia comum e

solidária livre, que Eduard Pfeiffer, um estudioso do cooperativismo alemão, chamou de "freie Gemeinwirtschaft".

De outro lado, nas origens históricas da cooperação intercooperativa está a questão prática de integrar, principalmente, as cooperativas do setor agrícola com as cooperativas de consumo. Reside nessa prática o esforço de administrar com maiores vantagens as economias individuais cooperadas, tanto a dos produtores rurais quanto a dos consumidores, especialmente da classe média urbana.

Trata-se, portanto, de uma questão, historicamente, relacionada com as relações econômicas entre diferentes setores de uma economia ou grupos sociais, fundamentada em princípios doutrinários e filosóficos ou em objetivos práticos de economias cooperadas. É exatamente desses dois aspectos que decorrem as possibilidades e os limites, as vantagens e os problemas dessa cooperação intercooperativa.

As experiências desenvolvidas nos mais diferentes países e épocas permitem concluir por dificuldades na prática da cooperação intercooperativa, a grosso modo, ditadas pela inexistência de um sistema de relações econômicas e sociais, fundamentado, predominantemente, em princípios doutrinários cooperativos ou ditadas pelas condicionantes do sistema econômico maior capitalista. Isto é, à cooperação intercooperativa são impostos os limites dos princípios e leis que regem o ambiente sócio-econômico maior e, dentro do qual, cada associado é compelido a realizar a sua economia. Assim, os problemas enfrentados pelas experiências de cooperação intercooperativa, historicamente, de modo especial, no caso das cooperativas de produtores rurais e de consumidores, estão relacionados com os próprios objetivos dos associados das respectivas cooperativas que buscam realizar no âmbito das leis da economia de mercado. No centro da problemática se coloca a questão do preço que a uns parece ser pouco e a outros demasiado, esperando cada qual obter o máximo de vantagens. Assim, uma relação econômica cooperativa em um contexto de economia de livre mercado torna-se muito problemática em certos momentos.

Entretanto, a cooperação intercooperativa também apresenta, historicamente, vantagens que permitem, apesar da análise crítica das experiências realizadas, ver nela um mecanismo de ampliação das potencialidades da prática cooperativa em nosso meio. Aos que propugnam por um sistema cooperativo, entendido como alternativa de organização social e de ordem econômica, a cooperação intercooperativa é parte essencial da cooperação, melhor dito, dos princípios da cooperação. Porém, para aqueles que têm na cooperação um instrumento de racionalização da organização de economias individuais, as vantagens da coo-

peração intercooperativa estão, principalmente, vinculadas aos efeitos da economia de escala, à eliminação da especulação no mercado, estabilizando seus preços e relações e outras vantagens mais que poderiam ser apontadas, levando-se em conta os serviços que as cooperativas podem prestar ou assumir junto aos associados.

Portanto, a cooperação intercooperativa, historicamente, aparece como resultado de efeitos positivos ou como vantagem da soma de atos administrativos eficientes ou como condição indispensável à realização de uma ordem social e econômica cooperativa.

No que diz respeito à história da prática cooperativa no Rio Grande do Sul, podemos constatar que a cooperação intercooperativa ainda é uma meta a ser alcançada, quer seja do ponto de vista da doutrina e princípios do cooperativismo ou da criação de mecanismos de administração racional das potencialidades da cooperação econômica. Existem experiências de cooperação intercooperativa, porém muito mais como atos isolados ou até de eventuais resultados das relações pessoais de dirigentes entre si do que como práticas oriundas de um sistema cooperativo. Como experiências existentes em nosso Estado poderiam ser citados, a nível do econômico, alguns convênios entre cooperativas na área da coo-

mercialização, da organização cooperativa (centrais) e, a nível do político, poderíamos citar os programas de integração e desenvolvimento de cooperativas ou de reuniões intercooperativas. Mas, de um modo geral, a cooperação intercooperativa apresenta falhas e é muito limitada em nosso meio. Ao nosso ver a cooperação intercooperativa esbarra em problemas fundamentais que são de ordem interna e de ordem externa. Os problemas de ordem interna parecem estar relacionados, de um lado, com o próprio entendimento do que vem a ser o cooperativismo ou uma cooperativa e o que significa cooperar no contexto da economia brasileira e, de outro lado, com a estrutura da organização do cooperativismo que aqui se pratica.

Os problemas de ordem externa estão relacionados com o contexto do jogo político e das relações econômicas do sistema econômico maior.

Dentre os aspectos apontados, gostaríamos de frisar, principalmente, a questão da estrutura do cooperativismo em nosso Estado. Não nos parece que se possa alcançar as condições de uma cooperação intercooperativa vantajosa, sem uma adequada estrutura de organização cooperativa. A estrutura condiciona a cooperação intercooperativa ou, se quisermos, também a cooperação singular, mais que as boas idéias que possamos ter a respeito do coopera-

tivismo. Embora não se possa desprezar a formação cooperativa do homem, a cooperação intercooperativa só se viabiliza se acrescentarmos a essa formação uma estrutura adequada que viabilize a potencialidade dessa formação e permita que os objetivos da cooperação sejam realizados. Precisa-se, portanto, ao nosso ver, antes de mais nada, criar uma estrutura que leve em consideração a natureza de um projeto cooperativo e a realidade do ambiente sócio-econômico maior, onde se inscreve a prática da cooperação. Pensamos que só poderemos falar em cooperação intercooperativa se iniciarmos pelo debate sobre o sentido da cooperação e da sua estruturação, ou melhor, a sua reestruturação dentro dos novos conceitos de organização cooperativa, baseados na eficiência empresarial e na gestão democrática, gerados pelo processo de postura crítica e de autocrítica que marca o cooperativismo gaúcho, em grande parte, de uns anos para cá.

● Walter Frantz é assessor de Comunicação e Educação e de Desenvolvimento em Recursos Humanos na Região Pioneira da Cotrijuí.

(1) Sobre esses aspectos já foi falado em um texto anterior, publicado pelo Cotrijornal de julho deste ano (A participação na organização Cooperativa).

NUVACRON O 3 EM 1 DA CIBA-GEIGY

NUVACRON 400 é o produto que combate as principais pragas da soja (Lagarta da Soja, Lagarta Falsa Medideira, Broca das Axilas e Percevejos — Verde, Verde pequeno e Marron), com tri-proteção. Porque NUVACRON tem em sua formulação um ingrediente ativo, o Monocrotofós na proporção de 400 gramas para cada litro de produto. NUVACRON 400 é um inseticida sistêmico que também age por contato e ingestão. É a chamada tri-proteção. Assim:



Os Percevejos, ao sugarem a seiva da planta, não escapam, pois NUVACRON 400, com sua ação sistêmica, permanece ativo no interior da planta, sem ser lavado pela chuva.

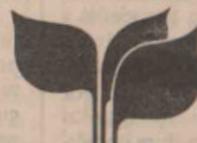


As Lagartas, ao comerem as folhas, também não escaparão (ação de ingestão).



As pragas que estiverem sobre a planta quando tocarem nela, durante e após a aplicação de NUVACRON 400, serão controladas (ação de contato).

Não aplique defensivos desnecessariamente. Utilize o controle integrado de pragas e siga as instruções da EMBRAPA para determinar a infestação de sua lavoura. Se constatar infestação a nível de dano econômico, use NUVACRON 400, o 3 em 1 da CIBA-GEIGY.



NUVACRON®

® Marca Registrada

LAVOURA DO MÊS

Produção de vinhos



HORTALIÇAS DIVERSAS

No verão é época de irrigação. A estiagem que tem ocorrido na região nesses últimos meses tem provocado grande redução na disponibilidade de hortaliças frescas, tanto para a alimentação da família do produtor, como para venda a nível de população urbana através de feiras-livres, mercados e hortigrajeiros.

Nesta época de estiagem a irrigação assume papel de grande importância, pois possibilita suprir com água as hortaliças plantadas, devido as chuvas que não vieram ou foram insuficientes, melhora a qualidade dos produtos, permite hortaliças "fora de época", além de melhorar o aproveitamento dos adubos.

Para irrigar, primeiro é preciso conhecer alguns aspectos da propriedade e tipos de hortaliças que normalmente se costumam plantar.

Com relação ao solo, devemos observar que apresentam diferentes capacidades de armazenamento de água. A quantidade de água deve ser dosada de acordo com a exigência da planta e do tipo de solo, pois água demais poderá provocar encharcamento, prejudicando as



plantas, levar a matéria orgânica contida no solo para camadas mais fundas, fora do alcance das raízes. Uma rega excessiva também poderá favorecer a incidência de doenças fúngicas e a sua disseminação. Por outro lado, se faltar água as plantas poderão apresentar um crescimento deficiente.

A fonte de água de irrigação é um ponto muito importante a ser estudado quanto aos aspectos de quantidade, qualidade da água e localização da fonte. Com relação a quantidade, considera-se que as hortaliças em geral são de ciclo muito curto, e por isso mesmo muito exigentes em água, não suportando estiagens longas. A fonte de água deve ser perene e abundante, (açudes, riachos, olhos d'água, poços, etc) não apresentando falta de água nos meses mais quentes do verão.

A qualidade da água utilizada na horta assume grande importância, visto que a maioria das hortaliças são consumidas in natura. Esta água não deverá conter resíduos de agrotóxicos ou captadas de córregos poluídos com resíduos de esgotos urbanos.

Quanto a localização da



fonte de captação de água, deve ser próxima da horta para facilitar a utilização da água com redução de custos.

CEBOLA

Após a colheita e a cura vem o armazenamento, que deve ser feito em galpões bem ventilados para proporcionar um bom arejamento. Aconselha-se que os galpões tenham ventilação ao nível do solo e aberturas (janelas ou portas) possíveis de serem abertas nos dias quentes. Armazenar em forma de maços e penduradas em estaleiros ou a granel, em camadas de 10 a 20 centímetros de altura, as quais devem ficar sobre ripados para facilitar a circulação do ar. A cebola terá seu preço em alta a partir dos meses de janeiro e fevereiro de 86 em diante.

BATATA

Devido a prolongada estiagem que ocorre na região recomendamos aos associados que obtiveram colheita a partir da safra de primavera, que devem utilizar parte destes tubérculos para o plantio da safrinha de fevereiro, pois a oferta de tubérculos-sementes para o próximo ano será muito reduzido, com preços bastantes elevados.

Ao aproximar-se a safra de uva é interessante lembrarmos alguns aspectos de importância para a fabricação de vinhos. Inicialmente lembramos que a higiene e a qualidade dos vasilhames é fundamental para a produção e conservação dos vinhos. As pipas devem ser bem lavadas e enxaguadas, usando-se quando possível água quente. Após estarem enxutas procede-se a desinfecção, usando-se mechas de enxofre, que são queimadas no seu interior, estando as mesmas totalmente fechadas. As mechas de enxofre são obtidas pela imersão de tiras de pano (linho branco) em enxofre derretido ao fogo.

Considerando-se que vinificação é o processo pelo qual o mosto da uva transforma-se em vinho, através da conversão dos açúcares em álcool, gás carbônico e outros produtos, a qualidade do vinho produzido dependerá basicamente da uva empregada. A uva deve ser colhida o mais madura possível, fazendo-se a colheita em etapas, se necessário. Grãos podres ou verdes devem ser eliminados.

CORREÇÃO DO AÇÚCAR

As condições climáticas da região geralmente não permitem a produção de uvas com o teor de açúcar desejado, fazendo-se necessária a correção. Para produzir-se um vinho de boa qualidade e que se conserve bem, a uva deve possuir cerca de 20 graus de açúcar (200g de açúcar/litro de mosto). O teor de açúcar é determinado logo após o esmagamento da uva, tomando-se uma amostra de mosto representativa. A determinação é feita com Mostímetro Babo, usando cerca de 200 ml de mosto, que pode ser colocado num canudo

de bambu. Deve-se evitar o uso de litros ou garrafas, pois o seu formato altera o resultado. Quando o valor for menor que 20 graus deve-se fazer a correção.

A correção é feita com açúcar de cana refinado, sendo necessário 1,5 kg por 100 litros de mosto para aumentar-se um grau. Assim, se tivermos um mosto com 16 graus, será necessário 6 kg de açúcar/100 litros de mosto para obtermos os 20 graus necessários para o fabrico de um bom vinho. A adição do açúcar é feita logo após o esmagamento da uva, devendo ser previamente dissolvido em mosto aquecido.

TIPOS DE VINHO

O processo de fabricação varia de acordo com o vinho desejado. Para obtenção de bons vinhos brancos devemos fermentar o mosto isoladamente, pois o "bagaço" transmite sabor e coloração indesejáveis. A fermentação deve ser feita sem contato com o ar, usando-se para isto um sifão submerso numa vasilha com água, possibilitando a saída do gás carbônico e impedindo a entrada do ar, que é prejudicial ao vinho.

A fabricação de vinho rosado é semelhante ao branco, sendo que a diferença reside no emprego de uvas tintas.

No vinho tinto a fermentação do mosto ocorre em presença da casca para extração de cor e outros componentes. Neste caso o "chapéu" deve ser molhado no mínimo duas vezes ao dia, por remontagem ou afundamento, para extração da cor e evitar a azedia do bagaço.

Em todos os tipos de vinho deve-se evitar o contato prolongado do vinho com a borra, pois ocorre a formação de gás sulfídrico, que transmite "cheiro de ovo podre".

Para a boa conservação dos vinhos devemos manter as pipas sempre bem cheias e hermeticamente fechadas, devendo-se fazer a reposição periódica das perdas ocorridas por evaporação.

QUADRO DE ÉPOCAS DE SEMEADURA/VARIETADES/ÁREA

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Repolho			12 m2 Coração de Boi e Matzukase				12 m2 Matzukase Chumbinho				12 m2 Matzukase Chumbinho	
Couve			12 m2 Manteiga				12 m2 Manteiga					
Rabete	4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho	
Rúcula	6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada		
Cenoura			18 m2 Nantes						18 m2 Kuroda			
Alface	12 m2 Kagraner e Maravilha verão		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Kagraner e Maravilha verão		12 m2 Kagraner e Maravilha verão	
Beterraba			18 m2 Tall Top						18 m2 Tall Top			
Tomate	50 plantas Yokota							50 plantas Kada, P. Gig.				
Pepino	50 plantas Wisconsin							50 plantas Wisconsin			50 plantas Ginca	
Cebola			2.000 plantas Baia Periforme	2.000 plantas Baia Periforme								



COTRIEXPORT - CORRETORA DE SEGUROS LTDA
A SERVIÇO DA COTRIJUI E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS

Senhores Associados e Funcionários, Estamos aptos a prestar-lhe os seguintes serviços:
- Seguro de Veículos; - Seguros de Maquinários Agrícolas; - Seguros Residenciais; - Seguros de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais; - Bilhete Obrigatório.

Maiores informações: Em Ijuí: Rua das Chácaras, 1513 - Fone: 332-3765 ou 332-2400, ramal 364.
Em Porto Alegre: Av. Júlio de Castilhos, 342, 5º andar - Fone: 21.08.09.

Senhora desconhecida

Produtor descobre que pouco sabe da CCGL e exige participação

"Temos que conjugar estes dois verbos: fazer e saber. E isto só se consegue com mais informação e mais organização". Este apelo do produtor José Moacir Zucolotto, de Tenente Portela, é um bom resumo dos compromissos assumidos durante uma reunião, dia 10 de dezembro em Ijuí, quando foram discutidos os problemas do setor leiteiro. Nesse encontro, com representantes de 11 cooperativas filiadas à CCGL, produtores, técnicos e comunicadores levantaram mais uma vez a necessidade de uma maior organização de quem lida com a produção de leite.

Cerca de 40 pessoas participaram da reunião, realizada por iniciativa das filiais da 5ª Região da Cooperativa Central Gaúcha de Leite. Estiveram em Ijuí representantes de cooperativas de São Luiz Gonzaga, Santa Rosa, Cruz Alta, Três de Maio, Ibirubá, Tapera, Júlio de Castilhos, Panambi e Campo Novo, além da Cotrijuí. E ficou claro durante os debates que a maioria dos produtores, e inclusive os técnicos e comunicadores, desconhecem como funciona a estrutura do setor leiteiro. Eles não sabem nem mesmo como o produtor está representado na CCGL, e vão exigir maior participação dentro da Central.

É claro que essa participação mais ativa somente será conseguida com organização, e foi isso o que centralizou as atenções, com muitos pontos de vista em comum. "Precisamos saber como o setor está estruturado, considerando a situação do Estado e a nível nacional, para que tenhamos uma visão do todo", disse o agrônomo José Luiz Kessler, coordenador da área de produção de leite da Cotrijuí na Região Pioneira. Ele lembrou que as indústrias de laticínios são em sua maioria particulares, e o setor enfrenta o forte poder de barganha dos grandes grupos multinacionais.

QUEIXA ANTIGA

Para entender esse mercado complicado, o produtor terá, ao mesmo tempo, que decifrar o mecanismo de funcionamento da Central, especialmente no que se refere à sua representação dentro da CCGL. Muitos dos que participaram do encontro desconheciam, por exemplo,



Na reunião, uma evidência: poucos conhecem a estrutura administrativa da CCGL

que as 30 cooperativas singulares filiadas à Central estão divididas em cinco regiões. Cada uma das singulares tem um delegado, que participa das assembleias da CCGL. O delegado de cada cooperativa pode levar dois acompanhantes, para participarem das discussões nas assembleias, mas estes não têm direito a voto. Somente os delegados podem votar.

Também são os delegados que escolhem um representante de cada regional para integrar o Conselho de Administração da CCGL, que conta com cinco efetivos e cinco suplentes. Para os participantes da reunião, esses critérios, que definem a representação do produtor dentro da Central, devem ser bem esclarecidos. Por isso, voltou a ser lembrada uma queixa antiga, de que os que realmente produzem pouco ficam sabendo do que acontece na CCGL.

EFICIÊNCIA

"Hoje, o produtor pode até estar recebendo informações, mas não tem o poder de participar nas decisões", ressaltou José Luiz Kessler, que coordenou o encontro. Todos concordaram que isso de fato vem acontecendo, desde a fundação da Central, em janeiro de 1976. "Mas eu tenho esperança de que um dia seremos ouvidos, se estivermos realmente organizados", disse Amílto Pucinelli, produtor de Bossoroca, que fundou uma associação de criadores da área de ação da Copatrigo

(veja no quadro abaixo).

Ninguém questionou, durante os debates, a eficiência da CCGL como empresa a serviço do produtor, pois ela teve, afinal, um lucro de mais de 9 bilhões de cruzeiros no ano passado, como foi observado várias vezes na reunião. A Central cresceu tanto que absorve hoje 50 por cento da produção leiteira do Rio Grande do Sul. O problema todo está na democratização de suas decisões, e nos retornos desses bons resultados ao produtor.

Atualmente, os delegados das singulares e os conselheiros eleitos são, geralmente, dirigentes das cooperativas filiadas. Os produtores entendem que devem interferir na escolha desses nomes, e pretendem fazer valer esta posição já no próximo ano, quando o Conselho de Administração da CCGL será renovado. Desta vez — segundo eles — os escolhidos não podem sair de cima para baixo, para que não se repitam os erros ocorridos até agora. "Este espaço é nosso, e nós devemos ocupá-lo", disse José Moacir Zucolotto, o produtor de Tenente Portela que falou em nome de seus colegas da Região Pioneira da Cotrijuí. José Moacir é dono de 13 hectares em Lajeado Machado, on-



José Luiz Kessler

"Ninguém quer destruir"

No ano passado, quando decidiu produzir leite para vender, o criador Amílto Pucinelli, de Bossoroca, se deu mal no primeiro dia de entrega. Encaminhou uns 60 litros à Copatrigo, de São Luiz Gonzaga, e nada recebeu: o leite estava ácido. Amílto foi descobrir depois que havia cometido um erro de criador de primeira viagem. Ele colocou o leite num refrigerador, com o tarro fechado, sem saber que o produto deve "respirar" logo depois da ordenha. Hoje, ele sabe muito dos macetes da atividade, e quem mais produz na região da Copatrigo e até já fundou e preside uma associação dos produtores de leite da área de ação da cooperativa.

Amílto é proprietário de 170 hectares, tem 150 cabeças de gado e 40 vacas de leite, que produzem de 250 a 270 li-



Amílto: vamos fortalecer a central

tros por dia. Com a seca, os animais foram confinados e se alimentam com farelo de arroz e alfafa. "Talvez até eu não tenha lucro nenhum, mas vou ver no que é que dá", diz ele, lembrando que é um ex-advogado apaixonado pela agropecuária. Logo depois de entrar na atividade leiteira, após se dedicar à agricultura e à pecuária de corte, Amílto sentiu que os produtores não estavam organizados.

Em outubro deste ano, ele fundou a associação, que trata especificamente dos problemas de quem produz leite, mas a adesão à entidade ainda é pequena. A Copatrigo — conta Amílto — tem hoje 347 produtores que atuam no setor, mas ape-

nas 40 estão ligados à associação, que não cobra mensalidades. A entidade tem o apoio da Copatrigo, mas é ignorada até agora pela CCGL. Ele contou durante a reunião em Ijuí que chegou a enviar um telex à Central, com reivindicações dos produtores. A resposta foi de que a CCGL somente trata desses assuntos com suas filiadas.

FORTALECER

Apesar da resistência de alguns produtores, técnicos e comunicadores à idéia da formação de associações, Amílto acha que a iniciativa dos produtores da Copatrigo pode servir de exemplo para outros municípios. "A associação — diz ele — é uma forma de organização, e vai cuidar apenas das questões relacionadas com a produção leiteira".

O criador destaca que não tem a intenção de questionar a eficiência da CCGL, mas o centralismo de suas decisões. "A Central — afirma — está muito bem estruturada, mas deve ser aberta aos produtores. Hoje, suas decisões são impostas, de cima para baixo, e isso é o que se discute. Ninguém quer destruir a CCGL, mas fortalecê-la através da maior participação do produtor, para que ela tenha força política".



Moacir: organizar para poder decidir

de mantêm três vacas de leite que produzem hoje de 15 a 17 litros por dia. Foi ele quem apresentou uma proposta de organização dos produtores, já em experiência na Cotrijuí, que pode ser estendida a outras cooperativas.

José Moacir mostrou que os assuntos relacionados com o leite passam a ser tratados na Comissão Regional da Atividade Leiteira. Esta comissão está acima das comissões de cada um dos postos de recebimento (Ijuí, Ajuricaba, Santo Augusto e Tenente Portela). Abaixo das comissões de postos estão as comissões por unidade, que têm contato direto com as bases. A Comissão Regional também é integrada por membros do Conselho de Representantes da Cotrijuí e do Conselho de Administração, e passa a se constituir no órgão que irá canalizar os assuntos do setor na Pioneira.

NOVA REUNIÃO

Os produtores da área de ação da Cotrijuí propõem que também a 5ª Região da CCGL passe a ter uma comissão, que seria integrada por representantes das filiadas e atuaria como canal de entendimento entre o produtor e a Central. Essa sugestão ainda depende da resposta das demais cooperativas, pois o debate continua. No dia 14 de março do próximo ano, representantes das singulares da 5ª região voltam a se reunir, em São Luiz Gonzaga, e é provável que os produtores possam então tratar de todas essas questões com dirigentes da CCGL.

O que interessa agora é tratar da organização, para que a participação reclamada realmente aconteça. Foi salientado durante o encontro que muitas das 17 cooperativas da 5ª região não contam com conselhos ou comissões de produtores de leite. E os representantes de algumas dessas filiadas não chegaram a se convencer de que isso seja preciso, como seria o caso da Cotrimaio, que entrega o maior volume de produto à CCGL.

ASSOCIAÇÕES

Mas prevaleceu a idéia de que as cooperativas podem e devem estimular essa organização internamente, sem deixar de reconhecer a possibilidade do surgimento de associações ou o entendimento com os sindicatos. Todos os participantes da reunião admitiram que produtores, técnicos e comunicadores ainda estão longe de entender tudo o que se passa no setor. Para José Moacir Zucolotto, é a partir da organização política que se poderá chegar, ao mesmo tempo, à organização da produção e a resultados econômicos.

O diretor agrotécnico da Região Pioneira, Renato Borges de Medeiros, observou que a democratização buscada pelo produtor irá corrigir uma falha que as cooperativas pretendiam evitar, quando da fundação da CCGL. Ele lembrou que esteve em Minas com uma comissão que foi conhecer as centrais daquele Estado, antes da criação da CCGL, e muita gente ficou espantada com o tamanho dessas organizações. "A Central de Leite — disse Renato — foi uma das maiores invenções do cooperativismo. Agora, devemos lutar para que ela seja de fato de uma cooperativa de produtores".

A reunião do dia 10 teve a presença do gerente da unidade da CCGL em Ijuí, Carlos Vieira, que apenas acompanhou os debates. Também participou o assessor de Comunicação e Educação e Desenvolvimento Recursos Humanos da Cotrijuí, Walter Frantz.

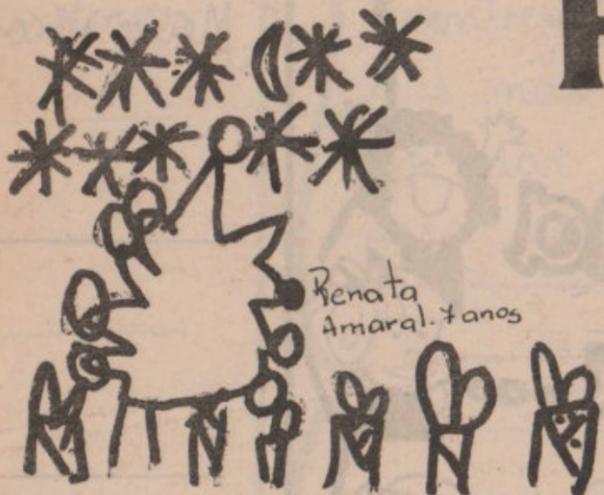


SUPLEMENTO INFANTIL

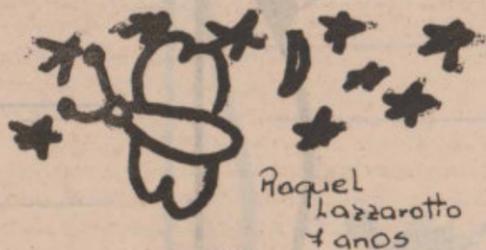
ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

Coordenação Maria Aparecida Pereira Mendes

Final de ano

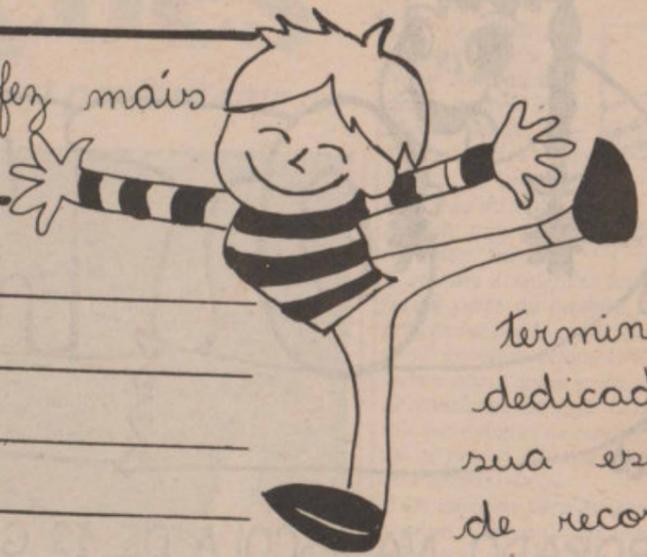


Nesta época turbulenta, com cheiro de enxofre, de armas e bombas, de subidas e descidas, decadências e mais decadências, de cruzeiros e dólares, de fraudes, farsas e falências, de fome, miséria e mortes, de protestos, greves e lutas. . . (poderíamos continuar a lista) parece até engraçado festejar, enviar flores e presentes. Mas não há arma capaz de matar a simplicidade, a ternura e o amor que mora no coração das pessoas e que se revelam nestes gestos pequenos. Por isso, imersos neste mundo, espichamos os pescoços, estendemos as mãos para desejar a vocês — FELICIDADES. E que as Festas de Natal e Ano Novo sejam motivo a nos encorajar para novas lutas e conquistas. São os votos da equipe de elaboração do Cotrisol, na pessoa da professora Lidiana Corrêa, autora do texto.



Eu.

O que me fez mais feliz...



Handwritten lines for notes under the 'Eu.' section.

Oi

Mais u
terminando e e
dedicada a voc
sua escola, pa
de recordação d

Meus Professores

O que aconteceu este ano e eu não gostei...

Handwritten lines for notes under the 'O que aconteceu este ano...' section.



Handwritten lines for notes under the 'Meus Professores' section.

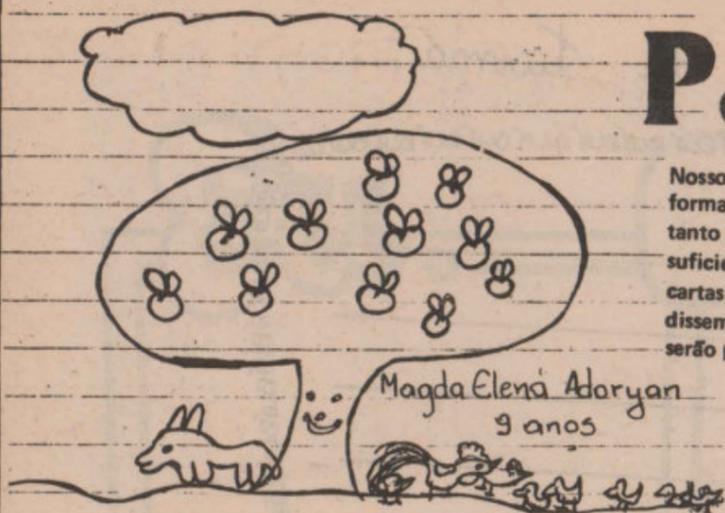


Uma e b

Handwritten lines for notes under the 'Uma e b' section.

Página do leitor

Nossos leitores estão participando de forma muito expressiva no Cotrisol, tanto que não estamos tendo espaço suficiente no jornal para colocar todas as cartas recebidas. Mesmo assim, como já dissemos anteriormente, todas as cartas serão publicadas.



Magda Elena Adoryan
9 anos



Cátia Andréia da Silva
7 anos

A CABRA FELIZ

Era uma vez uma cabra que desejava ser muito feliz. Até que um certo dia encontrou um galo, uma galinha e ainda mais seis pintinhos. Então ela se encontrou com oito amigos e ficou muito feliz por isso. Ninguém sabia porque ela era tão triste, o que ela tinha; mas agora até a árvore falante já tinha descoberto: era só falta de amigos. Logo os amigos da cabra falaram que deviam ir embora porque as nuvens pequenas estavam se juntando e se tornaram uma nuvem bem grande e logo iria chover. Todos os oito amigos da cabra disseram: - tchau! e se mandaram para a casa deles. A tristeza da cabra voltou e ela resolveu ir a procura de um amigo. Encontrou a árvore falante e perguntou: - Não quer ser minha amiga? - Sim, respondeu a árvore. A cabra não tinha um abrigo. A árvore, com sua grande copa, já lhe serviria. A vida da cabra voltou a ser feliz para sempre.

Magda Elena Adoryan - 9 anos
4a. série. E.M. Almirante Tamandaré Formigueiro - Ajuricaba.

Trabalhos realizados pelos alunos da E.M. José de Anchieta da Coxilha Alta - Turvino - Cel. Bicaco.

A CABRA RESPONSÁVEL

Um dia saiu uma reunião com alguns bichos: a cabra, a galinha, o galo e os pintinhos. A cabra era responsável pela Reforma Agrária e todos pediam um pedacinho de terra. A reunião foi embaixo de uma árvore. Eles conversaram muito animados, porque iam receber a sua terrinha e uma nuvem lá em cima sorria por ver que todos estavam contentes.

Andréia da Cruz Bueno - 3a. série
11 anos.

A CABRA PRESIDENTE DO SINDICATO

A Cabra era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Um dia lá no

potreiro fizeram uma reunião. Todos os animais presentes queriam ter um pedaço de terra para plantar. O galo era o Presidente da República e a árvore era a testemunha de apoio deles. Tudo ficou combinado, cada um terá sua terrinha para plantar, fazer sua casinha e viver feliz para sempre.

Roseli Pedrolina de Campos - 4a. série
11 anos - Profa. Maria Eloisa Bueno

As histórias abaixo foram escritas pelos alunos da professora Rosângela Wildner, da E.M. de 1º Grau Incompleto João Ramalho, de Rincão do Progresso, Augusto Pestana. As mesmas foram feitas por ocasião das comemorações do Dia da Árvore.

ÁRVORE

Uma árvore grande. Ela gostava de ter um amigo. Um dia ela viu um menino. O menino passou perto dela. Ela perguntou: - Quer ser meu amigo? - Sim, respondeu ele. - Então vamos brincar, contar histórias. Você é bonita e as flores são maravilhosas. - E você é bem inteligente.

A FLORESTA

Era uma vez uma floresta que tinha muitas árvores. Uma delas não conseguia falar com as amiguinhas. Ela estava bem só e longe das amiguinhas. Um dia encontrou uma amiguinha bem pequena. Quando ela ficou maior, ela conseguiu uma amiguinha.

A ÁRVORE GIGANTE

Era uma vez uma árvore gigante que tinha galhos grossos e bem fortes. Ela tinha folhas verdes, frutas maduras, tronco grosso e macio e as raízes compridas e grossas. Não se pode machucar as árvores. Elas são úteis para nós.

Ademar Rhoden - 4a. série - 12 anos

A ÁRVORE

Era uma árvore que falava. Ela dizia: - Eu estou bem confortável, chão macio, raízes grandes, folhas bonitas, frutas

maduras, galhos grossos, tronco grande e grosso, folhas verdes e bonitas. Não me cortem, não me machuquem. As árvores têm flores bonitas. Não se deve cortar as árvores.

Valmir Goergen - 4a. série - 13 anos.

A ÁRVORE

A árvore fala que não é para mexer com ela. Não se deve arrancá-la, arrancar suas folhas e quebrar seus galhos. Não se deve fazer nada de mal a ela. Ela disse que não é para mexer com ela porque ela fica muito triste.

Elisiane Skonieski - 3a. série - 9 anos

A ÁRVORE

A árvore tem frutos e nós ficamos felizes com os frutos que ela nos dá. Ela não fica braba se a gente arrancar os seus frutos. Ela tem galhos, folhas e flores e a gente deve ter muito cuidado para não arrancar suas folhas, porque elas nos dão ar puro para a gente respirar.

Quando eu estou no jardim, eu gosto muito de ficar olhando as árvores que estão plantadas nele. . . Eu e meus amigos fomos brincar no jardim da minha tia.

Marcio Kunzler - 3a. série - 9 anos

A ÁRVORE

Eu convidei a árvore para um passeio, uma voltinha de auto. Como você é linda, no jardim.

Carla - 1a. série - 7 anos

A NATUREZA É NOSSA

Não deixem acabar com as matas e os animais. A causa do desaparecimento dos animais está ligada ao desmatamento e à caça desnecessária. O homem esquece que a natureza é nossa e é um presente de Deus e que devemos cuidar com muito carinho. Não deixar que as pessoas sem coração continuem a derrubar árvores, matar animais, poluir ou secar rios.

Andréia da Cruz Bueno - 3a. série - 12 anos - Esc. José de Anchieta - Coxilha Alta - Cel. Bicaco. Profa. Maria Heloisa Bueno.

SEMPRE A PENSAR

Nós, alunos e professora da Escola Municipal José de Anchieta, fizemos uma entrevista com as pessoas mais antigas da localidade. Essas pessoas nos falaram que esta localidade, bem como nosso município e estado, eram muito mais lindos. Havia muitas matas, animais e flores. As águas eram limpas, o ar era puro, com um cheirinho de coisas verde e perfumadas.

Com isso, eu estou sempre a pensar onde estão as matas e o perfume das flores? Tenho medo que nosso mundo vire um deserto, pois estão arrancando todas as árvores para plantar, usando veneno nas lavouras, que matam os animais e sujam as águas dos rios.

Eu fico tão feliz quando posso brincar com os animais, as árvores e ver a fonte correr com suas águas sobre as pedras. Por isso faço um pedido aos agricultores para não destruírem as belezas de nosso mundo.

A você, meu amigo, que ler isto que eu escrevi, receba meu abraço e ajude-me a lutar por um mundo mais bonito.

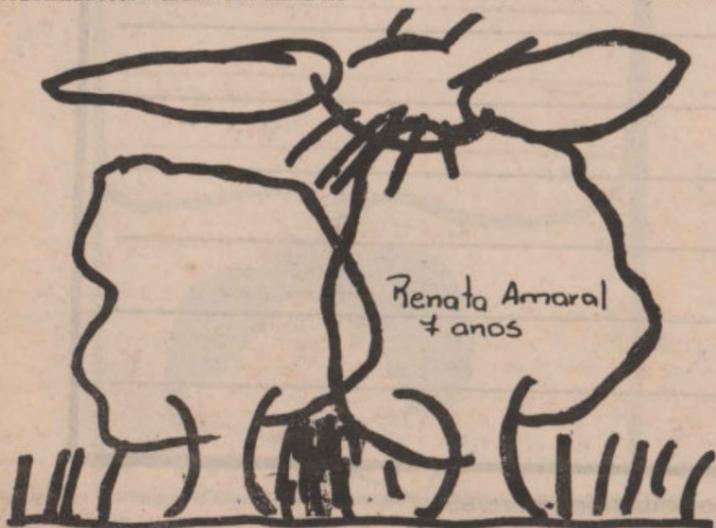
Marilei da S. Lima - Esc. José de Anchieta - Coxilha Alta - Cel. Bicaco

Aproxima-se o fim do ano e com ele vem o Natal. Sempre parece que o Natal é bom só quando se recebe grandes presentes.

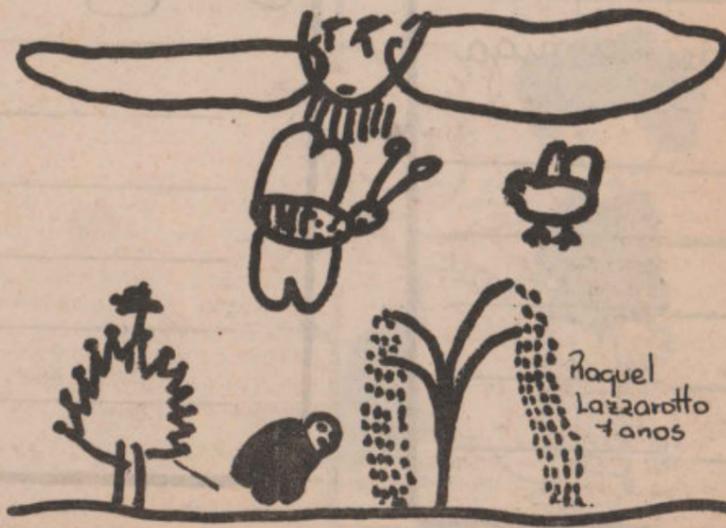
Aparecem nos rádios e televisão tantos brinquedos bonitos. . .

As crianças pobres pensam que para eles não tem Papai Noel, pensam que Papai Noel é só para os ricos, porque só as crianças ricas recebem presentes bonitos. Natal é a presença de Jesus nas pessoas que têm fé.

Elenir Batista Nascimento - 11 anos - 4a. série. Esc. Estadual de 1º Grau Incompleto São João - Cel. Bicaco.



Renata Amaral
7 anos



Raquel Lazzarotto
7 anos